

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

IDEOLOGIA E UTOPIA DE BRASÍLIA:  
DISPUTAS EM TORNO DO PROJETO DE BRASIL MODERNO

Autor: Bruno Gontyjo do Couto

Brasília, julho de 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

IDEOLOGIA E UTOPIA DE BRASÍLIA:  
DISPUTAS EM TORNO DO PROJETO DE BRASIL MODERNO

Autor: Bruno Gontyjo do Couto

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Sociologia da  
Universidade de Brasília (UnB) como  
parte dos requisitos para a obtenção do  
título de mestre.

Brasília, julho de 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

IDEOLOGIA E UTOPIA DE BRASÍLIA:  
DISPUTAS EM TORNO DO PROJETO DE BRASIL MODERNO

Autor: Bruno Gontyjo do Couto

Orientador: Prof.º Doutor Edson Silva de Farias

Banca: Prof.º Doutor Edson Silva de Farias (UNB)  
Prof.º Doutor Sérgio B. de Faria Tavolaro (UNB)  
Prof.º Doutor João Marcelo E. Maia (FGV-RJ)  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Mariza Velozo M. Santos (SUPLENTE)

Brasília, julho de 2013

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, agradeço à Universidade de Brasília, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, bem como ao CNPq por terem subsidiado meus estudos e proporcionado todas as condições necessárias para a realização da presente pesquisa.

Agradeço aos professores que participam e contribuem com esse momento de reflexão e crítica, a professora Mariza Velozo, o professor Sérgio Tavolaro e, finalmente, o professor João Maia. Ao último, também agradeço por ter vindo do Rio de Janeiro até Brasília para participar.

Agradeço ao professor Edson Farias que, além de grande orientador, tem sido um amigo, me apoiando nas mais variadas situações desde o começo de minha trajetória. Definitivamente, essa pesquisa não teria sido realizada sem a sua contribuição.

Agradeço aos meus amigos de ofício e parceiros de vida, Tiago, Daniel, Lucas, Pedro e Elder, pelas horas de discussão e camaradagem.

Agradeço ao meu pai, Wiliam Jorge, pelo apoio incondicional à minha vocação e aos meus irmãos, Tales e Henrique, pela companhia e parceria de sempre. Também agradeço aos meus avós Moacir, José, Firmina e à minha falecida avó Odete porque são a origem de tudo isso, trabalhadores que vieram à Brasília em busca de uma vida melhor.

Agradeço à minha namorada e companheira, Camila Zeitouni, por caminhar ao meu lado há tanto tempo, sempre tornando essa jornada mais alegre.

Finalmente, agradeço e dedico esse trabalho à minha amada mãe, Rosane Gontyjo, pois foi o seu carinho que me constituiu, me formou, permitindo que eu chegasse até aqui.

*“Uma conversa que tive com Jean-Paul Sartre, que acabava de visitar Brasília, confirmou-me essa opinião. Referindo-se à concepção arquitetônica de Brasília, Sartre observou: é esplêndida, mas destina-se a uma sociedade que não existe no Brasil”.*

*(Discurso de posse de Celso Furtado na ABL)*

## RESUMO

O presente estudo se propõe a lançar um novo olhar sobre a cidade de Brasília. Tomando a cidade como um espaço-memória, o nosso objetivo primordial consiste em destrinchar as trajetórias e cruzamentos históricos que estão aí materializados, configurando essa cidade como uma síntese histórica. Antes de qualquer coisa, é preciso ter em conta que a cidade nasce como uma capital planejada e concebida enquanto parte de um projeto de desenvolvimento nacional que, em última instância, almejava a renovação da sociedade brasileira. A cidade nasce como projeção de uma sociedade que ainda não existe. De algum modo, o nosso percurso de pesquisa se propõe a analisar a história de Brasília para entender qual é o lugar por ela ocupado na história, enquanto evento que sintetiza uma série de processos e que de alguma forma foi perpetrado com a finalidade última de controlar e transformar a própria história enquanto fluxo. Assim, nos propomos a descobrir e analisar as condições de possibilidade de emergência dessa cidade, esmiuçando as linhas de força históricas que levam até ela e que, de algum modo, estão materializadas como parte desse espaço e conservadas como parte dessa memória. Com esse intuito, nos propomos a analisar, no primeiro capítulo, o arranjo histórico que deu vida ao projeto de interiorização da capital como parte de um projeto republicano de civilização no Brasil. A nossa hipótese é que a agenda da transferência torna-se um imperativo a partir do momento em que é acoplada a uma determinada visão do mundo social e um respectivo projeto de poder. No segundo capítulo, procuramos destrinchar os caminhos que levam o modernismo cultural a se amalgamar às razões de Estado no regime Vargas através da linguagem do moderno e do nacional, fomentando a aliança entre modernismo arquitetônico e Estado ao longo das décadas seguintes. A nosso ver, esses cruzamentos foram fundamentais para a construção do modernismo do grupo carioca enquanto vanguarda arquitetônica oficial, desdobrando-se na escolha “natural” de Niemeyer e Costa para projetar a nova capital do país e na constituição de Brasília enquanto uma cidade modernista. Finalmente, no terceiro e último capítulo, tentamos compreender o contexto político e econômico que contribuiu para a formação do projeto de desenvolvimento nacional que dá nova vida à agenda de interiorização da capital, culminando na proposta de Juscelino Kubitschek de construir Brasília.

## **ABSTRACT**

This study aims to take a new look over the city of Brasilia. It assumes the city as a space-memory and our main goal is to explore the trajectories and historical crossings there materialized, historical crossings which configures this city as a historical synthesis. At first, it is important to take into consideration that Brasilia was born as a planned capital conceived as part of a national development project that aimed the renewal of the Brazilian society. The city was born as a projection of an inexistent society. Our research intends to analyze the history of Brasilia to understand what is its place in History: as an event that synthesizes a sequence of processes and that in some way was carried out to control and transform History itself. Therefore we intend to discover and analyze the conditions of emergence of this city, exploring the historical force lines that lead until it and somehow are materialized as part of this space and conserved as part of this memory. In the first chapter, we analyze the historical setting that gave birth to the capital transference project as part of a republican project of civilization in Brazil. Our hypothesis is that the transference agenda becomes an imperative from the moment it is coupled into a certain social worldview and a certain power project. In the second chapter, we explore the path that leads the cultural modernism to unite the State reasons during the Vargas regime through the values of modern and nation, encouraging the alliance between architectural modernism and State along the next decades. We understand that these crossings were fundamental to the construction of the carioca modernist group as the official architectural vanguard which unfolds the “natural” choice of Niemeyer and Costa as those who would design the new capital of Brazil and the constitution of Brasilia as a modernist city. Finally, in the third chapter, we try to comprehend the political and economical context that contributed to the formation of the national development project which revived the capital transference agenda, reaching its highest point in Juscelino Kubitschek’s proposition of building Brasilia.

## SUMÁRIO

Introdução.....	p.8
Capítulo 1. O projeto republicano de civilização e a nova capital do Brasil.....	p.12
1.1 Um país em transformação: o fim do mundo imperial.....	p.16
1.2 O movimento político-intelectual de 1870.....	p.22
1.2.1 <i>A influência do repertório intelectual europeu de meados do século XIX</i> .....	p.29
1.2.2 <i>Uma ciência sobre o Brasil: o meio e a raça</i> .....	p.39
1.3 O projeto de 1870 e o olhar para o interior da nação.....	p.45
1.3.1 <i>Uma pátria desconhecida: os sertões</i> .....	p.52
1.4 República: a efetivação do projeto de 1870 e a nova capital.....	p.62
Capítulo 2. A utopia arquitetônica modernista e o novo regime político: a construção de uma modernidade nacional.....	p.76
2.1 Engenharia e Estado na Primeira República: a cidade como polo de civilização.....	p.79
2.2 Utopia modernista e Estado Novo: em busca de uma modernidade nacional.....	p.86
2.2.1 <i>O movimento modernista e as linguagens do moderno e do nacional</i> .....	p.88
2.2.2 <i>O regime Vargas, o modernismo e o novo Brasil</i> .....	p.106
2.3 Modernismo arquitetônico como linguagem oficial da modernidade nacional.....	p.123
Capítulo 3. O projeto de desenvolvimento nacional e Brasília.....	p.144
3.1 A política de integração do regime Vargas e a marcha para o interior.....	p.147
3.2 A construção do projeto de desenvolvimento nacional e Brasília.....	p.155
3.2.1 <i>A proposta desenvolvimentista e a meta síntese</i> .....	p.162
Conclusão.....	p.172
Referências Bibliográficas.....	p.176



## Introdução

Brasília tem sido analisada e destrinchada por trabalhos acadêmicos há muito, revelando-se como um objeto de estudos de inesgotável interesse. De dossiês arquitetônicos a estudos historiográficos, a cidade já foi alvo das mais diversas abordagens, conformando um acervo cuja ordem de grandeza é, de certa forma, incalculável. Posto isto, a pergunta que segue é: se tanto já foi dito, por que mais um trabalho sobre a cidade?

Trata-se de uma questão pertinente, pois justificar essa iniciativa a partir de um valor “a priori” do tema, ou seja, pelo valor antes conferido por um sem número de estudos que o tomam como objeto de interesse, seria no mínimo redundante. Nesse sentido, o presente trabalho pretende construir uma nova abordagem sobre a história de Brasília, tomando pesquisas anteriores como referência e fundamentação, mas sem o compromisso de manter o mesmo olhar sobre a cidade.

Em última medida, o nosso esforço de reflexão parte da necessidade de responder a uma série de questões que são levantadas por essas pesquisas, mas que até certo ponto não são respondidas por elas – pelo menos na nossa perspectiva. E quais seriam essas perguntas tão fundamentais?

Em primeiro lugar e acima de todas as demais, quais foram as condições de possibilidade de Brasília? Em termos mais precisos, quais são as linhas de força históricas sem as quais o projeto de transferência, a concepção e a materialização da cidade não teriam sido possíveis? Posto isto, todas as demais questões levantadas daí derivam. Assim, em segundo lugar, quando e como o projeto de transferência ganha força histórica e toma vida? Existe mesmo algum tipo de continuidade histórica entre a proposta concebida por José Bonifácio em 1823, por Adolfo Varnhagen em 1849 e por JK em 1955? Em terceiro, por que a cidade foi projetada como uma cidade modernista? Por que a linguagem arquitetônica modernista foi a escolha “natural” para a nova capital do país e o que essa relação representa? Por último, qual a novidade, o que torna decisivo o cenário histórico em que a cidade é efetivamente construída, depois de tantos anos, e qual a influência desse cenário sobre a cidade?

Evidentemente, são muitas questões levantadas, mas a presente pesquisa figura apenas como uma primeira tentativa de resposta nessa direção.

Nesse momento, importa dizer que o presente trabalho se inscreve em um esforço conjunto de pesquisa que busca compreender a cidade de Brasília enquanto um espaço-memória. Nesse sentido, tomamos como pressuposto a ideia de que o espaço configura-se como um “a priori social”, no sentido de que o espaço nunca é apenas um espaço físico e plano, mas sempre um espaço rugoso onde se coagulam significações, estimas e valorações que, na condição de se tornar um saber incorporado adotado como modo de coordenação e comunicação, produz efeitos nas condutas e nas práticas dos sujeitos nele implicados. O espaço aparece, assim, como uma espécie de representação cognitivo-afetiva de vasta rede de relações sócio-simbólicas, produzindo definições de sentido que afetam a sensibilidade corporal, a percepção e a memória dos sujeitos (ELIAS, 1998). Uma síntese de saberes e afetividades incorporada por meio da qual uma realidade se constitui como familiar e natural para todo um grupo interdependente de pessoas, uma certeza incrustada no *habitus*, nas estruturas de personalidade dos habitantes.

Na medida em que lançamos mão da ideia de que o espaço configura-se como “a priori social”, importa salientar que este, como síntese incorporada de saberes e afetividades coletivas, tem como principal característica a de ser uma irrupção histórica gestada e atualizada a partir de arquiteturas institucionais de retenção e distribuição do conhecimento, de experiências simbolizadas e, sobretudo, de memórias. O central, neste ponto, é que a apreensão deste “a priori social” passa necessariamente pela análise desses arranjos institucionais de produção e distribuição do conhecimento que estão ancorados em equilíbrios de poder entre grupos sociais; afinal, como se trata de uma síntese, os ideais e interesses, conceitos e sentimentos de um ou outro grupo estão aí coagulados e reproduzidos em detrimento de muitos outros, e na condição de saber incorporado, estão legitimados enquanto prerrogativa social, enquanto dado familiar, ponto-de-partida da vida intergrupala, como paisagem!

Desse modo, a presente pesquisa tem como ponto de partida o seguinte problema: qual a trama societária que forja e dá significação a esse espaço-memória que deslocamos para investigação?

Quais os cruzamentos históricos que gestam o espaço de Brasília, essa paisagem urbana enquanto uma síntese cognitivo-afetiva específica forjada a partir de trajetórias sociais e históricas particulares, e que vai se constituir como um a priori da experiência social vinculada a essa cidade-capital?

Informados por essa perspectiva, o que pretendemos realizar é uma primeira tentativa de análise dos processos pelos quais determinadas modalidades de produção de sentido sobre o mundo acabam se amalgamando à razão de Estado, principalmente no que diz respeito às intervenções e criações de paisagens, culminando na incorporação dessas visões de mundo nos espaços então produzidos.

O que sensibiliza as reflexões que se seguirão é justamente o modo pelo qual determinadas narrativas gestadas no espaço social são institucionalizadas – reconhecidas e naturalizadas – como razões de Estado (ou indo mais além, como pensamentos e sentimentos da nação), constituindo-se, então, como linguagens “oficiais” que acabam informando direta ou indiretamente os projetos estatais de intervenção e criação de espaços urbanos ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil. A nosso ver, o enquadramento dessa dinâmica histórica ensejará uma melhor compreensão da perspectiva que toma Brasília como uma paisagem (que é, antes de tudo, memória social e histórica).

O percurso proposto ao longo da dissertação permitirá vislumbrar quais foram os cruzamentos históricos através dos quais as trajetórias e concepções de mundo de determinados grupos, como os movimentos intelectuais de 1870 e 1922, acabaram informando a construção de imagens de nação, cultura e povo, além de perspectivas de civilização e modernidade, que operaram como prerrogativa de diferentes projetos de sociedade engendrados entre 1889 e 1960 e que, de alguma maneira, estiveram diretamente relacionados à pauta de criação de uma nova capital. De certa forma, essas imagens e perspectivas acabaram constituindo uma base compreensiva que informou a ação estatal na sua relação com as populações e os territórios, influenciando diferentes políticas de integração nacional que traziam como pauta a necessidade de conquista e desenvolvimento do interior do país. Por meio dessas políticas integracionistas, o projeto de interiorização da capital ganha vida pela primeira vez em 1891 e mais tarde se materializa na cidade construída por Juscelino Kubitschek em 1960.

O que queremos é entender como esta ou aquela “fala” sobre o mundo, este ou aquele discurso é tomado como linguagem do campo de poder, constituindo-se como forma de compreensão que informa os respectivos projetos de sociedade e de nação desse campo em dado momento, influenciando e dando forma às mais variadas iniciativas de intervenção, no caso, no espaço e no território, com o intuito de realizar esses mesmos projetos.

A nova capital não só nasce como parte de um desses projetos de nação, como está historicamente ligada a outros projetos concebidos anteriormente. Brasília, entendida enquanto espaço-memória, é uma síntese de inúmeros elementos que foram produzidos por essas utopias estatais que vislumbravam a constituição de uma nova sociedade nacional. O diálogo entre Sartre e Furtado é heurístico: a ideia de construir uma nova capital no interior do país sempre esteve associada a uma imagem sociedade que não existia no Brasil. A nova capital pretende apontar em determinadas direções, criando o “novo”, instaurando um dever-ser.

No caso de 1889, o cenário almejado é a constituição de uma grande civilização à imagem das potências imperialistas. Entretanto, ainda era preciso realizar a integração do território e das populações, conformando uma nação capaz de trabalhar em prol de seus interesses e de seu destino para, assim, conquistar um lugar na Civilização. A constituição desse projeto de sociedade, a sua importância para a efetivação do imperativo da transferência, além de outras influências que ele tem sobre Brasília, serão analisadas no primeiro capítulo.

No caso de 1930 e, principalmente, 1955, a etapa final corresponde à realização da modernidade nacional através dos processos de modernização econômica e cultural. Para isto, era necessário empreender esforços no sentido do desenvolvimento econômico e da integração cultural e territorial da nação, incorporando e envolvendo toda a população e território brasileiros nessa tarefa de emancipação através das diversas empreitadas estatais nas regiões centrais do país. A constituição desse projeto de modernidade nacional e respectivas políticas de integração, além da conformação da linguagem arquitetônica modernista como uma das linguagens oficiais desse arranjo, desdobrando-se na sua escolha como a perspectiva mais adequada para a concepção de Brasília, serão analisadas no segundo e no terceiro capítulo.

Assim, a nossa proposta é destrinchar Brasília enquanto espaço-memória desses diferentes projetos de sociedade e de nação.

## 1 O projeto republicano de civilização e a nova capital do Brasil

No dia 20 de dezembro de 1890, o deputado e governador de Santa Catarina, Lauro Muller, apresentava à Assembleia Constituinte do novo governo republicano uma emenda assinada por noventa parlamentares na qual constava:

“Fica pertencendo a União uma zona geográfica de 440 léguas quadradas, situada no Planalto Central da República, a qual será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal” (BRASIL, 1960a, p. 189).

No dia 22 de dezembro a emenda é aceita e torna-se o artigo 3 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

Desde os primeiros projetos constitucionais elaborados pela Assembleia, a questão da transferência aparece de forma recorrente, sendo reformulada diversas vezes. Ao longo de todo o período de trabalho da Assembleia, essa questão foi objeto de inúmeros discursos, intervenções e emendas (VIDAL, 2009, p. 107). Havia um debate acalorado em torno da questão, evidenciando a importância da mesma para o novo regime. O princípio da transferência era aceito, o modo como esta seria realizada não. A emenda de Lauro Muller conseguia contornar as diferentes propostas, sinalizando apenas a parte da demarcação da zona onde seria construída a nova capital. Assim, foi aceita e promulgada.

A primeira constituição republicana do Brasil consagrava, por meio do artigo 3, o imperativo da transferência da Capital Federal para o Planalto Central (VIDAL, 2009, p 109).

Nesse momento, a ideia que hoje está materializada em Brasília começava a ganhar vida. Não a simples ideia de construir uma nova capital no interior do país, como há muito tempo haviam proposto José Bonifácio e Adolfo Varnhagen<sup>1</sup>. A ideia que ganhava corpo histórico nesse momento era a construção de uma nova sede para um novo Brasil. Uma capital localizada no interior servindo como símbolo e modelo de civilização, o coração de um país

---

<sup>1</sup> Aqui nos referimos às propostas de construção de uma nova capital no interior do Brasil desenvolvidas por José Bonifácio de Andrada e Silva, patriarca da Independência, e Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. José Bonifácio já defendia a proposta durante a Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil em 1823, um ano após a independência (VIDAL, 2009, p. 60). Adolfo de Varnhagen, renomado historiador do IHGB, defendeu ideia semelhante durante quase 30 anos, a partir de 1849 (VIDAL, 2009, p. 84).

que, então, se desenvolveria, trilhando seu caminho em busca de um lugar ao sol no concerto das civilizações.

Uma ideia que poderia muito bem descrever aquela que foi perseguida e efetivada por Juscelino Kubitschek, mas que fora concebida quase um século antes, como parte de uma visão de civilização para o Brasil oitocentista. Proclamada a república, essa visão começaria a se efetivar como realidade, trazendo consigo, ao mundo histórico, a ideia da nova sede.

Assim, acreditamos que a gênese histórica de Brasília começa com a República, pois foi com ela que o projeto de transferência ganhou, pela primeira vez, força histórica para se efetivar. Naquele momento, vários segmentos sociais que tomaram o controle do Estado viam a nova capital como uma questão urgente, como condição para efetivação do seu projeto de país. A partir daí, o projeto de transferência apareceria como um imperativo. Dessa forma, a história de Brasília começa a ser gestada em meio à costura de uma nova configuração do campo de poder ao longo das últimas décadas do Império e nas primeiras décadas da República. Esse novo ordenamento estatal tornou a proposta de transferência possível, principalmente, porque trazia em seu âmago uma combinação de elementos simbólicos e materiais que configurava, na percepção de muitos, a proposta como matéria urgente: como questão fundamental para o próprio projeto de poder que estavam colocando em prática. Em suma, um fundamento histórico muito significativo que não existiu nas propostas anteriores de Bonifácio e Varnhagen.

Desde a década de 1870, as bases materiais e simbólicas do Império vinham se desestruturando. Por um lado, as bases econômica, social e política da ordem imperial passavam por um processo constante de transformação e crise, particularmente, por conta das ondas de modernização que chegavam ao país pelo Atlântico. Por outro, os seus alicerces simbólicos vinham sendo questionados e atacados por diversas frentes que se inspiravam em ideais que chegavam pelas mesmas “ondas de modernização”.

No âmago desse período de crises e transformações, uma série de grupos e atores sociais que viviam e incorporavam esse período de diferentes perspectivas, começaram a gestar – direta e indiretamente, consciente e inconscientemente, por meio do cruzamento de práticas e discursos – um novo projeto de país, um novo projeto de sociedade: um projeto de civilização inspirado na realidade que despontava no Velho Mundo. Como veremos mais

detalhadamente, trata-se de um projeto de constituição da “Nação brasileira” que tinha como meta: o Estado republicano, o mercado de tipo capitalista e a ciência moderna. E o mais importante, um projeto que tomava o problema da integração nacional como preocupação central, dando, de maneira inédita, fundamento simbólico e material para a proposta de transferência da capital.

É justamente por esse motivo que defendemos o argumento de que só é possível conceber toda a história que está materializada em Brasília, que só é possível realizar sua gênese, quando consideramos a importância desse projeto de sociedade gestado a partir de 1870 e que começa a se efetivar a partir da proclamação da República.

Logo de partida, é possível apresentar algumas evidências nesse sentido. Com o fim do Império e início do governo republicano (logo, com a efetivação parcial, gradual e não-linear desse novo projeto de país), três aspectos que alicerçam a proposta de transferência da capital aparecem com intensidade cada vez maior nos discursos e práticas de segmentos sociais importantes.

Em primeiro lugar, o aspecto simbólico surge a partir de críticas recorrentes à cidade do Rio de Janeiro e à sua estrutura urbana colonial como representantes de uma ordem política e social ultrapassada. As cidades eram tomadas como expressões dos estágios de civilização e modernidade, de modo que uma cidade sinuosa, insalubre e desorganizada como o Rio de Janeiro estava muito distante do ideal dos grandes centros metropolitanos europeus. A partir daí, surgem defesas da necessidade urgente de construção de uma nova capital como marco de um novo tempo, de uma nova ordem.

Em segundo, o aspecto material surge, por um lado, a partir da avaliação de que a cidade do Rio de Janeiro, com sua estrutura urbana arcaica, não atendia às exigências de infraestrutura de um país cada vez mais integrado ao comércio internacional. Por outro, a partir da avaliação de que sua localização no litoral constituía-se como um fator que pouco contribuía para a integração econômica entre as regiões e para a irradiação do progresso. Para muitos, a nova capital poderia atender a todos esses requisitos de uma maneira mais satisfatória.

Por fim, o aspecto nacional surge a partir da perspectiva defendida por alguns intelectuais e políticos de que a integração nacional, a integração do território e das diversas

populações do país por meio de um plano de intervenção econômica, política e educacional (irradiação da prosperidade material, da tutela do Estado e do desenvolvimento das inteligências com ajuda das linhas de transporte e comunicação), era condição indispensável para constituição do povo e da Nação brasileira, a entidade homogênea que se engajaria na missão de construir o novo Brasil. Dentro dessa perspectiva, a construção de uma nova capital no interior do país criaria uma espécie de centro de articulação política, econômica e social, realizando a missão integracionista.

Assim, acreditamos que todo estudo que se propõe a realizar a gênese histórica de Brasília começa inevitavelmente pela análise do projeto de sociedade que foi gestado a partir de 1870.

Com esse objetivo, nos propomos a analisar, em um primeiro momento, o cenário econômico, político e cultural do país em 1870, procurando entender como a concepção desse projeto de sociedade e civilização esteve informada por um conjunto de transformações que mudavam radicalmente a realidade do país.

Em um segundo momento, mostraremos como diversos grupos de 1870, tomados por esse cenário de transformação, assumem a missão de formular análises e perspectivas sobre o país com o objetivo final de traçar o caminho que constituiria o Brasil como país civilizado. Esses grupos acreditavam que a evolução rumo à civilização era um processo natural que só poderia ser apreendido por meio da ciência, tida como instrumento de orientação de um governo legítimo e eficaz. Em suas análises, descobrem o “problema” da indefinição racial e da falta de integração nacional, propondo um projeto civilizatório como solução. Todo o percurso é proposto com o intuito de vislumbrar como esse projeto civilizatório foi decisivo para o fortalecimento da pauta da transferência da capital como parte do projeto republicano de sociedade.

No último tópico do capítulo, procuramos visualizar o processo de efetivação desse projeto republicano de sociedade a partir de 1889, percebendo como a pauta da transferência vai se materializando junto com o próprio projeto.



## **1.1 Um país em transformação: o fim do mundo imperial**

A conjuntura histórica da década de 1870 é marcada por um amplo processo de mudanças estruturais: os alicerces coloniais da formação social, como a forma patrimonial do Estado e o regime de trabalho, estavam se desagregando (ALONSO, 2002, p. 41). A antiga ordem social, uma sociedade latifundiária sustentada por um sistema de produção de commodities agrícolas pautado no trabalho escravo, comandada por uma elite aristocrática que era separada por um abismo dos trabalhadores escravos e da pequena camada de setores médios, começava a se alterar profundamente (NEEDEL, 1993, p. 21). O velho mundo estamental do Brasil-colônia e do Brasil-Império começava a desaparecer.

Entre 1850 e 1870, a chamada “II Revolução Industrial” (com avanços na química, elétrica, petróleo e aço) proporcionou a base tecnológica para montagem dos primeiros grandes complexos manufatureiros e industriais e para a rápida evolução do comércio, levando a uma dinâmica de crescimento sem precedentes na economia capitalista. Em decorrência de todo esse crescimento surgiu, por um lado, uma grande demanda por matérias-primas (de tipo animal, vegetal e mineral) e, por outro, uma pressão contínua pela ampliação do mercado consumidor de produtos industrializados. Houve um profundo desdobramento espacial do capitalismo que, através das técnicas de comunicação, transporte e comércio, se expandiu por todo o globo, suplantando pouco a pouco as economias de tipo pré-capitalistas existentes fora da Europa (SEVCENKO, 1999, p. 43).

O impacto sobre os países latino-americanos, ainda fortemente submetidos à influência das potências europeias, foi imediato e profundo. Com auxílio do capital europeu que avançava rapidamente sobre esses países, dada as vantagens oferecidas pelos governos locais, esses países montaram toda a infraestrutura de transporte e comunicação, além das indústrias extrativas e de beneficiamento de matérias primas, necessárias para a adaptação ao volume e ritmo de demanda do mercado europeu e americano. O intenso desenvolvimento desse capitalismo “agrário” levou à complexificação das sociedades latino-americanas, marcada por processos de urbanização concentrada, surgimento de uma estrutura de comércio de bens e serviços, além do aparecimento de novos grupos sociais, como a “burguesia agrária” e as classes urbanas.

Por outro lado, com a intensificação das interdependências sociais no contexto desse movimento de globalização econômica, o processo de integração sociocultural entre a América Latina e a Europa, existente desde o período colonial, se intensificou bastante. Nesse período, os estilos de conduta, os modos de pensar e agir, assim como as instituições do “Ocidente moderno e civilizado” foram assimilados de modos variados pelos grupos locais (principalmente pelas elites), que tentaram fundir o padrão “civilizado” com os hábitos e tradições de sua sociedade.

Assim como nos demais países latino-americanos, o impacto no Brasil foi profundo, tendo repercussões na vida econômica, social, política e cultural do país. Começamos pelo impacto econômico.

Por conta desse processo de expansão e intensificação dos fluxos comerciais, o Brasil passou a se integrar cada vez mais na divisão internacional do trabalho através de sua “commoditie” agrícola mais valiosa, o café (nesse período, o café já representava praticamente metade das nossas exportações). Na década que vai de 1850 a 1860, nossas exportações cresceram 86% e nossas importações 89% com relação à década anterior (SINGER, 1997, p. 351). Na década seguinte, entre 1860 e 1870, novo aumento: 47% para as exportações e 41% para as importações. A enorme expansão do comércio do país com o resto do mundo foi consequência da generalização do consumo do café na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos (que passou a ser nosso principal mercado consumidor em meados da década de 1870), pois alavancou nossas exportações e, assim, financiou um maior número de importações.

Nesse momento, há uma grande expansão das lavouras de café, principalmente no noroeste paulista, e uma consequente intensificação da atividade mercantil e financeira que levou ao surto de prosperidade urbano-industrial das maiores cidades do país (principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e cidades do interior paulista, como Campinas). Trata-se de uma fase expansiva do ciclo de acumulação no país (CARDOSO, 1997, p. 17). Estimulado pelo Estado e financiado pelo capital estrangeiro (com uma consequente penetração do controle desses países na economia interna do país), esse ciclo propiciou o avanço da infraestrutura da economia agroexportadora (rede ferroviária e portos) e permitiu a instalação de manufaturas de alimentos e tecidos, além da expansão dos setores urbanos de serviços.

Dentre os desdobramentos desse ciclo na vida social, destacam-se os processos de urbanização concentrada nas principais cidades, além dos respectivos processos de diferenciação da população urbana (NEEDELL, 1993, p. 21). A sociedade dinamizava-se, complexificava-se. Novas classes surgiam, novas classes ascendiam, enquanto velhas classes decaíam.

“A urbanização ampliara o comércio e o leque de ocupações terciárias, a vitalidade econômica das novas áreas agrícolas adensara o volume de grupos sociais sem laço direto com os grandes proprietários que formavam a elite política” (ALONSO, 2002, p. 93).

De um lado, a partir desse processo de expansão econômica e complexificação social, surge uma nova classe assentada em modelos de produção e negócio capitalistas, com características mais modernas que a aristocracia rural do Império: a burguesia agrária que agora dominava o setor cafeeiro, localizada principalmente no oeste paulista (FAUSTO, 1997, p. 199). Uma classe que tinha consciência de seus objetivos e interesses e que, pouco a pouco, começava a construir um projeto de reestruturação política do país.

“Os membros da nova elite de fazendeiros paulistas viram na República uma redistribuição de poder mais favorável a seus interesses regionais. Eles vislumbravam uma federação descentralizada, na qual cada unidade desfrutaria da receita que gerasse e seria governada por representantes eleitos pela elite local” (NEEDELL, 1993, p. 23).

De outro, após a vitória na Guerra do Paraguai, o exército surge como uma corporação cada vez mais forte e cada vez mais consciente de si (CARDOSO, 1997, p. 28). Crescia entre os oficiais a visão de que os militares eram um estamento cívico que havia sido provado na guerra, que merecia respeito e que devia ter sua parte no poder. Trata-se de um grupo cujas fileiras eram preenchidas pelos próprios segmentos urbanos que surgiram com o crescimento econômico de 1850-1870, filhos de funcionários urbanos ou mesmo de militares, educados nas cidades, aversos ao imoralismo político e animados pelo amor dedicado à corporação e à pátria. Uma nova força social e política que surgia dentro do próprio aparato estatal (CARDOSO, 1997, p.32).

Em suma, dois segmentos sociais que surgiam com extremo poderio econômico e político, respectivamente, e que não se integravam perfeitamente ao mundo político imperial.

A burguesia agrária paulista reivindicava, sobretudo, autonomia política e menor intervenção prejudicial do Estado imperial em suas atividades econômicas. O Exército reivindicava maior espaço e autonomia dentro dos limites do Estado, além do direito de defender os seus interesses corporativos. Como sabemos, esses dois grupos vão protagonizar o movimento político que culmina na derrocada da ordem imperial e na montagem do regime republicano.

A resposta do Império a todo esse processo veio através dos gabinetes ministeriais. Entre os anos de 1871 e 1875, o primeiro-ministro do Partido Conservador, Visconde do Rio Branco, empreendeu um projeto de modernização conservadora como tentativa de responder aos desafios dessa nova conjuntura histórica (ALONSO, 2002, p. 83). Uma série de reformas importantes, mas moderadas, foram realizadas: lei do ventre livre (forma de abolição gradual que garantia a liberdade aos filhos de escravos), reformas judiciária e administrativa (racionalização de alguns pontos da administração), incentivo ao comércio, transportes e comunicações (reforma do código comercial, expansão das vias internas, expansão da rede ferroviária, instalação o cabo telegráfico submarino que conectava o Brasil com a Europa), reforma educacional (expansão do ensino, diversificação dos currículos, cursos de cunho técnico e científico).

Segundo Alonso (2002, p. 93), o projeto modernizador, por ser sempre muito moderado e contido nas suas ambições de renovação, redundou na convivência entre traços da ordem tradicional e inovações que anunciavam o seu fim: trabalho escravo e trabalho livre, bacharéis formados e carreiras públicas impedidas pela patronagem, apelo à lisura eleitoral e veto à participação, etc. Desse modo, a autora argumenta que o resultado das reformas empreendidas pelo gabinete Rio Branco foi uma modernização descompassada, que só contribuiu para acentuar o hibridismo daquela sociedade.

“Ao justificar os princípios da ordem social ‘natural’, a elite imperial acabou por descortinar seus dilemas e suscetibilidades mais viscerais: as dificuldades do sistema político em lidar com a mudança de padrão de sociedade, a indissolubilidade do vínculo entre a escravidão e a monarquia.”  
(Idem, *ibidem*, p. 95)

A admissão de que reformas deviam ser feitas na economia e na política, bem como a sua execução parcial e moderada, contrapostas ao conservadorismo e imobilismo da elite

parlamentar imperial, acabaram por criar uma crise dentro da própria elite, sobretudo, com a dissidência liberal (ALONSO, 2002, p. 42). Por outro lado, abriram espaço para uma série de ataques e críticas aos fundamentos da ordem imperial, agora explicitados e em franca contradição com o processo vivido pelo país. A conjunção desses fatores foi, pouco a pouco, enfraquecendo as bases políticas do regime.

Finalmente, do ponto de vista da vida cultural, a combinação de um cenário de transformação econômica, de respectiva diferenciação sociourbana e de abertura da agenda política culminou no florescimento de uma “nova imprensa”, de cunho não oficial e movida pelos grupos mal integrados à política imperial. Segundo Alonso (2002, p.279), esses novos jornais tornaram-se um espaço de crítica e reivindicação coletiva, gerando um universo mais complexo de informações e opiniões. A criação de jornais “independentes” junto com o surgimento de um maior público leitor nas cidades, somados à fundação de clubes e à realização de *meetings*, produziu uma espécie de “espaço público” no qual muitos grupos passavam a avaliar e criticar o Império, além de propor novas perspectivas (idem, ibidem, p. 264), influenciando uma “opinião pública”, ainda insipiente e restrita, e até mesmo a agenda política da Corte.

Em meio a toda essa agitação da vida intelectual de 1870, surgiam os protagonistas do movimento responsável pela contestação da ordem imperial e pela proposição de um projeto republicano de sociedade. Vindos muitas vezes das famílias de agricultores paulista, de militares ou das próprias classes urbanas, atentos às novas dinâmicas que se espalhavam pelo mundo a partir da Europa e chegavam ao país, insatisfeitos com os bloqueios e dificuldades individuais e coletivas impostas pelas instituições imperiais, colaborando com a nova imprensa, os jovens estudantes e professores mais novos das academias superiores, principalmente das Faculdades de Direito de São Paulo e Recife e das Escolas Militar e Politécnica do Rio de Janeiro, transformaram as salas de aula, os jornais acadêmicos e os clubes estudantis nos principais centros de politização e mobilização política e intelectual de contestação ao Império a partir de 1870 (VITA, 1965, p.8). Construíram “uma crítica coletiva às instituições políticas e aos modos de pensar cristalizados como tradição político-intelectual do Segundo Reinado: o liberalismo estamental, o indianismo romântico, o catolicismo hierárquico” (ALONSO, 2002, p. 170).

Desse modo, uma série de mudanças e rupturas acometiam a vida econômica, política, social e cultural do país, sinalizando que o velho mundo imperial não seria mais o mesmo. A combinação entre um processo de diferenciação social animado por um ciclo de integração econômica, desdobrando-se na formação de novos grupos sociais e dentre eles um grupo com extremo poderio econômico e mal ajustado ao espaço político (burguesia agrária), um processo de crise política dentro do Estado imperial, com fortalecimento de um exército ávido por autonomia e de uma dissidência liberal cada vez mais radical, e um processo de agitação intelectual e política a partir de uma série de jornalistas, estudantes e professores, animados pelos ideais que despontavam na Europa e insatisfeitos com a realidade do país, produziu uma revolta coletiva que durou de meados de 1870 até 1889. Revolta que seria marcada pela proposição de um conjunto de reformas estruturais e pelo ataque aos fundamentos materiais e simbólicos da ordem imperial. Pouco a pouco, o mundo imperial foi sendo desafiado e contestado, dando claros sinais de desagregação ao longo desse período.

Em primeiro lugar, desde a proibição do tráfico negroiro pela lei Eusébio de Queirós em 1850, agravada pela lei Rio Branco de 1871 (popularmente conhecida como lei do Ventre Livre), o sistema de produção agrícola baseado no trabalho escravo encontrava uma série de dificuldades, entrando em crise franca com a concorrência da burguesia agrária do oeste paulista, que já ensaiava com sucesso um modelo pautado no trabalho livre (NEEDELL, 1993 p. 21). A própria legitimidade do regime de trabalho escravo vinha sendo questionado por conta das pressões abolicionistas locais e estrangeiras. O sistema semifeudal baseado em relações de servidão e modelos de produção pré-capitalistas, herdado do período colonial, não se sustentava mais diante dos desafios do novo ciclo de integração econômica.

Em segundo, o imobilismo e a incapacidade do Estado imperial em atender às exigências e necessidades desse novo período, incluindo as demandas das facções liberais, dos agricultores paulistas, dos oficiais do Exército e das novas classes urbanas (até mesmo no sentido de não conseguir absorvê-los na máquina burocrática através do emprego público), aumentavam gravemente as fileiras da oposição política. Motivados por questões de interesse pragmático ou de idealismo político, esses segmentos questionavam a legitimidade e a viabilidade da monarquia constitucional parlamentarista que, na visão de muitos deles, não passava de uma ficção, maquiagem institucional de um governo centralizador.

Por fim, como veremos de modo mais detalhado, os jovens estudantes e professores das faculdades imperiais, animados pelas doutrinas científicas e pela nova realidade que surgia no Velho Mundo, transformaram esses locais em centros de contestação aos fundamentos simbólicos e políticos da ordem imperial. A reforma educacional promovida pelo gabinete Rio Branco em 1875 ampliou as cadeiras de ciências e os cursos técnicos, promoveu a entrada de novos professores, além de profissionalizar o magistério (ALONSO, 2002, p. 85; AZEVEDO, 1994, p. 34). De algum modo, contribuiu para criação de um espírito cada vez mais científico e cada vez menos bacharelesco e católico. A partir das faculdades de medicina, de direito e das escolas militares, surgiam as mais profundas críticas ao direito natural, rechaçando a legitimidade do direito divino, à metafísica católica, negando a religião como fator de avaliação e explicação do mundo, à visão romântica de Brasil, desmantelando a construção luso-tupi da história nacional.

“Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo (...) a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; (...) o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora.” (ROMERO, 1979, p. 162)

## **1.2 O movimento político-intelectual de 1870**

Entender o movimento de revolta e crítica ao Império de 1870 é o melhor caminho para vislumbrarmos o projeto republicano de sociedade que foi construído ao longo de duas décadas por uma série de segmentos sociais, representados pelos atores políticos e intelectuais do movimento, como uma alternativa à ordem imperial. Esse recorte nos permite recuperar historicamente o período de gestação da estrutura de poder que se efetiva na Primeira República e que trouxe consigo a proposta de construção de uma nova capital para o Brasil. Afinal, os autores que tratam do período em questão são unânimes em reconhecer que a revolta coletiva iniciada na década de 1870 foi determinante, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, para o fim do Império e a consolidação da República.

Quais seriam as propostas e perspectivas dessa revolta? Quais eram as motivações e interesses desses grupos? A partir de que base socioeconômica e de que horizonte cultural eles surgiram? E o mais importante: qual é, afinal, esse projeto de país, de sociedade, de

modernidade nacional que esses grupos defendiam e por que ele é tão decisivo para a gênese de Brasília?

Os grupos que desenvolveram suas atividades políticas e intelectuais de contestação à ordem imperial, propondo uma série de reformas, a partir de meados da década de 1870 costumam ser designados pela literatura especializada através do termo “movimento de 1870”, reunindo membros do Partido Liberal, membros dos clubes republicanos e abolicionistas, fazendeiros paulistas reunidos no Partido Republicano Paulista, oficiais do Exército, professores e estudantes das faculdades de direito e das escolas militares, etc. Já os seus protagonistas intelectuais, como Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Alberto Sales e Benjamim Constant, são conhecidos como “geração de 1870”.

O exercício de criação de uma única referência para tantos grupos heterogêneos sempre porta a dificuldade incontornável de delineamento das semelhanças e diferenças existentes entre os elementos do conjunto, de modo que seja possível justificar tal referência. Contudo, do ponto de vista de um trabalho que não se propõe a realizar uma recuperação detalhada de um movimento político-social, parece suficiente traçar as suas linhas gerais e os pontos de comunhão, reconstituindo os aspectos mais fundamentais de suas perspectivas e propostas, além de focar nas práticas e discursos dos atores mais significativos. Afinal, nosso único objetivo é dar conta do modo como o movimento de 1870 ajudou a forjar as bases materiais e simbólicas de um projeto de sociedade nacional que, a nosso ver, foi fundamental para a proposta da nova capital. Como não poderia deixar de ser, a análise do movimento estará o tempo todo pautada no objetivo final de realizar a gênese histórica de Brasília.

Já no que diz respeito à separação entre o movimento político e a geração intelectual, a questão analítica é tão ou mais complicada ainda. Realizar uma história dos intelectuais descolada do movimento e do cenário socioeconômico e político da época incorreria no erro de negligenciar todo o impacto que estes exerciam sobre a constituição do pensamento daqueles. Por outro lado, a importância dos intelectuais e da dimensão simbólica do movimento para formatação do projeto de sociedade nos obriga a dar atenção especial para esse aspecto. A formulação de uma série de análises e projeções sobre a realidade do país a partir de um ideário evolucionista foi fundamental na construção desse projeto. Assim, procuramos criar uma solução intermediária: um traslado que varia entre o âmbito estrutural



e histórico, abordando o período e o próprio movimento de um ponto de vista mais geral, o âmbito “cultural”, focando na dimensão simbólica e ideológica (como propostas e inovações do pensamento comum ao movimento), chegando finalmente ao âmbito sociobiográfico, com análises das ideias e proposições de alguns protagonistas intelectuais do movimento, tendo sempre em mente o projeto de sociedade que pretendemos esquadriñar ao longo do capítulo.

\* \* \*

Definitivamente, a novidade e a força dos discursos e práticas de todos os grupos do movimento político-intelectual de 1870 estavam na proposição de uma série de reformas sociais amplas, de cunho estrutural, abarcando instituições políticas, econômicas e sociais (abolição, a república, o Estado laico, etc.) a partir de um manancial teórico e ideológico de cunho cientificista e materialista que chegava da Europa e que portava ideais e valores de cunho “moderno” e “civilizado” (evolucionismo, darwinismo social e positivismo).

É preciso ter em mente que a capacidade do movimento de propor inovações, e mais tarde efetivar parte delas, estava fundamentada em sua base política e econômica que, sem sombra de dúvida, tinha como alicerces centrais os oficiais militares e a burguesia agrária paulista. Contudo, em nossa perspectiva, o seu aspecto mais “revolucionário” estava justamente em sua dimensão simbólica, na visão de mundo que portava e que era, de certo modo, incompatível com a base simbólica da ordem imperial. Muito além do fato de suas propostas serem bem mais radicais que as realizadas pelo Império, o caráter inovador do movimento estava justamente no conjunto de ideais e valores que portava, na base cognitiva e afetiva que os animava e que alterava radicalmente o modo de compreensão e avaliação do mundo social. A partir daí, surgirá uma imagem de sociedade que era muito diferente da ordem imperial, diferente nos próprios princípios de ordem social. Ao longo do capítulo, veremos como essa mudança é uma questão fundamental para a recuperação histórica que nos propomos a realizar.

Vale a pena se deter por alguns instantes na análise dos grupos, visualizando suas diferentes proposições e seus pensamentos. Alonso desenvolve uma análise detalhada sobre o movimento de 1870, propondo um mapeamento sócio-histórico muito rico e interessante.

A autora apresenta o movimento a partir da sua divisão em quatro grupos (liberais republicanos, novos liberais, abolicionistas positivistas e federalistas científicos) que convergiram e divergiram de diferentes maneiras nas propostas de reformas e no grau de prioridade de cada uma delas, variando no leque-comum que reunia: um regime político representativo, um regime de trabalho livre e modelos de produção e negócio capitalistas, um governo e uma sociedade pautados na razão e na ciência, além de formas de sociabilidade urbanas (ALONSO, 2002, p. 170). Nesse sentido, incorporavam de diferentes maneiras as tendências antimonárquica, antiescravista, anticatólica, antirromântica e antiliberal (ALONSO, 2002, p. 146). Do ponto de vista das teorias e doutrinas que os inspiravam, as adesões tinham o terreno comum do chamado cientificismo francês (principalmente, Auguste Comte e Ernest Renan) e do decadentismo português (Oliveira Martins e Teóphilo Braga), variando entre outras escolas e autores, com destaque para os ingleses Stuart Mill e Herbert Spencer (idem, *ibidem*, p. 193).

Alonso argumenta que apesar da heterogeneidade das proposições e inspirações, esses grupos estariam unidos por uma “comunidade de situação”, na medida em que se configuravam como segmentos sociais mais ou menos marginalizados em relação ao núcleo de poder, insatisfeitos com as desvantagens e injustiças que os afligiam e engajados no exercício de contestação da ordem política e social, clamando por uma renovação profunda<sup>2</sup>.

O grupo dos liberais republicanos era constituído pela ala mais radical dos liberais, o grupo que rompeu com o Império para compor o Clube Republicano e, mais tarde, o Partido Republicano situado na Corte.

Para os liberais republicanos, os problemas enfrentados pelo país seriam consequências do “despotismo” da monarquia, uma herança que vinha desde os tempos do Brasil-colônia corrompendo e falsificando o Estado. A república democrática e federativa seria o melhor modelo de governo, o mais racional, mais habilitado a expressar os interesses de toda uma nação, devendo substituir um sistema monárquico falido (idem, *ibidem*, p. 183).

---

<sup>2</sup> Além disso, é importante notar que os grupos do movimento de 1870, apesar de marginalizados com relação ao núcleo da elite imperial, detinham algum tipo de capital. Tratam-se de grupos sociais com trajetórias ascendentes, ou seja, elites em potencial, ou mesmo de antigas elites imperiais decadentes, como as famílias do norte ou os liberais, ávidas por recuperar suas posições.

O grupo dos novos liberais era composto por outra ala dissidente do Partido Liberal, mas que ainda manteve seu apoio ao Imperador. Uma das causas mais importantes do grupo foi a abolição, defendida de modo primoroso por Joaquim Nabuco em “*O abolicionismo*”.

No livro, Nabuco defende que a eliminação da escravidão, entendida como todo o sistema econômico arcaico e o regime de poder reunido em torno dos senhores de escravo, é a reforma mais urgente a ser realizada no Brasil. Para o autor, a escravidão influenciou toda a formação física, intelectual e moral da sociedade brasileira, de modo que a reforma deverá começar pelo fim do regime escravocrata, mas deverá seguir adiante, até que se apaguem todos os seus efeitos sobre o país. Para Nabuco, a própria identidade nacional estava ameaçada pelos efeitos funestos de mais de 300 anos de escravidão. A escravidão impedia a formação da pátria e da Nação. Formar uma raça livre e, principalmente, uma Nação livre por meio de uma reforma abolicionista (que estimularia a auto-organização política e a iniciativa econômica), era uma questão urgente, uma questão de sobrevivência.

Um dos grupos mais famosos do movimento de 1870 certamente é o da Faculdade de Direito de Recife. Naquela década, a faculdade foi tomada por jovens professores e estudantes que pretendiam expurgar antigos padrões em nome da civilização (SCHWARCZ, 1993, p. 148).

Reunido em torno de Tobias Barreto e de José Higino Duarte, animado por todo um jargão evolucionista retirado das teorias de Spencer, Darwin, Littré, Le Play, Le Bon, esse grupo promoveu uma crítica ferrenha ao direito natural e à monarquia, defendendo uma nova concepção de direito, mais científica, vinculada à biologia e à antropologia física (SCHWARCZ, 1993, p. 149). Também propôs uma nova interpretação da história nacional e da formação social brasileira a partir de uma reatualização da imagem das três raças do historiador Von Martius.

Com uma perspectiva político-intelectual relativamente próxima ao grupo da Faculdade de Direito de Recife, os positivistas abolicionistas das Escolas Militar e Politécnica do Rio de Janeiro possuíam o diferencial de ser um grupo constituído dentro da própria burocracia estatal, dentro do Exército. Decididamente, possuíam uma força política importante naquele momento.

Esse grupo era composto principalmente por jovens oficiais e pela mocidade acadêmica militar. Nas duas escolas, esses rapazes encontravam não só uma formação de tipo “técnico-científico”, como um ambiente marcado pelo cientificismo europeu, sobretudo, pelo comtismo. Reunidos no Clube Acadêmico Positivista e inspirados pela lei dos três estágios de Comte, acreditavam que havia um processo evolucionário em curso, seguindo na direção de um regime social industrial e republicano, e que caberia ao grupo e ao Exército garantir uma transição pacífica e ordenada para esse regime.

O principal mentor do grupo foi o professor de matemática e oficial do exército, Benjamin Constant, um dos pioneiros na difusão do comtismo e das teorias de Herbert Spencer no Brasil. Para Constant, a mocidade das escolas militares, estando munida da ciência positiva, estava habilitada a exercer sua cidadania e contribuir para o processo de evolução do país para um novo estágio social.

Por fim, o grupo dos federalistas científicos é provavelmente o grupo mais amplo do movimento de 1870 e certamente o grupo mais forte historicamente, pois reunia um imenso poderio econômico e político. Seus membros estavam reunidos em torno da Faculdade de Direito de São Paulo, do Partido Republicano de São Paulo e do Partido Republicano Rio-grandense, a maioria era de bacharéis oriundos dos segmentos dos cafeicultores paulistas e dos estanceiros do sul e que atacavam principalmente a centralização política da monarquia e clamavam por maior autonomia política para suas províncias.

O grupo atuou com muita regularidade na imprensa e nas agremiações. Suas publicações e discursos continham uma forte “linha científica de ataque ao Império e defesa do republicanismo”, pregando a direção científica dos governos e criticando o centralismo e o imobilismo do governo imperial (ALONSO, 2002, p. 232). Para os federalistas, o governo centralizado, patrimonialista e ineficaz do Império era como um corpo artificial resistente à inovação, prejudicial às províncias e ao próprio povo que não podia participar politicamente. Era necessário empreender uma série de reformas, orientadas cientificamente, no sentido de destruir esse arcabouço político e fundar um novo governo.

Uma das figuras proeminentes do grupo foi o advogado Alberto Sales (irmão de Campos Sales). Sales trabalhou ativamente na Gazeta de Campinas e no jornal A Província de São Paulo, tendo se destacado como principal ideólogo do Partido Republicano Paulista.

A principal tese defendida por Sales era a ideia de que todos os governos tenderiam fatalmente para a forma científica da república “semecrática” (tradução para self-government), um governo escolhido pelo povo, de acordo com seus costumes e com suas necessidades sociais, onde o poder político é limitado pelos direitos individuais e sociais, sendo administrado por funcionários eleitos com mandato temporário e responsável. Esse regime era visto como uma imposição da própria evolução das instituições políticas, por ser mais adequado à representação dos interesses e características de uma nação. Sales também pregava a superioridade do formato federalista para um país com as dimensões territoriais e com a diversidade racial do Brasil (VITA, 1965, p. 38).

Em resumo, o movimento político-intelectual de 1870, enquanto parte do processo de modernização vivido pelo Brasil na condição de país “satélite” de um sistema capitalista cada vez mais globalizado, constituiu-se a partir de segmentos sociais que eram os principais interessados na continuidade e na vitória desse processo. Tanto na condição de grupo social recém-nascido e ascendente graças a tais mudanças (burguesia agrária, novos segmentos urbanos, próprio Exército), quanto na condição de grupo de elite em trajetória economicamente descendente (Faculdades de Recife e Salvador), e mesmo como atual grupo de elite em situação de ambiguidade e ameaça (liberais), os diferentes segmentos do movimento viviam esse momento de transformação em todos os âmbitos de suas vidas individuais e coletivas.

A partir de sua própria perspectiva, cada um deles esteve engajado em uma luta política e intelectual em favor de reformas adequadas à renovação socioeconômica, à continuidade do processo de integração e à superação das crises que existiam no país, se dispondo inclusive a enfrentar ordem imperial caso ela obstaculizasse todo o processo.

Dentro do movimento, facções liberais dissidentes e associações republicanas se alinhavam com toda uma geração de jornalistas, literários, professores e estudantes através da crítica e enfrentamento da realidade social e política do país, ambicionando um programa de intervenção que pavimentaria o caminho do país rumo ao futuro que despontava do outro lado do Atlântico (NEEDELL, 1993 p. 221). Não por acaso, o centro gravitacional do movimento encontrava-se nas faculdades, que vinham operando como verdadeiros centros de politização e redistribuição dos ideais “civilizados” vindos da Europa (VITA, 1965, p. 8).

Para Ângela Alonso (2002, p. 175), a importância das teorias europeias estava concentrada na sua força política: o repertório europeu oitocentista fornecia o instrumental teórico e retórico necessário para avaliar o cenário político-social brasileiro e propor alternativas de intervenção. Apesar da motivação política, não podemos deixar de lado o fato de que as teorias europeias foram extremamente decisivas no desmantelamento simbólico do mundo imperial, na substituição de sua visão de mundo, mesmo quando esse não foi o objetivo final dos atores (ORTIZ, 2006, p. 14 ; SCHWARCZ, 1993, p. 150).

Como veremos, o caráter explosivo do repertório europeu estava contido justamente na sua capacidade de corroer os princípios simbólicos que legitimavam a ordem imperial, instigando uma crítica sólida e agressiva à visão romântica e católica que sustentava o mundo imperial enquanto cosmo simbólico.

Desse modo, é necessário repetir mais uma vez: foi justamente no aspecto simbólico, ao propagar uma nova visão de mundo e pregar uma nova imagem de sociedade que, a nosso ver, o movimento de 1870 foi tão inovador. Tomado por um cenário de transformação econômica e sociocultural, informado por teorias da história evolucionistas, esse movimento difunde um projeto político de reorganização do país sustentado por um olhar científico sobre a realidade, deslocando os anseios e vontades para o futuro de um país que deveria civilizar-se. Uma pauta importante desse projeto será a integração do país e, junto com ela, a interiorização da capital.

Nesse momento é preciso fazer um parêntese irritante, como diria Euclides da Cunha, por conta da demora textual e das dificuldades próprias de uma reflexão que é incontornável para o trabalho: a influência do repertório europeu na construção do projeto de sociedade e civilização de 1870.

### *1.2.1 A influência do repertório intelectual europeu de meados do século XIX*

Durante muito tempo vigorou a imagem difundida pelos próprios críticos literários (como pelos modernistas), de que o Brasil seria um entreposto dos produtos culturais provindos do exterior, constituindo-se como um espaço de importação e imitação das ideias estrangeiras (ORTIZ, 2006, p. 27).

Renato Ortiz defende a ideia de que a importação das teorias europeias envolvia uma escolha orientada a partir das necessidades internas do país: tratava-se de um processo de “sincretismo científico”, onde as teorias estrangeiras eram escolhidas, ordenadas e recortadas de acordo com um “sistema-partida”, a problemática nacional (ORTIZ, 2006, p. 30). Ângela Alonso (2002, p. 175), também argumenta que aqueles intelectuais adotaram essas teorias conforme seu potencial para explicar a conjuntura brasileira.

Acreditamos que a análise do movimento de 1870, principalmente do ponto de vista da sua dimensão intelectual, deve ser um pouco mais ponderada.

Ao lermos os textos dos intelectuais que protagonizaram o movimento, fica evidente o fato de que eles não eram meros imitadores, pois realizavam recortes e rearranjos teóricos inusitados e originais de acordo com suas preocupações políticas e nacionais, travando, inclusive, intenso diálogo com a tradição e o pensamento local. Entretanto, resumir esse processo como uma “escolha” político-intelectual<sup>3</sup> motivada pela realidade interna do país é, a nosso ver, simplificar o problema. Afinal, a relação com o repertório político-científico europeu sempre foi mais ou menos condicionada pela imposição estrutural de um espaço de possíveis (no caso, possibilidades teóricas) que não tem nada de aleatório. A presença intensa de referências ao pensamento português, francês e inglês é bem sugestiva nesse sentido.

O argumento de Sevcenko é forte, mas inspira uma reflexão crucial sobre esse processo:

“Vemos, portanto, que esse desdobramento a nível mundial da cultura europeia forçava no sentido de uma europeização das consciências e gozava da vantagem de ser o único padrão de pensamento compatível com a nova ordem econômica unificada, fornecendo, pois, o subsídio para as iniciativas de modernização das sociedades tradicionais. O caso brasileiro é típico” (SEVCENKO, 1999, p. 82).

O argumento, apesar de soar radical, permite fazer uma importante consideração. O ciclo mundial de integração que se iniciou nas décadas de 1860 e 1870 não se deu apenas no âmbito econômico, como fluxo de mercadorias e modelos de produção e negócio, como também não se deu apenas no âmbito político, por meio da influência direta do imperialismo

---

<sup>3</sup> Como uma simples escolha individual, na qual o ator elege recursos teóricos e retóricos mais adequados aos seus interesses políticos e intelectuais.

ou indireta das relações diplomáticas. Esse ciclo também se deu no âmbito sociocultural, não como um simples contato, troca ou intercâmbio cultural entre os países, mas como um importante processo de disseminação de modelos de pensamento e sentimento e de padrões de conduta ocidentais-europeus.

“A partir da sociedade ocidental... padrões de conduta ocidentais ‘civilizados’ hoje estão se disseminando por vastas áreas fora do ocidente, seja através do assentamento de ocidentais ou através da assimilação pelos estratos mais altos de outras nações (...). Essa difusão dos mesmos padrões de conduta... seguiu-se à incorporação de outros territórios à rede de interdependências políticas e econômicas à esfera das lutas eliminatórias entre as nações do Ocidente (...). As formas ‘civilizadas’ de conduta disseminaram-se por essas outras áreas em razão e na medida que nelas, através de sua incorporação à rede cujo centro ainda é o Ocidente, a estrutura de suas sociedades e de relacionamentos humanos também está mudando” (ELIAS, 1993, p. 212).

Esses modelos e padrões socioculturais ocidentais-europeus foram assimilados e incorporados pelos grupos locais de modo mais ou menos inconsciente e com maior ou menor facilidade, fundindo-se com os padrões socioculturais da sociedade local com maior ou menor sucesso.

“... podemos notar... características de uma forma primitiva de ascensão, não ainda no grupo nativo como um todo, mas de alguns de seus membros. Eles absorvem o código dos grupos superiores e passam, assim, por um processo de assimilação. Seu controle de paixões, sua conduta, obedecem às regras dos grupos superiores. (...) Pessoas nessa situação tentam conciliar e fundir esse padrão com os hábitos e tradições de sua própria sociedade...” (ELIAS, 1993, p. 259).

Assim como os próprios intelectuais europeus, mas de uma perspectiva muito diferente (a partir de uma posição “dominada” e “defasada”), os intelectuais do movimento de 1870 assistiram, vivenciaram e, principalmente, incorporaram todo esse processo de integração econômica, política e sociocultural que se estendeu por todo o globo terrestre ao longo da segunda metade do século XIX. Como já foi dito, o movimento de 1870 foi produto histórico e vetor sociopolítico desse processo no Brasil, enquanto seus intelectuais foram os mais consequentes porta-vozes, e mesmo profetas locais, do desenvolvimento incontornável desse processo mundial de integração modernizadora, cujo ritmo e intensidade ameaçava a própria sobrevivência de quem não o acompanhava.

Nesse sentido, não se trata apenas de imitar e importar ou escolher e sincretizar modelos de pensamento ou teorias, a própria experiência no mundo, a própria constituição



cognitiva e afetiva desses atores era profundamente marcada por todo esse processo. Alguns viveram e estudaram na Europa e nos Estados Unidos, viram de perto o centro do processo e o novo mundo que ali surgia. Outros estudaram com professores que conheciam os ideais e teorias que de lá chegavam, quando não estavam no próprio parlamento presenciando a crise e os desafios que assolavam a agenda política do país.

Consequentemente, as suas tendências e “escolhas” político-intelectuais encontravam quase que “espontaneamente” os “mestres” ou “páreos” intelectuais europeus que escreveram sobre o mundo a partir de uma experiência equivalente, paralela, mas obviamente muito diferenciada.

Um encontro que se dava por meio de uma integração sociocultural que não tinha nada de “equilibrada” ou “justa”, além de ser defasada, de modo que tudo acontecia dentro de um escopo bem definido e não-aleatório de possibilidades fundamentado em imposições estruturais. Além disso, esse encontro ainda era influenciado por padrões de conduta europeus-ocidentais que já vinham se fundindo com as estruturas de personalidade locais.

Assim, acreditamos que qualquer análise do movimento de 1870 deve atentar para essa dinâmica complexa, centrada em um processo histórico de integração modernizadora que se constituía como experiência (formativa dos atores, forjando aspirações e dilemas individuais e coletivos) e como temática (objeto de análise, avaliação e preocupação), envolvendo um contexto que variava entre a imposição estrutural de um espaço de possíveis, a influência de princípios de preferência já mais ou menos fundidos aos padrões europeus, e a escolha por relações de afinidade.

As doutrinas europeias que aqui chegavam, portavam teorias da história e filosofias sociais e políticas que possibilitavam, por conta das relações estruturais objetivas e subjetivas de que falávamos, a compreensão do quadro de transformação socioeconômica e política vivida pelo Brasil, além de oferecerem uma possibilidade de intervenção e mesmo predição desses processos.

Os intelectuais brasileiros formaram-se em meio a esse quadro, experienciavam na vida política, intelectual, pública ou privada, de modo individual ou coletivo, um período de mudanças e crises que, como eles percebiam muito bem, estava conectado à nova realidade que despontava nos dois lados do atlântico norte. Uma realidade tida como civilizada e

evoluída e que agora batia à porta do país. As doutrinas europeias, como o positivismo e o evolucionismo social, lhes permitiam enquadrar cognitivamente e afetivamente todo esse cenário que os arrebatava por dentro, por fora e por todos os lados.

\* \* \*

O repertório político-intelectual europeu da segunda metade do século XIX fora produzido em meio à consolidação das principais nações europeias como centros mundiais de modernização. Uma espécie de berço da civilização industrial-científica burguesa que agora, completado o ciclo iniciado pelas revoluções industrial e francesa que derrubou o mundo medieval, se lançava sobre todo o globo através da expansão imperialista subsidiada pela II Revolução Industrial.

Por outro lado, o grande respaldo teórico e empírico que as ciências naturais ganhavam naquele momento, enquanto responsáveis por parte das mudanças e progressos em curso, repercutia profundamente nas doutrinas que se propunham a interpretar o mundo à luz de todo esse processo que envolvia o fim do mundo medieval, o despontar da civilização burguesa e a centralidade adquirida pelo Ocidente (AZEVEDO, 1994, p.16).

Foi mais ou menos nessas condições que o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo social, além de outras tendências, surgiram como parte de um imaginário cientificista e materialista voltado para a compreensão da realidade à luz desse cenário de integração modernizadora e civilizatória de proporções mundiais. Um imaginário que tomava todo esse processo como um destino histórico, movido por leis naturais (ou mesmo biológicas) que só eram passíveis de compreensão e avaliação através da ciência. Em suma, a “civilização” era uma lei, um destino inevitável a ser compreendido e buscado com ajuda da razão.

Como muito bem analisado por Norbert Elias, a palavra “civilização” ganha corpo através do movimento reformista dos fisiocratas franceses. Atuando como burocratas nos últimos reinados do Antigo Regime francês, os fisiocratas propunham a ideia de que a sociedade e a economia tinham leis próprias que resistiam à interferência irracional dos governantes. Segundo Elias (1994, p. 60), essas leis correspondiam basicamente aos processos

de crescente comercialização e industrialização que despontavam na Europa. Assim, esses burocratas defendiam que o governo deveria adequar-se a essas leis naturais através de uma administração esclarecida, sob a pena de deflagrar o caos. Era preciso reformar as instituições e a legislação, aprimorá-las através do conhecimento, para garantir a continuidade, de forma ordenada, desse processo natural de progresso material (ELIAS, 1994, p. 59).

Vinculado à adaptação burguesa da ideia cortesã de *civilité*, que designava a conduta e o modo de ser refinado da classe superior, o conceito de civilização surge como designação de um processo natural de progresso material e do conseqüente refinamento, melhoria e racionalização das instituições sociais e políticas, além dos modos de comportamento.

De acordo com Elias, com a ascensão da burguesia francesa, o conceito de civilização passa a expressar a autoimagem nacional francesa, não demorando muito para também ser utilizado como autoproclamação da superioridade francesa, justificando aspirações expansionistas já no governo de Napoleão (ELIAS, 1994, p. 64).

Gradualmente, argumenta Elias (1994, p. 64), a consciência de civilização como consciência de superioridade começou a se espalhar pelas nações europeias e passou a expressar a consciência que a Europa tinha de si mesma e, mais tarde, que o Ocidente tinha de si mesmo (*idem*, *ibidem*, p. 23). Com o crescimento da ação expansionista por parte dessas nações na segunda metade do século XIX, durante o chamado imperialismo, a consciência de civilização passou a servir como justificativa para o seu domínio direto ou indireto sobre grandes segmentos do mundo não-europeu (*idem*, *ibidem*, p. 64).

Chega a ser intrigante o modo como o conceito de civilização, tanto na sua formulação teórica e fisiocrática como um processo natural em curso, quanto na sua formulação política e imperialista como um estado de superioridade que legitimaria ações expansionistas, encontra-se reproduzido nas doutrinas científicas da segunda metade do século XIX. A grande novidade dessas doutrinas foi o acoplamento desse conceito com as novas perspectivas formuladas pelas ciências naturais, particularmente a biologia e as novas teorias da evolução. Como coloca Ortiz:

“Elaboradas na Europa em meados do século XIX, essas teorias, distintas entre si, podem ser consideradas sob um aspecto único: o da evolução histórica dos povos. Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o ‘simples’ (povos primitivos) evolui naturalmente para

o mais ‘complexo’ (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações. (...) o evolucionismo, em parte, legitima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A ‘superioridade’ da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos.” (ORTIZ, 2006, p. 15)

Essas doutrinas acreditavam que havia um processo evolucionário natural em curso, comum a todas as sociedades, partindo de um estágio social inferior para um estágio social superior. Um processo natural, de cunho civilizatório, que levaria todas as sociedades até o estágio no qual se encontravam as sociedades europeias, com tudo o que ele envolvia: um regime republicano, industrial e científico.

Dentre essas doutrinas, o positivismo de Auguste Comte e o evolucionismo social de Herbert Spencer chegaram com extrema força na América Latina e no Brasil, constituindo-se como o núcleo-base do pensamento político-intelectual aqui desenvolvido. Os intelectuais brasileiros combinavam a lei dos 3 estágios de Comte com a perspectiva da evolução por integração e diferenciação de Spencer, além de ajustarem a política científica comtiana à defesa do estado industrial, pacificado e liberal promovida pelo filósofo inglês. A base de sua perspectiva era a crença em uma evolução social linear, na qual o modelo de pensamento metafísico e a organização centralizada e coercitiva de tipo militar seriam substituídos, através da intervenção de um governo orientado cientificamente, por um pensamento científico e uma organização de tipo industrial, liberal e pacificada (LEMOS, 1999, p. 357; VITA, 1965, p. 36).

Nas publicações e discursos do movimento de 1870, encontramos uma interpretação do processo de integração e modernização que chegava ao Brasil como um processo evolucionário (determinado por leis naturais) rumo à civilização, sendo marcado por crises morais e sociais relativas às contradições da transição de um estágio social anterior e inferior para um estágio novo e superior que poderiam ser evitadas por reformas político-sociais orientadas pela ciência, único instrumento legítimo de compreensão das leis que moviam a realidade.

A formação intelectual e política forjada em meio a esse processo de integração modernizadora e à respectiva crise da ordem imperial, combinada com as doutrinas europeias e o seu binômio civilização e ciência, levou boa parte dos intelectuais e políticos do movimento de 1870 a construir algumas constatações padrões sobre a realidade brasileira.

O princípio de todo o diagnóstico era a ideia de que uma mudança inevitável ocorria no mundo todo. As sociedades estariam em um momento crítico do processo evolutivo no qual elas transitariam de uma forma militar, aristocrática e medieval para uma forma caracterizada pelo desenvolvimento econômico, pela complexidade social, pela expansão da participação política e pela racionalização do Estado, além da substituição da religião pela ciência enquanto orientação normativa da conduta (ALONSO, 2002, p. 239).

Como apontado por Ortiz (2006, p. 15), o diagnóstico da realidade brasileira a partir de uma história natural da humanidade definia de imediato o nosso estágio civilizatório como inferior, muito distante da etapa alcançada pelos países europeus. A constatação era de que o Brasil ainda era uma formação aristocrática e medieval, muito atrasada com relação às sociedades modernas que despontavam na Europa, com seus Estados e economias poderosas. A partir desse diagnóstico, a consciência do atraso seria uma marca do pensamento do movimento de 1870.

É nesse sentido que Tobias Barreto, diante do estado de pauperismo e desagregação social das cidades do interior, dizia que o Brasil ainda não era uma nação (BARRETO, 1926, p. 101). Para essa geração de pensadores, era preciso remodelar a estrutura social e política do país, modernizá-la, para que este pudesse figurar entre as nações civilizadas.

Como observa Alonso em um comentário sobre essa geração:

“A política científica deu-lhes um parâmetro, a escala evolutiva, para comparar o desempenho do país com o que julgavam ser um movimento universal (...). A história brasileira foi reavaliada, revelando a incompatibilidade entre a sociedade imperial... e a civilização moderna” (ALONSO, 2002, p. 241).

O diagnóstico de 1870 interpretava a especificidade do cenário brasileiro como uma diferença de fase, apreendida a partir de uma teleologia histórica e de uma filosofia social progressista que esclareciam o nosso estágio de atraso e, ao mesmo tempo, definiam o programa de intervenção necessário para superá-lo. Nesse quesito, a influência comtiana era generalizada: o melhor programa de intervenção seria a realização, pelo Estado, de um conjunto de reformas sociais e políticas orientadas pela ciência.

A partir da perspectiva comtiana, o governo aparecia como uma questão de competência intelectual e técnica: somente uma intelligentsia bem instrumentalizada seria

capaz de agir em nome do bem comum. A transição para um estágio social moderno deveria ser orientada por uma elite político-intelectual habilitada por sua familiaridade com o conhecimento científico e por sua capacidade de compreender e analisar a realidade brasileira (SALES apud VITA, 1965, p. 89).

A geração intelectual de 1870 não hesitou em se auto-reconhecer como essa elite político-intelectual responsável por sintonizar o país com a marcha da civilização. Logo procedeu à realização de duas etapas incontornáveis da transição moderna guiada pela política científica. Na primeira etapa, procurou diagnosticar a realidade histórica singular do país, tentando identificar as possíveis causas do atraso e os impasses que provocavam as crises de transição. Na segunda, a partir do diagnóstico feito, propôs uma série de caminhos possíveis para que o Brasil se constituísse como um país civilizado, um conjunto de reformas sociais e políticas necessárias para superação do estágio de atraso e transformação do país: reforma do Estado e das instituições políticas (extensão dos direitos civis, da liberdade civil, religiosa e de imprensa; secularização do Estado; expansão do voto; descentralização política), reforma da economia (abolição completa da escravidão e adoção do regime de trabalho livre; adoção de modelos de produção e negócio capitalistas), reforma educacional (expansão do ensino), etc.

\* \* \*

Como já dissemos, o caráter inovador do movimento de 1870 está justamente no seu aspecto simbólico, ao portar uma visão de mundo que rompia com a visão romântica e católica da ordem imperial. Por mais que houvesse um diálogo e uma ressemantização de elementos imperiais ou coloniais, a visão de mundo científicista e materialista do movimento transformou o próprio modo de compreensão e avaliação da ordem política e social, o que reverberava na proposição de uma nova imagem de sociedade.

Com a formulação da tese de que a economia e a sociedade seguiriam suas próprias leis e, subsequentemente, com a formação do conceito mais amplo de “*civilisation*”, surge, na passagem do século XVIII para o século XIX, uma perspectiva teórico-política cada vez mais forte que tomava as leis autônomas do mundo histórico como objetos produtores de verdade, como parâmetros de verificabilidade que permitiriam julgar uma prática governamental como

certa ou não (FOUCAULT, 2008, p. 45). Ou seja, configuravam-se como base de legitimação de uma ordem política e social na medida em que esta deveria se adequar à fatalidade incontornável daquelas, sob a condição de tornar-se um obstáculo e, assim, ameaçar sua própria razão de ser (FOUCAULT, 2008, p. 61). A legitimidade do domínio sociopolítico passaria por sua capacidade de adequação a tais leis por meio de instrumentos de avaliação capazes de apreendê-las e codificá-las, o que naquele momento era associado à ciência.

Movido por essa perspectiva, o movimento de 1870 introduziu uma grande novidade como paradigma do pensamento político brasileiro de fins do século XIX: a crença de que qualquer projeto de domínio político-estatal só poderia ser bem-sucedido quando fundamentado no conhecimento sobre a realidade produzido pela ciência. Assim, todo projeto de reorganização do Estado-nacional brasileiro estaria necessariamente ligado às atividades de uma elite técnica e científica que garantiria uma orientação “verdadeira” para o projeto. O próprio aparato estatal era concebido como um aparelho técnico-burocrático a ser liderado por mentes competentes (o governo da inteligência). Mais do que advogar a importância dos intelectuais para o sucesso dos governos, essa nova visão de sociedade deslocava a ciência para o centro do mecanismo de legitimação da ordem política e social.

Além disso, essa visão, ao ter como fundamento um paradigma teleológico da evolução rumo à civilização, portava a crença na capacidade da ciência de prever e do Estado de acelerar o processo em andamento. Nesse sentido, podemos falar de uma visão de sociedade de tipo “moderna” pois para ela, mais importante que as realizações no passado que pavimentaram o caminho para um presente vitorioso, são as possibilidades de realização de um futuro glorioso. A instauração do novo e a garantia do futuro são as suas metas, de modo que o domínio no presente passa a ser legitimado pela capacidade de realizar um dever-ser, o devir histórico da civilização. Essa visão subverte o mecanismo de legitimação tradicional, pautado no passado, propondo um modelo ideológico, no qual o poder se projeta para o futuro.

O movimento de 1870, ao difundir essa visão de mundo e de sociedade, contribuiu para o desmantelamento da estrutura simbólica da ordem imperial:

“Segundo vários críticos, coube à ‘geração dos 70’ a introdução do Brasil na ‘modernidade cultural’ (...) A recepção dessas teorias científicas deterministas significava a entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas” (SCHWARCZ, p. 150, 1993).

Por mais que o imperador propagandeasse uma imagem do Brasil como um país ilustrado, a política e a sociedade estavam fundamentadas em um cosmo simbólico pautado na metafísica católica e na visão romântica do encontro luso-tupi, que se reproduzia por um mecanismo de legitimação calcado na tradição e no passado. A visão de mundo de 1870 deslocava o centro do mecanismo e a própria maneira de conceber o mundo social para o paradigma da união entre mercado, Estado e ciência. Mais especificamente, o que estava em pauta era a efetivação desse paradigma em um futuro próximo, por meio de um projeto político, orientado racionalmente, que viabilizasse a reorganização da sociedade brasileira nos moldes das civilizações europeias. É justamente a partir da montagem desse projeto político, fomentado por um olhar científico sobre a realidade brasileira, que o tema da integração e, conseqüentemente, o tema da interiorização da capital ganham força.

### *1.2.2 Uma ciência sobre o Brasil: o meio e a raça*

Os intelectuais do movimento de 1870, movidos por essa visão de mundo e de sociedade, assumiram sua missão civilizatória independentemente da solicitação do governo imperial, procedendo ao diagnóstico da realidade política, social e econômica do país com o objetivo de desvendar o que mantinha o país em posição tão distante dos países europeus e o que obstaculizava o avanço do processo de civilização. A questão fundamental era entender o que impedia o Brasil de se constituir como uma sociedade-nação civilizada e qual o programa de reformas necessário para realizar tal meta.

Influenciados pelo conteúdo determinista das doutrinas científicas europeias, principalmente das teorias raciais e do positivismo (que afirmava que a diversidade das formações sociais seria explicada pela diversidade das raças, dos climas e da política), os intelectuais da geração de 70 elegeram duas chaves explicativas básicas para a compreensão do que seria essa singularidade histórica e social chamada Brasil: o meio e a raça.

“Daí destacar, na formação de qualquer nacionalidade, “três elementos essencialíssimos, que, mais do que todos os outros, concorrem para êsse resultado; são êles o condicionalismo geográfico, o condicionalismo étnico e o condicionalismo psicológico” (SALES apud VITA, 1965, p. 97).



Afinal, como argumenta Ortiz (2006, p. 17), éramos um país geograficamente muito diferente da Europa e que tinha sido povoado por uma combinação de raças muito diferente da europeia, sendo necessário enquadrar tanto particularidades quanto diferenças, de modo a entender os condicionantes da formação étnica e social brasileira, suas implicações para o estágio civilizatório do país, além de vislumbrar possibilidades de intervenção.

Assim, realizou-se um esforço hercúleo, presente nas obras de praticamente todos os pensadores daquela geração, no sentido de analisar sincrônica e diacronicamente a formação social brasileira. Por um lado, procurou-se compreender os fenômenos sociais e políticos da época à luz das determinações do meio e da raça, esmiuçando, muitas vezes, o comportamento dos indivíduos, as tradições coletivas e mesmo as instituições sociais a partir do condicionamento dos climas regionais, dos processos mesológicos e dos tipos raciais. As publicações da Faculdade de Medicina de Salvador e do médico Nina Rodrigues a respeito da degeneração física e mental da população mestiça são exemplares desse tipo de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 211). Por outro lado, e essa parece ter sido a opção mais frequente, voltou-se para a história nacional com o intuito de entender o processo de constituição sociopolítica e étnica do Brasil a partir de princípios científicos e deterministas, relativamente diferentes dos que tinham sido adotados pela geração romântica. Sem deixar de dialogar com as narrativas anteriores (como a romântica), essa nova geração reatualizou a temática da colonização, agora pela perspectiva da decadência: todo o processo de colonização passa a ser visto como fator condicionante do atraso.

“A releitura do processo de colonização encaminhou uma reinterpretação dos processos de formação do Estado e da Nação *brasileiros* e das estruturas socioeconômicas e hierarquias políticas *herdadas*. (...) Os grupos identificaram o processo de colonização como a *causa primeira* a partir da qual um complexo emaranhado de problemas se desdobraria” (ALONSO, 2002, p. 240).

Vale a pena repetir. As análises sincrônicas e diacrônicas da formação social brasileira visavam diagnosticar as singularidades e, sobretudo, as diferenças do nosso país de modo a compreender o que éramos (nossa constituição social-nacional como fórmula explicativa do nosso estágio civilizatório), mas, principalmente, o que não éramos (nossa formação social-nacional como um problema, como algo não realizado e, por isso, atrasado), vislumbrando ainda como poderíamos superar essa lacuna.

Nesse sentido, como apontado por Ortiz (2006, p. 17), a problemática étnica envolvendo as diversas raças e sub-raças que compunham a população nacional, somada à problemática das tramas mesológicas em curso nas diferentes regiões do país, estava ligada a alguns questionamentos muito caros aos intelectuais de 1870: existe um povo brasileiro, enquanto entidade minimamente homogênea? Existe um tipo étnico representativo da nacionalidade? Quais são seus atributos, virtudes e vícios, bem como quais são as implicações destes para o estágio social brasileiro? Como responder a essas questões, levando em conta os inúmeros cenários geográficos existentes nas diversas regiões do país? Qual o impacto da diversidade de meios sobre a questão racial? De que modo as populações nacionais se distribuem e se relacionam com o território nacional?

Em última medida, esses intelectuais tinham como parâmetro de seu diagnóstico uma grade de noções e valores que vinha do próprio processo de “*nation-building*” europeu. Assim, tomavam como um questionamento existencial, individual e coletivo, se existiria ou não um povo-nação brasileiro, a base ontológica a partir da qual se constituiriam as sociedades-nacionais modernas e se legitimaria a ação dos estados-nacionais modernos. Em termos mais precisos, a geração de 70 questionava: seria o Brasil uma sociedade unida por laços étnicos e linguísticos, constituída por uma história comum e circunscrita em um determinado território, capaz de representar seus interesses através de um Estado constituído? Existiria em nosso país, um povo e uma nação de fato?

Ou seja, a única base política que pode ser dada ao Estado é a soberania nacional: “Só o povo é o único competente para escolher o govêrno que quiser, desde que entenda que a forma preferida esteja de harmonia com sua índole, seus costume, seus antecedentes históricos e suas necessidades sociais. Êsse direito, que é imprescritível e inalienável, reside permanentemente na nação e constitui a própria vida do corpo social” (SALES apud VITA, 1965, p. 84).

Assim, acreditamos que foi com esse conjunto de preocupações em mente que os intelectuais de 1870 realizaram diversos estudos sobre as vicissitudes do meio brasileiro, a sua relação com as variações raciais e, principalmente, a conversão das três raças durante o processo de colonização.

Como afirma Ortiz, essa perspectiva permite entender o contexto e os motivos pelos quais as teorias raciais foram acatadas com tanto entusiasmo no Brasil, mesmo quando elas já

vinham sendo criticadas na Europa. O autor argumenta que a temática racial constituiu a linguagem pela qual aqueles intelectuais apreenderam a realidade social brasileira, refletindo, inclusive, o dilema da construção de um Estado nacional que ainda não teria se consolidado (ORTIZ, 2006, p. 30). A assertiva de Lilia Schwarcz complementa a tese:

“Apesar das respostas hoje datadas de um grupo limitado que fez uma ciência positiva e determinista seu modelo privilegiado de explicação, o fato é que esse modelo racial foi amplamente assumido nesse momento, constituindo-se em um argumento, quase consensual, para uma questão constantemente levantada e poucas vezes respondida: *afinal, que país é este?*” (SCHWARCZ, 1993, p. 19).

Nesse período, a combinação entre o tema da miscigenação, da diversidade racial, dos cenários geográficos brasileiros e da colonização vai reatualizar a teoria das três raças do historiador Von Martius, só que em moldes deterministas, vinculando-a a problemática do atraso e da constituição nacional enquanto realidade e possibilidade. A imagem das três raças se tornou tão forte que passou a ser vista como base de toda a história e de toda a formação social brasileira, transformando-se em objeto privilegiado de análise e substituindo de vez a representação luso-tupi da geração romântica.

“A imagem de Brasil que surgia ali recriminava a violência da colonização..., mas também acentuava... o lado positivo de sua obra: a implantação de uma raiz ibérica na América. A incorporação simbólica do negro como elemento formador escancarava como marca peculiar do país a escravidão africana... (...) Também desarmavam a representação luso-tupi da nacionalidade que foi abandonada em favor da tríade em que entrava definitivamente o africano” (ALONSO, 2002, p. 290).

Como apontado por Ortiz (2006, p. 20), a reconstituição da história da formação social brasileira a partir da epopeia das três raças procurava equacionar o profundo dilema que a diversidade racial trazia para a questão da existência de um tipo nacional por meio da figura do mestiço. Os intelectuais de 70, cientes que a civilização europeia não pôde ser transplantada integralmente para o solo brasileiro e que duas outras raças consideradas inferiores contribuíram para a evolução da história brasileira, procuravam encontrar um ponto de equilíbrio nessa figura étnica que definiria nossa diferenciação nacional (ORTIZ, 2006, p.20). A partir da tese da “aclimatação”, esses intelectuais acreditavam que o mestiço era o resultado da adaptação da civilização europeia nos trópicos. Ortiz defende que a busca por

uma identidade nacional encontrou, na “experiência aclimatadora” do mestiço, o fator que definiria nossa singularidade.

Contudo, a “solução” para a questão da existência de um tipo nacional desdobrava-se em um novo dilema. O olhar da geração de 70 para a temática racial foi majoritariamente subsidiado pelas teorias raciais de meados do século XIX. Autores como Le Bom, Taine e Gobineau viam o processo de miscigenação como fator de degeneração e desequilíbrio. O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, incorporava os defeitos das raças inferiores, além de apresentar o agravante de constituir-se a partir de elementos raciais mal equilibrados. Era um decaído. Influenciada por essas teorias, a maioria dos intelectuais brasileiros tinha uma perspectiva muito pessimista com relação à mestiçagem.

Muito representativa dessa tendência foram as atuações dos professores e estudantes da Faculdade de Medicina de Salvador, principalmente de Nina Rodrigues, que publicaram uma série de estudos relacionando o fenômeno da mestiçagem como causa de doenças e epidemias (SCHWARCZ, 1993, p. 207). A partir das teorias raciais e do darwinismo social, esses médicos condenavam o cruzamento como o nosso maior mal (SCHWARCZ, 1993, p. 208).

Mesmo os autores mais moderados, que eram menos pessimistas com relação ao elemento mestiço, viam o cruzamento a partir de uma perspectiva negativa. Nabuco admitia que “muitas das influencias da escravidão” podiam “ser atribuídas á raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, ás suas superstições grosseiras” (NABUCO, 2011, p. 174). Silvio Romero, anos mais tarde, afirmaria que algumas boas qualidades do colono europeu foram dissolvidas pelo contato com índios e negros e com o meio tropical, resultando na formação de uma índole destruidora (ROMERO, 2001, p. 58).

Como afirma Schwarcz, a percepção das fragilidades e especificidades ligadas a uma configuração nacional profundamente miscigenada gerava um grande dilema para aqueles pensadores. Afinal, o tipo nacional era o mestiço e a perspectiva das teorias raciais apontava para a inviabilidade de alcançarmos, nessa condição, um estágio civilizatório superior. Como produto dos cruzamentos raciais, as chamadas sub-raças reuniriam limitações físicas e mentais das raças inferiores, não estando aptas ao progresso e à civilização (SCHWARCZ, 1993, p. 240). Havia uma boa dose de desilusão e, principalmente, uma forte “consciência do atraso” nesse diagnóstico.

Contudo, a nosso ver, foi justamente no caráter “ambíguo” do elemento mestiço, por reunir pontos positivos e negativos das raças cruzadas, que aqueles intelectuais vislumbraram uma saída.

“Em vista da disseminação da explicação racial, somada ao pessimismo dos prognósticos e das análises científicas da época, restava a esses ‘homens de ciencia’ intervir nos estreitos limites que as teorias lhes permitiam” (SCHWARCZ, 1993, p. 19).

Na visão da geração de 70, a população era sim mestiça, mas ainda não era um povo-nação inteiramente constituído, pelo menos não como as supostas ‘raças nacionais’ europeias. A partir daí, abriram-se duas frentes de interpretação.

A primeira frente esteve ligada a ideia de que passávamos por um processo de cruzamento racial ainda muito forte, ainda em aberto, o que sugeriria que o povo brasileiro era uma “raça em formação”. Assim, parte dos intelectuais acreditava que os estigmas das raças inferiores poderiam ser eliminados pela evolução desse processo de cruzamento, principalmente com a intervenção do Estado através da introdução do elemento branco-europeu, pelo branqueamento da população.

A segunda frente também acreditava que o processo de constituição da raça nacional estava em aberto, mas defendida que as sub-raças mestiças poderiam ser “melhoradas” na cadeia da evolução social através de um processo histórico e não biológico. Desse modo, defendiam uma intervenção civilizatória do Estado em favor da integração do território e das populações que nele viviam.

Muitas vezes os dois modos de interpretação eram combinados de maneiras inusitadas. De qualquer modo, portavam a crença em comum de que uma raça nacional apta à civilização poderia ser constituída a partir de uma intervenção civilizatória. Nesse sentido, Nabuco falava que a identidade nacional poderia ser salva no futuro através da “transusão do sangue puro e oxygenado de uma raça livre” (NABUCO, 2011, p. 70). Já Silvio Romero acreditava que parte dos nossos vícios étnicos poderiam ser extirpados ou minorados pela educação e pela seleção (ROMERO, 2001, p. 142).

Na perspectiva dos intelectuais de 1870, e do próprio movimento político-intelectual como um todo, o povo-nação brasileiro, enquanto uma entidade homogênea que convergiria

para a construção de uma sociedade-nação, só existia como possibilidade. A constituição do Brasil como um Estado-nacional moderno e, sobretudo, como uma sociedade-nacional moderna não era uma realidade, mas uma meta a ser conquistada. “O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro” (ORTIZ, 2006, p. 21).

Como veremos no tópico seguinte, é exatamente essa justaposição entre diagnósticos científicos da realidade e questões político-nacionais, configurando um projeto político-intelectual de civilização, que engendrará o sentido e a força histórica que animaram o projeto de transferência da capital no início do governo republicano.

### **1.3 O projeto de 1870 e o olhar para o interior da nação**

Como dissemos, uma parcela do movimento de 70 acreditava que a intervenção civilizatória em favor da constituição do povo-nação brasileiro devia se dar através de um projeto de branqueamento da população. O esforço para transformar a imigração europeia em uma política de Estado, além de servir ao propósito da implantação do regime de trabalho livre, era uma forma de forjar um povo brasileiro etnicamente mais próximo dos povos europeus que detinham os atributos biológicos e comportamentais que fundamentaram o erguimento das nações civilizadas. O objetivo final era forjar uma raça nacional capaz de promover o processo civilizatório no Brasil.

No encerramento de “O abolicionismo”, Nabuco argumenta que a reforma do país pela abolição, ao instaurar um regime de liberdade, atrairia a imigração europeia para cá, trazendo “uma corrente de sangue Caucásico vivaz, energético e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez d’essa onda Chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça” (NABUCO, 2011, p. 249). O grupo dos federalistas científicos (paulistas e gaúchos) também defendeu e promoveu durante muito tempo a atração de imigrantes europeus para o país, como forma de substituir o trabalho escravo negro, mas também como medida de branqueamento da população.

Outra parte do movimento de 70 acreditava que a medida de intervenção civilizatória em favor da constituição de um povo-nação deveria seguir um caminho histórico-social e não biológico eugenista. Tratam-se de militares e intelectuais preocupados com a presença do

elemento estrangeiro e com o estado de abandono das populações e do território nacional. Não que esse segmento fosse contra a imigração de europeus ou mesmo tivesse uma visão otimista do elemento mestiço<sup>4</sup>, mas a sua perspectiva pregava que o problema passava necessariamente pelo aspecto das sub-raças brasileiras e do meio nacional: o trabalho de constituição do povo e da nação brasileira não teria como se esquivar da missão civilizatória de integrar as populações mestiças distribuídas ao longo do vasto território do país, procurando inseri-las no movimento do progresso com o objetivo de forjar uma raça nacional.

Segundo essa perspectiva, mesmo com o branqueamento da população e colonização do território por imigrantes europeus, continuaríamos sofrendo do mal de ser um povo fragmentado, mal constituído, com vastos contingentes humanos alheados dos interesses da pátria e do processo de civilização.

Tão temeroso quanto sermos um povo fragmentado, era o fato de termos um território tão vasto quanto o desconhecimento e o domínio que tínhamos sobre ele. Um território esquecido era um erro que poderia não ser perdoado em tempos de expansões imperialistas. Um desleixo quando países como os Estados Unidos perpetravam uma política de franco domínio de territórios continentais. Principalmente para os segmentos militares, o domínio do território nacional através da ocupação e do povoamento era extremamente importante nessa empreitada de construção do Brasil como país civilizado.

Para Silvio Romero, Luís Pereira Barreto, Euclides da Cunha, etc. o estado de esquecimento e desconhecimento em que se encontravam o território e as sub-raças nacionais condenava o nosso país a permanecer de fora do concerto das civilizações, ou pior, a ser esmagado pelo rolo compressor das novas potências imperialistas.

“Dessa falha inicial, do desconhecimento da índole exata de nosso povo, originam-se nele, especialmente na classe que se diz dirigente e nada de fato dirige, as seguintes consequências, fontes de grandes males e de cruéis enganos para a Nação inteira: 1 não se ver a antinomia profunda entre o estado real do país, quase todo ainda inculto e mergulhado no maior atraso, e o tempo presente, época do carvão de pedra, do vapor, da eletricidade, da grande agricultura, da grande indústria... época de vertiginoso movimento que não espera pelos retardatários; 2 não se reparar em a não menor antinomia que lavra entre o povo quase inteiro e uma pequena elite de intelectuais...; 3 não se levar em conta a ainda menos iniludível antinomia existente entre essa mesma elite de nossos diretores, políticos, jornalistas e literatos, e os seus colegas entre os povos

---

<sup>4</sup> Pouquíssimos membros da geração de 70 viam a mestiçagem por uma perspectiva positiva. Dentre eles, apenas para citar alguns exemplos, estavam Manoel Bonfim e Aníbal Falcão.

verdadeiramente cultos...; 4 a ilusão oriunda das três falhas notadas, de possuímos as mesmas qualidades, os mesmos predicados dos povos que supomos poder imitar...” (ROMERO, 2001, p. 108)

Na visão desse grupo, a missão de construir o Brasil enquanto uma sociedade-nação civilizada tornava a questão da integração, em todas as suas dimensões (econômica, política, social, territorial), um imperativo! A constituição de uma economia doméstica baseada no trabalho livre, a construção de um Estado democrático, a defesa do território e, principalmente, a formação do povo-nação brasileiro passaria pelo problema da integração.

A principal hipótese desse capítulo é de que foi dentro dessa proposta de intervenção civilizatória, por meio da integração nacional que foi gestado o “espírito”, entendido como visão de mundo social e imagem de país compartilhada, que deu vida ao projeto de transferência da capital. A nossa hipótese de trabalho é de que a novidade desse momento está no fato de que, para além da perspectiva individual de alguns cidadãos ilustres (como Bonifácio e Varnhagen), uma visão de sociedade e de país compartilhada por grupos com “força” histórica foi gestada, trazendo como uma de suas preocupações centrais o tema da integração e, conseqüentemente, a pauta da interiorização da capital. Só a partir dessa perspectiva é possível perceber, por exemplo, os contínuos esforços dos governos da Primeira República no sentido de promover a integração territorial, econômica e administrativa do país, muitas vezes esquecidos ou mal interpretados por conta de uma visão negativa que parte da historiografia lançou sobre os governos desse período. A nosso ver, a presença da pauta de mudança da capital para o interior na constituição de 1891 e os esforços perpetrados pelo Estado entre 1891 e 1896 no sentido de viabilizar essa mudança foram condicionados pela centralidade da questão da integração no projeto republicano.

\* \* \*

A preocupação com a situação de esquecimento e abandono das populações que viviam ao longo do vasto território brasileiro já estava presente nos primeiros textos da geração de 1870. Ainda em 1879, Tobias Barreto, professor da Faculdade de Direito de Recife, escrevia com preocupação sobre o estado desolador em que se encontrava uma das cidades mais ricas



da província de Pernambuco à época, Escada. Segundo Barreto, a cidade, assim como todas as cidades do interior de Pernambuco, que se encontrariam em situação ainda mais lastimável, vivia um cenário de desagregação social, de parasitismo político-estatal e de decadência econômica. O autor argumentava que esse cenário preocupante não só tomava o município e a própria província de Pernambuco, mas todo o restante do país, chegando à conclusão de que não haveria uma Nação no Brasil:

“...o expoente da vida geral do paiz, é a falta de cohesão social, o desagregamento dos indivíduos... entre nós, o que há de organizado, é o Estado, não é a Nação; é o governo... não é o povo, o qual permance amorpho e dissolvido...” (BARRETO, 1926, p. 101)

No texto “O abolicionismo” de 1883, Nabuco discorre sobre o mesmo cenário preocupante descrito por Barreto, mas atribuindo-o ao problema final da escravidão. Segundo Nabuco, as regiões do interior do país exploradas pela escravidão eram marcadas pelo abandono. No regime escravocrata não haveria consórcio entre o homem e a terra, de modo que a escravidão teria explorado “parte do território estragando-o, e não foi além, não o abarcou todo, porque não tem iniciativa para migrar, e só avidez para extender-se”, por isso, o Brasil ainda seria “o maior pedaço de terra incógnita do mappa do globo” (NABUCO, 2011, p. 186).

De acordo com Nabuco, o monopólio do trabalho e da terra que mantinha o regime escravocrata impediu a formação de núcleos de população industrial e a extensão do comércio no interior. A escravidão impedia o desenvolvimento material dos municípios, o progresso do interior era nulo “em 300 anos de vida nacional” (NABUCO, 2011, p. 180). Assim, a situação da população era desoladora: miséria, ignorância, falta de terras e moradias.

Éramos um povo de proletários, um povo “indiferente a todos os sentimentos, instintos, paixões e necessidades que forma dos habitantes de um mesmo paiz, mais do que uma simples sociedade – uma nação” (idem, ibidem, p. 186). O autor completava a descrição com um diagnóstico desconcertante:

“No Brazil essas sementes espalhadas por toda parte germinaram ha muito; e se o mundo não colheu os mesmos fructos, nem sabe que os estamos colhendo, é porque o Brazil não representa n’elle papel algum, e está escondido á civilização ‘pelos últimos restos do escuro nevoeiro que pesa ainda sobre a America.’” (Idem, ibidem, p. 192)

Algumas décadas mais tarde, dois dos mais ativos membros da geração de 70 dariam uma forma mais acabada para as preocupações expressadas por Tobias Barreto e Joaquim Nabuco. Apesar dos textos datarem do início do século XX, dos anos áureos da Primeira República, quando o projeto de transferência da capital já havia sido ignorado pelos governos paulistas, é possível que eles sintetizem um pensamento que já estava presente no período primordial da geração de 70, servindo como parâmetro para compreendermos a importância que o olhar para o interior da nação tinha para essa geração, afinal, o tema aparecia nos textos de 70 e 80 e ainda fora reatualizado no final dos anos 90 e nos primeiros anos do século XX.

O primeiro deles, Luís Pereira Barreto, foi membro ativo da geração de 70, transitando entre o grupo dos positivistas da Corte e dos federalistas científicos paulistas. O médico formado na Bélgica, trabalhou muito pela difusão do positivismo e esteve envolvido com os grupos republicanos do Rio e de São Paulo. O pensador tinha como bandeira a defesa da instrução e do povoamento como os caminhos mais adequados para o progresso do país.

Em artigo publicado em 1901, no jornal *O Estado de São Paulo*, “*O século XX sob o ponto de vista brasileiro*”, Pereira Barreto iniciava o seu texto com um elogio ao Clube de Engenharia pelos esforços em traçar um plano de obras que daria à nacionalidade a feição de um organismo homogêneo, recuperando o tema da integração territorial. Segundo o autor, os engenheiros tinham a capacidade de entender e prever o caminho que o Brasil deveria seguir para se transformar em uma grande nação. Barreto, então, questionava: “o que é que impede que sejamos essa poderosa nacionalidade, que a nossa engenharia planeja?” (BARRETO, 1981, p. 25).

Para Pereira Barreto, o principal obstáculo seria a nossa herança ibérica. O autor argumentava que facilmente podia-se perceber o estado de atraso no qual os chamados povos neolatinos se encontravam, particularmente quando comparados com os povos anglo-saxônicos. Contudo, essa situação não seria causada por uma deficiência ou atrofiamento de seus atributos mentais e fisiológicos, afinal, as vigorosas raças portuguesa e espanhola já haviam dominado o mundo durante o período das navegações. A explicação do autor é de que o problema das nações ibéricas e, conseqüentemente o nosso problema, seria um caso de “inibição mental”. O fanatismo católico teria desmantelado as energias da raça latina ao estimular o egoísmo individual, a falta de interesse pela pátria e a aversão à escola e à ciência.

Desse modo, Barreto afirmava que o plano do Clube da Engenharia visando à constituição de uma nação poderosa não seria possível caso não realizássemos antes a renovação da mentalidade do povo brasileiro, através da instrução e da ciência. Para o autor, um povo inibido mentalmente só poderia ressurgir pelo sopro da ciência, através de um processo de instrução e mobilização que o tornaria capaz de realizar o levante nacional (BARRETO, 1981, p. 35).

O autor chega, então, à conclusão derradeira: durante todo esse tempo, tínhamos esquecido da “louça de casa”, da nossa “caipirada”, que tanto repudiávamos e deixávamos de lado, inerte, alheia ao movimento social. Todo esse momento de crise tinha sido causado por um problema intelectual e moral: a massa da nação estava inerte, indolente, indiferente, tomada por um ostracismo mental e político, não conhecia escolas, não havia recebido estímulos. Desse modo, era urgente despertar as inteligências adormecidas através da educação, animar o espírito e a força desse povo que até agora estava abandonado (BARRETO, 1981, p. 41).

Era preciso completar o projeto de engenharia de integração territorial com um projeto de integração social e cultural dos “elementos nacionais”, a gente do interior que se constituía como verdadeiro tipo nacional e que devia ser incorporada à pátria e à civilização através da instrução, da ciência e da educação, construir uma nação consciente de seus interesses e de seu destino, sob a pena de ficarmos de fora do novo mundo civilizado.

O segundo membro de destaque do movimento de 70 que trataria anos mais tarde sobre a situação de esquecimento das populações nacionais foi Silvio Romero. Em discurso proferido em 1906, como parte da cerimônia de posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, Romero afirmou que o sucesso de crítica e de público conquistado pelo livro “Os Sertões” era o reconhecimento de um estudo social sério que revelava um país desconhecido<sup>5</sup>.

“Para os que não as conhecem, e este é o caso de todos os deliquescentes que enfiam frases no Rio de Janeiro, foi como a revelação de um mundo longínquo, afastado, estranho, alheio a tudo que os toca, tudo em que pensam, tudo de que fabulam, em suas irisadas vacuidades de imortalizados em

---

<sup>5</sup> Deixamos para o próximo tópico a discussão sobre o modo efusivo como Silvio Romero e outros membros do movimento de 1870 abraçaram a obra de Euclides da Cunha, demonstrando que a problemática tratada no livro era muito significativa para eles.

vida... Era como se se tratasse de populações da Mongólia, do Turquestão ou do Saara... Tanto é profundo o inconsciente desconhecimento de nós mesmos!” (ROMERO, 1979, p. 164)

Após rasgar elogios à obra de Euclides, Romero apresenta seu próprio ponto de vista sobre a questão. Para o autor, o quadro de desagregação e abandono das populações e territórios do interior seria consequência da índole das três raças que colonizaram o país.

Segundo Romero, o português, que estaria acostumado ao comércio e ao fácil pastoreio, teve de enfrentar uma cultura rude e penosa no nosso país, recorrendo, assim, ao trabalho escravo das raças selvagens (o índio e o africano) e aos grandes latifúndios. Desse modo, o nosso país teria sido colonizado por meio de uma série de feudos, subordinados aos mandos e desmandos dos senhores e sustentados pelos braços dos escravos. O problema é que uma parte significativa da população, que não era nem senhor, nem escravo, não encontrava oportunidade de trabalho, nem um pedaço de terra para cultivar. O resultado seria uma massa de “doze milhões de brasileiros que habitam todo o interior”, acostados “como agregado à patronagem dos grandes proprietários”, divididos nos povoados em dois grupos: os dos que mourejam na prática duns ofícios reles que lhes garante uma existência penosíssima e o dos que resvalaram numa pobreza abjeta (ROMERO, 2001, p. 88).

Para o autor, com a inexistência de trabalho livre e a conseqüente falta de estabilidade econômica que assolava essa população, não haveria de se produzir outro quadro que não o marasmo das gentes e o abandono das coisas que encontramos no interior, as largas zonas do país que se debatem na miséria, no atraso, no entorpecimento (idem, ibidem, p. 155). O nosso povo não estava ligado ao solo, subsistia nele como uma vegetação estranha. Não havia aferro ao trabalho, não havia base econômica segura, não havia espírito de iniciativa, nem mesmo a luta pelo progresso e bem-estar.

Essa conjunção de fatores teria forjado um povo desinteressado, não organizado, inconsciente. Um povo que nasce, vegeta e morre sem ter quase servido à sua pátria. Para piorar, a elite que o dirige só estaria preocupada em parasitá-lo. Inspirado no seu mestre Tobias Barreto, Romero reafirma que o Brasil não era uma Nação, não tinha um povo constituído: “faltam-nos a hierarquização social, o encadeamento das classes, a solidariedade geral, a integração consensual, a disciplina consciente dum ideal comum, a homogeneidade íntima” (idem, ibidem, p. 90).

Animado pela obra de Euclides, o autor pregava que o país devia tratar de fazer tudo que fosse “possível em prol de tais populações, educando-as, ligando-as ao solo, interessando-as nos destinos desta pátria” (ROMERO, 2001, p. 90). Era necessário atraí-las para o trabalho rural, para o povoamento da terra, realizando a colonização nacional. Era fundamental articular as zonas onde se encontravam por meio de vias férreas que as integrassem à economia do país. Era vital levar até elas “uma educação rija, segura, forte, enérgica, adequada, transformando o caráter nacional e preparando-o pela disposição da coragem, espírito de progresso, de atividade, de iniciativa, de ardor pelo trabalho produtivo” (idem, *ibidem*, p. 100). Em suma, era preciso integrar a população nacional, caso contrário, estaríamos condenados a ocupar, no jogo das nações, o mesmo lugar que os escravos e indígenas ocuparam na hierarquia social do nosso país.

### *1.3.1 Uma pátria desconhecida: os sertões*

Definitivamente, o texto que melhor sintetiza a perspectiva de que o Brasil só se constituiria enquanto uma sociedade nacional moderna quando realizasse a integração de sua raça e de seu território é a obra-prima de Euclides da Cunha, “Os Sertões”. O enredo literário e histórico do livro encadeia a trama mesológica do sertão com o processo de colonização do país pelas três raças, desdobrando-se na formação de um tipo étnico nacional, o curiboca sertanejo, que durante 300 anos foi conservado por esse ambiente hostil justamente por não ter sido surpreendido por uma “civilização de empréstimo”, tendo como desfecho trágico a guerra que vem chamar esse povo à civilização pela carga de baionetas. Desse modo, sintetiza uma série de preocupações e questões que estavam presentes na visão de mundo e no projeto de sociedade do movimento de 1870: o determinismo do meio na formação da raça; a releitura da colonização pela imagem das três raças, tendo como produto a figura do mestiço; o questionamento sobre a existência de um tipo étnico nacional, de um povo-nação; e o mais importante, a tragédia do desconhecimento, esquecimento e fragmentação das populações e do território nacionais, um mal que condenava o país a permanecer na lanterna das civilizações.

Apesar de Euclides ter entrado no ambiente acadêmico militar apenas em 1885, quando tinha apenas 19 anos, permanecendo no anonimato por mais de uma década, a sua biografia

mostra como o autor incorporava e participava ativamente do ambiente positivista e republicano presente nas academias militares. A sua formação foi típica de um membro da mocidade acadêmica militar, tendo sido muito impactada pela figura de Benjamin Constant.

Além de sua formação dentro do coração do movimento de 1870, o sucesso do seu primeiro livro entre os membros mais velhos da geração de 1870, sem contar o sucesso de público e crítica (que lhe rendeu a nomeação para o IHGB, para a ABL e para o Itamaraty), evidencia o fato de que a obra e o autor eram tidos, se não como parte da própria geração, certamente como herdeiros diletos dela (NEEDEL, 1993, p. 256).

Mesmo que a obra tenha sido publicada em 1902 e a guerra tenha acontecido em 1897, mais ou menos quando o projeto de transferência da capital tinha sido abandonado, é possível apreender de sua análise uma série de preocupações e olhares da geração de 1870 com relação ao interior do país e à missão civilizatória que ele tanto pedia. De certo modo, o livro sintetiza o horizonte de preocupações e interesses que deslocam a agenda da integração nacional para o centro do projeto republicano, trazendo como pauta importante a questão da interiorização da capital.

\* \* \*

Euclides abre “Os Sertões” com um vasto quadro do cenário geográfico que caracteriza as regiões centrais do Norte do país. A trama é iniciada pela constatação de que a oeste do nosso território, um pouco além da exuberância das terras do litoral, das terras que fazem do nosso país a região mais “afeiçoada à vida”, existe um território esquecido, uma terra ignota. Uma região que fora evitada pelas bandeiras do Sul e do Norte, onde nenhuma “vaga humana” se fixou. Os sertões centrais eram inóspitos, uma região incipiente que ainda se preparava para a vida

O autor era adepto do determinismo natural e histórico pregado pelas doutrinas científicas europeias, acreditando que haveria uma “grande lógica inconsciente das coisas” determinando o curso da história (SEVCENKO, 1999, p. 200). Nesse sentido, a descrição do cenário geográfico dos sertões centrais pretendia introduzir a trama mesológica na qual o meio é o sujeito e o homem é apenas um reagente. A tragédia natural que se desenrolava nos sertões era o contexto mais amplo a partir do qual se engendravam as tragédias do homem e da guerra.

No segundo quadro do livro, o autor parte para a análise da trama antropológica envolvida na tragédia de Canudos. Como herdeiro dileto da geração de 1870, inicia a análise considerando a questão etnológica no Brasil.

Segundo Euclides, os elementos iniciais envolvidos na formação da raça brasileira foram os índios, os africanos e os portugueses. Contudo, esses três elementos não teriam se unificado, desdobrando-se em um conjunto de subformações raciais: como o mulato, o curiboca e o cafuz. Essa formação racial subdividida ainda fora complementada por uma diversidade de climas e condições geográficas encontradas ao longo do território nacional, criando um processo mesológico variado. Assim, concluía o autor, “o brasileiro, tipo abstrato que se procura... só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo”, “avaliando-se, porém, as condições históricas que têm atuado (...) vê-se bem que a realidade daquela formação é altamente duvidosa, senão absurda” (CUNHA, 2001, p. 155).

“Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura. Não a sugere apenas essa heterogeneidade de elementos ancestrais. Reforça-a outro elemento igualmente ponderável: um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dele em grande parte decorreram” (Idem, ibidem, p. 157).

O autor argumenta que esse cenário antropológico multiforme fora produzido pela influência de condições naturais variadas sobre a história<sup>6</sup>. Desse modo, Euclides defendia que correspondendo aos dois habitats naturais colonizados ao longo da história do país e às respectivas tramas mesológicas e raciais envolvidas, teríamos duas formações sociais diferentes: a do Norte e a do Sul<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Essa influência teria acontecido porque a justaposição dos caracteres raciais e a longa fase de transformação biofísica envolvida constituíam um período de fraqueza, promovendo uma maior abertura para as influências do meio.

<sup>7</sup> O modelo determinista utilizado e a análise da formação etnológica brasileira, caracterizada pela constatação de que não existia um tipo antropológico brasileiro, são extremamente sugestivas da tese de que Euclides da Cunha pode ser considerado como parte da geração de 1870. As preocupações e temas desenvolvidos pelo autor são maturações de um pensamento que já vinha sendo desenvolvido desde a década de 1870.

Preso no litoral, o Norte teria reproduzido o ambiente moral da velha sociedade colonial portuguesa. Bloqueado entre os canaviais e o sertão, agravado pelo clima, perdera todo o apuro e o espírito de revolta: reproduzia a decadência da metrópole e os vícios de uma nacionalidade em decomposição. O Sul, a partir do cruzamento com as tribos indígenas e da aclimação em meio menos adverso, teria sido formado por mamelucos audazes, um tipo aventureiro e rebelde que investiu contra a terra, entocando-se nos interiores do país e, assim, libertando-se da tutela da metrópole. Os bandeirantes teriam sido atraídos pelos rios para o seio da terra, para um meio que os fortalecia e melhorava, ficando isolados histórica e etnicamente, anulando o apego ao litoral.

Eis que entre essas duas sociedades distintas, com formações históricas segregadas, estava o rio São Francisco. “Abrindo aos exploradores duas entradas únicas”, levou “os homens do Sul ao encontro dos homens do Norte”, servindo desde o princípio como um unificador étnico (CUNHA, 2001, p. 186).

Através do imenso rio, os sertões centrais foram povoados e cresceram de forma autônoma através do pastoreio. Esquecida pela metrópole e pelos governadores, longe da turbulência do litoral e das aventuras das minas, aquela região representava o quase único aspecto tranquilo da nossa cultura (idem, *ibidem*, p. 188). Ali, divorciada do resto do Brasil, a raça de mamelucos, trazida pelas bandeiras do Sul ou formada pelo contato dos jesuítas com os indígenas, conservava a índole varonil e aventureira dos avós.

Para Euclides, a raça mestiça formada nos sertões centrais configurava um tipo nacional bem definido, guardando uma vantagem muito importante com relação ao mestiço do litoral. Segundo o autor, a degeneração das raças mestiças era provocada pela acomodação penosa e difícil às condições de vida mais elevadas do elemento étnico superior. Quando a essa acomodação, somava-se a sobrecarga intelectual e moral de uma civilização, o desequilíbrio era inevitável. Desse modo, nas cidades do litoral, onde as funções complexas da civilização se impunham aos órgãos mal constituídos dos mulatos, a degeneração física e mental da raça mestiça era um mal incontornável. Contudo, o curiboca sertanejo, abandonado e insulado nos sertões, teria se livrado dessa adaptação penosa a um estágio social superior, evitando o processo de degeneração física e mental. De alguma forma, o meio geográfico permitiu que o cruzamento racial acontecesse em condições mais adequadas aos elementos



étnicos inferiores. O sertão, ao isolá-lo, o protegeu dos cruzamentos incessantes e de uma civilização de empréstimo. Em suma, produziu um tipo étnico bem definido, bem formado e que vinha do encontro das duas formações sociais brasileiras, o Norte e o Sul.

“A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente.” (Idem, *ibidem*, p. 204).

Euclides havia encontrado o tipo étnico representativo da nacionalidade, que sim, era um mestiço, mas um mestiço apto a receber o processo de civilização. “Era natural que, admitida a arrojada e animadora conjectura de que estamos destinados à integridade nacional, eu visse naqueles rijos caboclos o núcleo de força da nossa constituição futura” (CUNHA, 2001, p. 788).

No terceiro quadro da obra, a epopeia sertaneja encontra seu desfecho: a guerra, a síntese histórica da tragédia brasileira. O conflito entre um grupo de retrógados esquecidos no tempo e isolados no espaço, guiados por um bronco que reunia em uma individualidade todos os atributos psíquicos arcaicos daquele povo, e os soldados mestiços de um Brasil que tomou a civilização de improviso e que procurava inserir aquele povo ignorado na mesma pela carga de baionetas.

Uma guerra que fora provocada por nossa imprevidência, pelo descaso que tivemos com as exigências da nossa própria nacionalidade, deixando “na penumbra em que jazem, no âmago do país, um terço de nossa gente. Canudos era o afloramento das camadas étnicas mais profundas da nossa formação:

“Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmos-las, corrigirmos-las ou anularmos-las. Não entendemos a lição eloquente” (Idem, *ibidem*, p. 503).

“Eram, realmente, fráglimos aqueles pobres rebelados... Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta” (Idem, *ibidem*, p. 320).

Para os soldados que lá chegavam para combater, aquela sociedade era como uma “outra pátria”, esquecida, ignorada. O sertão era uma terra estranha, desértica, miserável,

povoada por malocas de pau-a-pique. O sertanejo, um outro povo, com outros costumes e mesmo uma outra língua.

A guerra era a prova viva do desconhecimento e da discordância absoluta entre o litoral e o interior. Entre o Brasil que vivia há 400 anos nas margens do Atlântico, recebendo os reflexos da vida civilizada europeia, iludido por essa civilização de empréstimo, alheado de toda a vida nacional existente a oeste, e o Brasil do interior, esquecido durante séculos, isolado de tudo o que ocorria no litoral, vivendo sob os mesmos costumes de seus avós, levando uma vida quieta e miserável. Um desequilíbrio que, para Euclides, perturbava a unidade nacional e ameaçava o nosso desenvolvimento evolutivo. Assim, o autor encerrava a obra com a seguinte preocupação:

“Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários” (Idem, *ibidem*, p. 682).

Como podemos ver, uma das principais críticas realizadas pelo autor em “Os Sertões” dizia respeito ao tratamento irracional que o país vinha dando ao seu território e às populações que nele viviam. Como o autor argumenta na parte “A Terra”, a colonização do país foi realizada por meio da “criação de desertos” (queimadas e latifúndios), sacrificando o nosso solo, a nossa terra, o nosso território, e com ele, o nosso futuro: um progresso a recuadas. Mais trágico ainda era o modo indiferente e inconsequente com o qual lidávamos com as populações do nosso país, explorando-as, abandonando-as e, para piorar, movendo uma guerra contra elas. Euclides, como os demais membros geração de 1870, acreditava na inexorabilidade do progresso e na aptidão da ciência para guiá-lo, vendo com profunda desilusão esse modo irracional como as elites brasileiras vinham conduzindo o país. Para ele, como para os outros, essa era uma das principais causas e sintomas do atraso do país (SEVCENKO, 1999, p. 144).

Inspirado na perspectiva spenceriana, o autor acreditava que havia um processo evolucionário linear e ascendente em curso, tendo como destino final uma realidade moral e material mais elevada. A seu ver, as sociedades europeias já estariam atingindo essa realidade na medida em que adotavam o regime do industrialismo e do liberalismo político e

econômico. Desse modo, a civilização era um destino inevitável e o Brasil não podia continuar de fora dela. A condução irracional do governo das coisas e das gentes, o consequente abandono e sacrifício do território e, sobretudo, o esquecimento e a fragmentação das populações, eram marcas de uma situação de atraso mortal na qual o país não podia se dar ao luxo de permanecer (SEVCENKO, 1999, p. 144).

Como bom adepto da política científica presente nas doutrinas de meados do século XIX, Euclides acreditava na possibilidade de superação desse destino trágico através do conhecimento: ou seja, do ajustamento ao processo civilizatório com auxílio do olhar autorizado da ciência. Nesse sentido, acreditava que o Estado devia conduzir corretamente a sociedade na superação desse estado de atraso, realizando as reformas necessárias a partir da orientação de uma elite científica.

Evidentemente, como proposto pelos membros mais velhos de 1870, o primeiro passo seria a elaboração de um saber sistemático sobre o Brasil, de modo que o movimento de intervenção fosse feito de modo consequente, em favor da pátria como um todo.

Na visão do engenheiro militar, profundamente influenciada pela antropogeografia de Ratzel, o segundo passo seria a realização da exploração científica de nosso território, de modo que fosse possível efetivar, em seguida, um domínio franco sobre “a grande base física da nossa nacionalidade” por meio de um amplo projeto de engenharia que articularia todo o território nacional através de um plano de ligação viária entre as diversas regiões do país (SEVCENKO, 1999, p. 149).

Simultaneamente, realizaríamos o objetivo final de incorporar os sertões e as populações do interior à vida civil e econômica do país, difundindo a educação, o amparo legal do Estado, a regulação do trabalho e, conseqüentemente, a cidadania. Através da rede viária, combinada com uma rede de comunicação, integraríamos o país, consolidando o mercado interno, disseminando a tutela do Estado e forjando um povo-nação instruído e consciente de seus interesses. Euclides acreditava na função da educação, do direito e do trabalho como produtores de solidariedade social, a base moral que interligaria as populações espalhadas pelo país constituindo-as como uma nação (SEVCENKO, 1999, p. 149).

O autor acreditava que a elevação do padrão material e moral era condição fundamental para o desenvolvimento físico e espiritual do homem e, conseqüentemente, da

nação e da humanidade. Nesse sentido, via o processo de integração, sociocultural e econômico, interno e externo, quando regrado pelos Estados com auxílio da ciência, como a chave mesma da evolução humana.

\* \* \*

De algum modo, pode-se dizer que a perspectiva de Euclides da Cunha, Silvio Romero, Luís Pereira Barreto, dentre outros, é paradigmática com relação aos pensamentos e sentimentos de parte dos grupos que compuseram o movimento político-intelectual de 1870 e que mais tarde se efetivaram como parte da elite política e burocrática da República. Nesse sentido, a nossa hipótese é de que a crença na integração territorial, econômica, política e social como questão central do processo de civilização do país, passando inclusive pela constituição do povo e da nação, foi compartilhada por uma série de segmentos sociais que protagonizaram os eventos que marcam o fim do Império e o advento da República.

Por isso, frisamos ao longo de todo o capítulo a importância de compreender a visão de mundo social do movimento de 70 e o modo como ela instaura a crença na integração como caminho para a constituição do Brasil enquanto uma sociedade-nação. Como já dissemos, foi através desse “espírito” de 70 e de sua capacidade de se efetivar como realidade, como estrutura de poder, que o projeto de transferência da capital ganhou corpo histórico, compondo a política integracionista da Primeira República (nova capital, expansão ferroviária, telégrafos, definições dos limites territoriais), que certamente resultara da perspectiva sintetizada nos textos de Cunha, Romero, Barreto, etc.

Ao longo do capítulo, defendemos a ideia de que o movimento de 70, junto com sua visão de mundo, é consequência e, ao mesmo tempo, vetor do processo de integração socioeconômica que chegou com muita força ao país entre as décadas de 1850 e 1870. Movidos por uma visão cientificista e materialista de mundo, percebiam esse processo como um quadro evolucionário no qual todas as sociedades caminhavam para a civilização, um destino inevitável ao qual o Brasil precisava se adequar por meio da intervenção do Estado guiado por uma intelligentsia. Em um momento em que a profissão intelectual ainda não tinha se autonomizado, não hesitaram em compor as fileiras das associações políticas e das

repartições públicas, se empenhando na escrita de uma ciência sobre o Brasil que claramente visava forjar doutrinas e programas de intervenção. A missão era pavimentar o caminho para constituição do Brasil enquanto uma sociedade-nação civilizada (ALONSO, 2002, p. 175).

À medida que mergulhavam na tarefa de desenvolver uma ciência sobre o Brasil, instrumentalizados com as categorias deterministas de meio e raça e movidos pela preocupação do que era e o que não era o Brasil, perceberam que o povo e a nação brasileira não estavam constituídos e que cabia ao Estado realizar essa missão civilizatória. Parte do grupo acreditava que a melhor solução seria uma política de integração. A partir do olhar para o meio e a raça como fatores condicionantes da nacionalidade e, conseqüentemente, como eixos do projeto de intervenção em favor da civilização, a tarefa de integração do território e das populações foi se impondo como questão urgente.

Em suma, era preciso levar até o interior do país, por meio de vias férreas e telégrafos, modelos socioeconômicos e culturais capazes de instaurar a solidariedade e a organicidade nacional, além de ensejar novos modos de pensar e agir sintonizados com o padrão civilizado e moderno que chegava até nós pela Europa. A partir dessa perspectiva, alguns membros do movimento vislumbraram o potencial existente na construção de uma nova capital no centro do país, servindo como polo irradiador desses modelos socioeconômicos e culturais que promoveriam a solidariedade e a organicidade da pátria e que forjariam modos de vida e estruturas sociais compatíveis com o paradigma moderno e civilizado.

O que estava em jogo era o próprio ser nacional, a entidade “Brasil”, e, sobretudo, o lugar que essa entidade ocuparia na história da civilização moderna. Continuar de fora dela não era uma opção, pois era o mesmo que estar condenado à morte enquanto país e sociedade. Todos os diagnósticos e respectivos programas de intervenção passavam necessariamente por essa questão identitária.

Como coloca Ortiz, toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, enquanto diferença. Mas, simultaneamente, apresenta uma dimensão interna: “dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos” (ORTIZ, 2006, p. 7). Naquele momento, o processo de reconstrução da identidade nacional se diferenciava com relação ao exterior por meio da imagem de atraso e inferioridade contraposta à superioridade da civilização europeia, aquilo que não éramos e que deveríamos ser. Do ponto de vista da

identificação interna, a “imagem do que éramos” era marcada pelas heranças funestas da colonização, pela constituição étnica ambígua das populações mestiças e pela fragmentação dessas populações ao longo de um território desconhecido. Assim, a identidade nacional era problematizada como fator condicionante de um estágio de atraso (características herdadas do passado e que marcavam o presente), como chave para uma intervenção emancipatória (realidade a ser conhecida e dominada em favor da mudança) e como meta a ser realizada (a tarefa de nos tornarmos tudo aquilo que não éramos).

Olhando por essa perspectiva, fica evidente, como apontado por Ortiz, que esse processo identitário constituía-se como um processo a partir do qual eram forjadas as fronteiras de uma política que pretendia se efetivar como legítima (ORTIZ, 2006, p. 9). O que estava em questão era a definição de um projeto de Brasil moderno que justificava a procedência desses grupos, em detrimento de outros, no comando do processo de transformação política, econômica e social pelo qual o país passava. Diferentemente da construção identitária do Império, de tipo tradicional, legitimada pelo passado através da fundação do mito romântico, a construção identitária do movimento de 1870 era de tipo moderno e ideológico, pautava-se no novo e no futuro, na realização de um dever-ser. Pela própria ambiguidade da situação, a identidade nacional era reconstruída através da negação do passado (como fonte de atraso, como estágio a ser superado) e pela projeção para o futuro, como realização de um dever-ser: a constituição do Brasil como uma sociedade-nação moderna e civilizada.

Um novo projeto de sociedade que movia – de forma consciente e inconsciente – praticamente todos os grupos do movimento de 1870 e que começaria a ser mais ou menos efetivado na Primeira República, trazendo em seu âmago a perspectiva integracionista que aos poucos deu vida ao projeto de transferência da capital.

Assim, todo o percurso que realizamos até aqui sugere que o projeto de transferência da capital surge como ponto central de um programa de intervenção em favor da consolidação de uma nova estrutura de coordenação social que, de certo modo, já vinha sendo gestada e efetivada à medida que o país era envolvido pelos fluxos de um processo mundial de integração sociocultural de caráter modernizador e civilizatório (ELIAS, 1993, p. 212). À medida que o país era integrado por esse processo, atores e grupos sociais – principalmente

aqueles situados em posições de relevância e comando na estrutura sociopolítica – viam-se diante de dilemas e desafios que ensejavam uma espécie de agenda sociopolítica e a consequente necessidade de intervir e tentar coordenar o país em todo esse processo. A opção pela integração e o projeto de transferência surgem como parte dessa agenda e dessa tentativa de coordenação.

De algum modo, desde esse período, a questão da integração nacional passou a estar conectada à missão de alçar o Brasil na civilização mundial através da sua constituição enquanto sociedade-nação avançada. Ao que tudo indica, essa conexão entre integração e civilização foi sendo reatualizada ao longo da história do país, trazendo junto com ela o projeto de transferência da capital que, de tempos em tempos, reapareceria na agenda política do país.

#### **1.4 República: a efetivação do projeto de 1870 e a nova capital**

Ao longo da década de 1880, as transformações socioeconômicas e os movimentos políticos de contestação foram se intensificando e atingiram seu ápice no final da década, culminando na abolição da escravidão e na queda do regime imperial. Nessa década, o ciclo de integração e modernização completou sua primeira fase, tendo como consequências a confirmação da burguesia agrária paulista como nova potência econômica do país, a consolidação de dinâmicas urbanas mais complexas repercutindo na formação de novas classes urbanas e, já no fim da década, a abolição do regime escravocrata. A partir de 1887, houve uma radicalização dos movimentos de contestação e, simultaneamente, da cisão que existia dentro da própria elite imperial. Com o agravamento da chamada “questão militar”, inicia-se a articulação entre militares e liberais republicanos, apoiada por federalistas paulistas e gaúchos, que culminou no golpe de 15 de novembro de 1889.

Apesar de ter existido uma relativa articulação entre os grupos do movimento de 1870 durante a fase de contestação do Império, o fato é que não houve preparação para o momento pós-golpe e tudo acabou sendo feito quase que de improviso. Como era de se imaginar, a heterogeneidade desses grupos gerou muitos dissensos com relação às novidades e mudanças a serem efetivas, mas, principalmente, com relação às prioridades e prerrogativas de

cada grupo (ALONSO, 2002, p. 322). Mesmo assim, uma recombinação das plataformas foi sancionada pelo regime:

“... supressão dos postos políticos vitalícios, secularização das instituições (...), descentralização político-administrativa e tributária, judiciário independente, expansão dos direitos civis a estrangeiros e ex-escravos, ampliação da participação política, novo regime de regulação do trabalho, república federativa, liberalismo econômico (...), criação de um ministério destinado à educação que visava dar teor mais científico ao ensino” (ALONSO, 2002, p. 325).

Além disso, muitos dos membros do movimento foram constituintes em 1891 e também ingressaram nas principais instituições republicanas, seja no parlamento, seja na burocracia estatal (idem, ibidem, p. 326).

O movimento político-intelectual de 1870, ou pelo menos boa parte dele (militares, liberais republicanos, federalistas paulistas e gaúchos), chegava ao poder, efetivando-se como elite política durante a maior parte da Primeira República. Os membros políticos e intelectuais mais importantes ocuparam posições de destaque nessa nova configuração do campo de poder, o que possibilitou a efetivação parcial, gradual e não-linear do projeto de sociedade nacional que descrevemos ao longo de todo o capítulo.

Obviamente, isto se deu segundo a preponderância de uma perspectiva ou outra em detrimento das demais, além da forte influência do contexto internacional e da própria agenda interna. Como sabemos, a Primeira República foi marcada por uma forte primazia dos interesses da burguesia do café, mas, sobretudo, por imposições políticas e econômicas externas, dada a extrema dependência do país com relação ao capitalismo internacional (FAUSTO, 1997, p. 195). Assim, várias proposições e perspectivas do movimento foram esquecidas, o que muitas vezes repercutia em críticas e rompimentos por parte dos membros do movimento com os governos republicanos: Alberto Sales chamaria o irmão, Campos Sales, de monstro, rompendo com ele e com seus aliados políticos, Euclides da Cunha criticaria com veemência a violência dos florianistas, perdendo o apoio de Floriano Peixoto. Evidentemente, a violência dos governos Floriano e Moraes, a corrupção e a violência que sustentavam localmente a política dos governadores de Sales, a extrema dependência com relação ao capital estrangeiro, dentre outras marcas da Primeira República, não correspondiam às expectativas e ideais de muitos membros do movimento de 1870.



Nem por isso podemos deixar de reconhecer que tentativas e esforços foram realizados no sentido de efetivar e fazer avançar o projeto de sociedade e de nação presente na visão de mundo do movimento de 1870. Antes de qualquer coisa, desde o governo Floriano, houve um esforço permanente para criação e manutenção de um quadro institucional, político e econômico, adequado ao avanço do processo de integração do país tanto na economia mundial quanto na cosmologia sociocultural europeia. Essa era pauta importante do movimento e foi levada adiante com muita seriedade pelos governos republicanos. Mas como sabemos, isto se deu através da mediação dos interesses da burguesia do café e da sua opção pela constituição de um capitalismo agrário no país. Simultaneamente, houve uma profunda expansão do aparato estatal e da sua capacidade de intervenção: sua capacidade de receita foi ampliada, assim como o número de funcionários, houve grande investimento público em diversos setores (sobretudo, no de infraestrutura), a intervenção na economia e mesmo na vida política das províncias foi intensificada, além do próprio executivo federal ter se fortalecido com a política dos governadores (REIS, 2008, p. 204). Além disso, o Estado e o setor cafeeiro, articulados com o capital estrangeiro, investiram muitos recursos nas áreas de infraestrutura e comércio das principais cidades do país, contribuindo para a expansão e complexificação das estruturas urbanas e confirmando o quadro inicial de uma sociedade cada vez mais urbana.

De uma ou de outra forma, parte daquele projeto de sociedade, que era causa e consequência do movimento de 1870, foi sendo efetivado ao longo de toda a Primeira República, um período importante para o processo de constituição do Brasil enquanto Estado nacional e que está muito distante daquela imagem de hiato e atraso construída pela historiografia (REIS, 2008, p.205).

Para nossa pesquisa, o mais importante é perceber que em meio à efetivação parcial do projeto de sociedade de 1870, a preocupação com a questão da integração nacional despontou com muita força, estando conectada com questões centrais, como a dinamização da economia pela ligação das zonas produtoras e a defesa da soberania nacional através da manutenção dos limites territoriais do país. Analisando os governos militares e os governos da “República dos Conselheiros”, notamos que havia uma política estatal de cunho integracionista em vigor. A conexão entre integração e constituição de uma sociedade-nação civilizada, presente na geração de 70, foi reatualizada e implementada como programa desses governos.

Foi no princípio de todo esse cenário que surgiram críticas cada vez mais radicais à cidade do Rio de Janeiro e defesas cada vez mais recorrentes da proposta de transferência da capital para o interior, de preferência para uma cidade construída com essa finalidade. Como dissemos em outro momento, de acordo com alguns desses pontos de vista, o Rio de Janeiro representava, com seu traçado colonial, uma ordem ultrapassada. Além disso, a velha cidade não estaria adaptada às novas exigências econômicas e políticas do país. Sua localização no litoral também não contribuiria para a dinâmica econômica entre as regiões do país, nem para a defesa do território nacional. E o mais grave: a velha capital não seria eficaz na difusão do processo civilizador ao longo de todo o país. A construção de uma nova capital no interior serviria como ícone de uma nova ordem e como polo irradiador do progresso e da civilização para os quatro cantos do território nacional.

Nesse sentido, em um primeiro momento, ao longo da constituinte e dos governos Deodoro e Floriano, passos largos foram dados no sentido de viabilizar e efetivar o projeto da nova capital. Como veremos mais detalhadamente, um amplo grupo de parlamentares assinou o projeto do artigo 3 da constituição de 1891, definindo a área onde seria instalada a nova capital. Alguns deles encaminharam projetos para que todo o processo, desde a construção até a transferência definitiva, fosse realizado pelo executivo já naquele momento. Ao longo do mandato de Floriano, houve muito interesse do executivo em viabilizar e efetivar as comissões de exploração e estudo do local onde seria construída a nova capital. Anos depois, a proposta sofreria um duro revés com a suspensão do orçamento destinado aos trabalhos preliminares, mas o novo símbolo de um Brasil moderno estava antecipado nos discursos e práticas de todo um segmento movido pelo projeto de modernidade nacional de 1870.

Com a ascensão dos paulistas no governo Prudente de Moraes, a proposta de transferência foi abandonada e acabou subordinada ao jogo político das oligarquias, voltando à agenda política do executivo federal somente na década de 1920. A proposta só ganharia força efetiva a partir da constituinte de 1946, por conta da reorientação do Estado brasileiro para o interior ao longo período Vargas (veremos essa questão no capítulo 3).

Contudo, por mais que a proposta estivesse condenada, outros elementos fundamentais para a gênese histórica de Brasília foram gestados ainda nos primeiros governos civis da República. O mais importante deles foi a opção pela construção (Belo Horizonte) ou

renovação (Rio de Janeiro) de cidades com a finalidade de transformá-las em modelos e polos de civilização, visando deflagrar processos de inovação econômica e sociocultural a partir da intervenção nas estruturas urbanas com auxílio da engenharia. Essa aliança entre engenharia e Estado seria mantida ao longo de toda Primeira República, sendo reatualizada a partir da década de 30 com a ascensão da arquitetura modernista como nova linguagem dos projetos de intervenção urbana (esse processo será analisado no capítulo 2).

Além disso, a preocupação com a integração do interior continuou sendo tomada com seriedade, principalmente nos esforços para expandir a rede de transportes e comunicações ao longo do território nacional e na tentativa de definir e manter as fronteiras do país.

A marcha pelo progresso e pela construção de uma civilização avançada no Brasil tomava cada vez mais o sentido oeste, tendo como núcleo-base a união entre Estado, ciência e cidade.

\* \* \*

Proclamada a República no dia 15 de novembro de 1889, o Governo Provisório logo nomeia a comissão de juristas responsável pela elaboração do projeto da nova constituição republicana. Ao longo dos trabalhos dessa comissão, que aconteceram nos primeiros meses de 1890, a proposta de transferência da capital já apareceria como um tema de destaque. Nos projetos propostos por três dos cinco juristas envolvidos, a transferência da capital era tomada como uma possibilidade eminente a ser efetivada por decisão do Congresso. O projeto apresentado ao Governo Provisório em 24 de maio de 1890 trazia um artigo escrito por Rangel Pestana que sintetizava as três propostas feitas pelos membros da comissão:

“Art. 2. As antigas províncias são consideradas Estados; e o Distrito Federal, outrora município neutro, continuará a ser a capital da União até que o Congresso resolva sobre a transferência.

Parágrafo único. Escolhido, para esse fim, o território com o assentimento do Estado ou Estados de que houver de ser desmembrado, o referido Distrito será anexado ao Estado do Rio de Janeiro ou formará novo Estado, conforme determinar o Congresso.” (BRASIL, 1960a, p. 61).

O projeto de constituição proposto não foi aprovado pelo Governo Provisório, ficando o ministro Rui Barbosa responsável por sua reformulação. O artigo que abordava a questão da

transferência foi reformulado, aparecendo no projeto aprovado pelo Governo Provisório da seguinte forma:

“Art. 2. Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso.

Parágrafo único. Se o Congresso resolver a mudança da Capital, escolhido, para êste fim, o território, mediante o consenso do Estado ou Estados de que houver de desmembrar-se, passará o atual Distrito Federal, de per si, a constituir um Estado” (BRASIL, 1960a, p. 62)

Instaurados os trabalhos da Assembleia Constituinte no dia 15 de novembro de 1890, ao longo dos 100 dias de atividade, a questão da transferência da capital foi tema de quase trinta discursos e de vinte emendas (VIDAL, 2009, p. 107).

Durante a Assembleia, os discursos que foram proferidos em favor da mudança da capital pautavam-se na crítica da cidade do Rio de Janeiro como uma cidade superpovoadas, tomada por um quadro insalubre, propensa às agitações populares, com intensa atividade mercantil, sendo pouco adequada a sediar o novo governo. Além de tudo, a cidade, símbolo do Império, portava os vícios da antiga ordem:

“É absolutamente necessário suprimir-se, quanto antes, a maléfica influência desta terrível cidade tão saturada de elementos nocivos à vida moral da Nação, que acostumou-se à contínua absorção, à endosse intelectual do que si expande a antiga Capital do Império. Êsses elementos influem, igualmente, sôbre o Govêrno da União, pela pressão constante dos interesses puramente individuais, e sôbre o país, pela expansão incessante da corrupção em todos os sentidos” (AMÉRICO apud BRASIL, 1960a, p. 68).

Nos discursos de Virgílio Damásio, Pedro Américo, Joaquim Paranaguá, encontramos uma crítica severa à inaptidão do Rio de Janeiro como capital, principalmente por conta da impossibilidade de manutenção de um clima ordeiro em uma cidade tão grande e da centralização político-econômica engendrada por uma cidade localizada no litoral e no sul do país. Até mesmo o deputado pela Capital Federal, Thomaz Delfino, defendia que a mudança era: “urgente para a União, porque o congresso fica sob a influência dominadora de uma Cidade como a nossa, agitada, tumultuária, como grande centro que é” (DELFINO apud BRASIL, 1960, p. 192).

Por outro lado, esses discursos também apontavam para os benefícios que a transferência da capital para o interior traria para o país como um todo, principalmente no sentido da difusão do progresso e da civilização para as diversas regiões do território nacional.

“Vejam, porém, outras vantagens da mudança da Capital da República. Elas são óbvias. O local escolhido para a nova capital será certamente mais central. Suponhamos por um momento que fôsse assentada em território do Estado de Goiás... na vila Formosa da Imperatriz (...) Tomemos, pois, esta hipótese. Pois bem; em primeiro lugar, facilitar-se-ão as comunicações para o centro e a disseminação do progresso, por isso que, acompanhando êste a ida da Capital para essas paragens, a corrente, cujo centro, hoje, é aqui a Capital Federal, caminhará para lá e, portanto, derramar-se-ão com muito mais facilidade, com muito mais rapidez, as conquistas da civilização em torno da nova Capital.” (DAMÁSIO apud BRASIL, 1960a, p. 181).

Assim como o deputado Virgílio Damásio, o deputado Joaquim Paranaguá, um dos principais defensores da transferência, argumentava que a mudança da capital para o planalto da central facilitaria o povoamento da vasta zona central, como também difundiria a instrução com mais igualdade, aumentando o grau de civilização da população brasileira.

“Estando a capital do Brasil na zona central, tornar-se-á aquela zona um foco de instrução, comércio, artes e indústrias representando a síntese do progresso do país, que daí irradiará para os pontos extremos, confundindo-se o grande desenvolvimento que já existe no litoral com o desenvolvimento central” (PARANAGUÁ apud BRASIL, 1960a, p. 202).

Desse modo, tanto os discursos de crítica ao Rio quanto de defesa da nova capital pautavam-se na ideia de que a sede da República devia constituir-se como um símbolo e como um polo de difusão dos ideais e valores republicanos e modernos: ordem política e social, progresso material e intelectual, higiene, etc.

O fato é que, se havia alguma certeza com relação à relevância da proposta de transferência por parte dos parlamentares, certamente não havia um consenso sobre o melhor modo de proceder. Assim, uma série de emendas para o artigo 2 foram propostas, revistas e rejeitadas. Simultaneamente, os discursos em defesa da transferência quase sempre eram interrompidos por fervorosas interjeições, a maioria em defesa da imagem da cidade do Rio de Janeiro, outras preocupadas com o caráter dispendioso de uma obra dessa magnitude durante um período de incertezas.

Dentre as várias propostas apresentadas, a emenda de autoria do deputado e governador de Santa Catarina, o positivista Lauro Muller, acabou sendo a mais bem-sucedida.

A emenda, quando apresentada, continha a assinatura de 1/3 dos senadores e de metade dos deputados, recebendo apoio de quase metade da Constituinte (BRASIL, 1960a, p. 189). Um percentual de adesão razoavelmente alto para uma questão tão polêmica. Na sua forma original, a emenda acrescentava o seguinte parágrafo ao artigo 2 do projeto aprovado pelo Governo Provisório: “Fica pertencendo a União uma zona de 440 léguas, situada no Planalto Central da República, a qual será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal” (BRASIL, 1960a, p. 67). Segundo Vidal (2009, p. 108), o mérito da emenda de Muller estava no fato de que esta contornava a polêmica sobre o futuro da cidade do Rio de Janeiro, apontando apenas para a zona onde seria instalada a futura capital da República.

No dia 24 de fevereiro de 1891, a primeira constituição republicana era promulgada, portando em suas primeiras páginas os seguintes artigos:

“Art 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.

Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado” (BRASIL, 1891).

Por mais que a transferência aparecesse apenas como uma possibilidade a ser realizada no futuro e que houvesse muita ambiguidade na postura do Congresso com relação ao tema, o que há de significativo na promulgação do artigo é a mudança que ela representa: a proposta que sobrevivera até ali, inicialmente como um ideal de Bonifácio e Varnhagen, depois como elemento da visão de mundo de parte da geração de 70, passava a figurar como pauta da agenda de reconstrução do país, estando presente na Carta Magna do governo republicano. Por mais que o Legislativo tratasse o assunto com o máximo de cautela e ponderação, demonstrando até certa vagariedade com a proposta, a adesão de 90 parlamentares à emenda de Lauro Muller e a aprovação do artigo 3 demonstram que, desde o princípio do governo republicano, a transferência da capital era tomada como uma proposta a ser efetivada, mais cedo ou mais tarde, dentro do programa de reconstrução do país.

No dia 15 de junho de 1891, menos de quatro meses após a promulgação da nova constituição, o Presidente da República, general Deodoro da Fonseca, encaminha a seguinte mensagem ao Congresso solicitando o início do processo de transferência:

“Estabeleceu a Constituição que ficaria pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados para ser nela fundada a futura capital federal. Para encaminhar à sua execução este útil projeto, que tanto se recomenda por sábia consideração de altas conveniências políticas e sociais, faz-se necessário que vos digneis de conceder os meios precisos à escolha e demarcação do terreno onde terá de ter assento a nova cidade, sede do Governo Federal” (FONSECA apud BRASIL, 1960a, p. 70).

Durante os meses seguintes, duas propostas foram feitas por empreiteiras que estavam interessadas em realizar a execução da obra. O Congresso negou as duas argumentando que a demarcação e exploração deveriam ser realizadas por comissões competentes a serem designadas pelo Estado, além do fato de que a execução da transferência era matéria a ser deliberada com exclusividade pelo Legislativo.

O deputado Joaquim Paranaguá apresentou um projeto que previa a consecução de verbas para exploração e demarcação da zona de 14.400 quilômetros quadrados, além da abertura, em seguida, de um concurso para selecionar a empresa responsável pela construção da cidade (BRASIL, 1960a, p. 203). O Congresso aprovou apenas a primeira etapa, de exploração e demarcação, alegando que a etapa de construção era matéria muito complexa do ponto de vista técnico e financeiro, deixando-a para um momento posterior.

Quase 10 meses depois, no dia 12 de maio de 1892, o novo Presidente da República, general Floriano Peixoto, declara em mensagem endereçada ao congresso: “Reputando de necessidade inadiável a mudança da Capital da União, o Governo trata de fazer seguir para o planalto central a Comissão que deve proceder à demarcação da área e fazer sobre a zona os indispensáveis estudos” (PEIXOTO apud BRASIL, 1960a, p. 73).

Em seguida, o Ministro de Obras Públicas nomeia o astrônomo belga Luiz Cruls, então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, para chefiar a comissão de exploração e demarcação da área de 14.400km<sup>2</sup>, contando com uma equipe de dois astrônomos, dois médicos, um geólogo, um botânico, um farmacêutico, dois engenheiros, mais um contingente de militares.

As instruções de trabalho destinadas à comissão eram as seguintes:

“Em observancia á disposição do art. 3 da Constituição Federal, e para dar cumprimento à resolução do Congresso Nacional que consignou na lei do orçamento em vigor a verba destinada á exploração do planalto central da Republica e demarcação da área, que tem de ser occupada pela futura Capital dos Estados Unidos do Brazil, é n'esta data nomeada a commissão encarregada de taes trabalhos, cuja direcção é confiada ao vosso conhecido zelo e provada competência. (...) No desempenho de tão importante missão deveis proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exacto da posição astronômica da área a demarcar, da orographia, hydrographia, condições climatologicas e hygienicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das aguas, que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiaes de construcção, riqueza florestal, etc. da região explorada e tudo mais que directamente se ligue ao assumpto que constitue o objecto da vossa missão” (CRULS, 1947, p.17).

Cerca de três semanas após a nomeação, no dia 09 de junho de 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central partia do Rio de Janeiro rumo ao planalto central, contando com 22 membros e 206 caixotes contendo mantimentos, instrumentos científicos e meteorológicos, dentre outras coisas. A viagem seria feita de trem até Uberaba, ponto final da linha férrea Mogiana, seguindo com o auxílio de animais cargueiros até Pirenópolis, pequena vila do estado de Goiás que serviria como uma das bases de operações da comissão. Chegando a Pirenópolis no dia 01 de agosto de 1982, a Comissão Exploradora levaria seis meses para completar todos os estudos necessários e realizar a demarcação da área de 14.400km<sup>2</sup>.

Nos dois primeiros meses, os membros da comissão, especialistas em diversas áreas, realizaram as atividades de reconhecimento da região e desenvolveram estudos relativos às suas condições topográficas, meteorológicas, hidrográficas, etc. As expedições foram realizadas nas áreas de entorno das vilas de Pirenópolis, Formosa, Corumbá, Santa Luzia (atual Luziânia) e Mestre D'Armas (Planaltina), tendo como objetivos: a medição do volume das águas dos rios encontrados, o levantamento das riquezas naturais existentes (principalmente, pedras e madeiras para construção da capital), a medição das condições climáticas de cada área, além do mapeamento topográfico de toda a região (MOURÃO, 2010, p. 72).

Terminados os trabalhos de reconhecimento de toda a região, Luiz Cruls optou pela demarcação da área como um quadrilátero que teria como lados os arcos de meridianos e paralelos. Baseado nas condições hidrográficas, topográficas e na presença de recursos naturais, o chefe da comissão definiu as coordenadas geográficas da área quadrangular de 160



km por 90 km onde seria instalado o futuro Distrito Federal. A comissão se dividiu em quatro turmas responsáveis pela determinação da posição geográfica de cada um dos vértices do quadrilátero. Os vértices eram marcados por uma caixa que era fixada no solo, contendo sua ata de fixação assinada pelos membros do grupo. O último vértice fora demarcado no dia 15 de janeiro de 1893.

Entre 1893 e 1894, a comissão esteve envolvida nos trabalhos de gabinete necessários para a apuração das informações coletadas e redação do relatório a ser entregue ao Ministério de Obras Públicas e ao Congresso. Em junho de 1893 uma versão resumida e parcial foi entregue, enquanto a versão final só foi publicada em dezembro de 1894. Nesse momento, a comissão já tinha sido convocada para realizar novos estudos, dessa vez com a finalidade de fixar o local destinado à nova capital.

O relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central trazia uma série de pareceres e informações técnicas, tendo como marca o posicionamento totalmente favorável da comissão com relação à transferência da capital para aquela região. O chefe da comissão, Luiz Cruls, inicia o relatório afirmando que a zona demarcada apresenta um conjunto de condições favoráveis à edificação de uma grande capital: possui uma topografia plana, goza de um clima temperado e sadio, é abastecida com água potável abundante, os terrenos são favoráveis ao cultivo e à criação de gado, além de localizar-se em região que poderá ser facilmente conectada ao litoral e aos diversos pontos do território nacional.

Um dos pontos mais frisados por Cruls é o clima temperado e sadio encontrado na região, supostamente análogo às condições existentes na Europa, o que favoreceria a aclimatação do imigrante europeu. É bem possível que o astrônomo tivesse conhecimento dos esforços de setores da elite e do governo no sentido de atrair trabalhadores europeus.

“Em resumo, a zona demarcada goza, em sua maior extensão, de um clima extremamente salubre, em que o emigrante europeu não precisa da aclimação, pois encontrará ahi condições climatericas analogas ás que offerecem as regiões as mais salubres da zona temperada européa.” (CRULS, 1947, p. 117).

Reforçando a defesa feita por Cruls, um dos médicos da missão, Antônio Pimentel, sublinhava em seu relatório um conjunto de vantagens existentes na região, comparando-a com a região litoral. Segundo o médico, as condições meteorológicas, atmosféricas e

hidrográficas da região central eram muito mais saudáveis, de modo que casos de “infecção palustre” e tuberculose, muito comuns no litoral, eram quase inexistentes (PIMENTEL, 1947, p. 326).

Além disso, Cruls também defendida que a região seria capaz de abastecer com água, madeira e pedras, uma grande cidade, por mais populosa que fosse.

Desse modo, o chefe da comissão concluía o seu relatório dizendo que existia no interior do país, uma região gozando de excelente clima, com inúmeros recursos naturais, esperando para ser explorada.

Para Cruls, o desenvolvimento do país teria se concentrado há muito no litoral, trazendo poucos benefícios para a maior parte do território, sendo extremamente importante que se efetivasse a transferência da sede da República para aquela região central.

“Entre ellas salienta-se o incontestavel beneficio que d'ahi resultará para toda essa immensa região çentral, á qual faltou até hoje a indispensavel vitalidade para que pudesse desenvolver e progredir convenientemente. Para ella convergiram então as principaes estradas de ferro, que seriam como que as arterias ligando-a não só aos principaes portos do littoral como tambem ás capitães dos diversos estados.” (CRULS, 1947, p. 118)

Segundo o astrônomo, não haveria nenhuma desvantagem ou inconveniência na transferência da capital para aquelas paragens que poderiam ser facilmente conectadas ao porto do Rio de Janeiro por meio de uma linha férrea. Cruls acreditava que a futura capital não tardaria em tornar-se um grande centro industrial e comercial, contribuindo para o progresso do interior e de todo o país (CRULS, 1947, p.119). Assim como Cruls, o médico Antônio Pimentel também acreditava nas potencialidades da transferência, afirmando que a região:

“pelos seus rios navegaveis e brandos declives favorece o movimento commercial interno e as demais relações dos Estados brasileiros entre si e do Brazil com as republicas visinhas, a America do Norte, a Europa e a Africa, bem como garante ao Governo Federal inumeros pontos estrategicos para a defeza militar do Districto” (PIMENTEL, 1947, p. 276).

O relatório da comissão era um documento científico e oficial, assinado por especialistas que gozavam de reconhecimento nacional e internacional, que atestava em favor das vantagens que a transferência traria para o país, sendo provavelmente um dos documentos mais relevantes para os desdobramentos que culminaram na construção de Brasília.

A versão parcial do relatório, de 1893, foi aprovada pelo congresso e a missão foi considerada bem-sucedida. Um ano depois, em junho de 1894, antes mesmo da publicação do relatório final, o Ministro de Obras Públicas convoca novamente Luiz Cruls, dessa vez para chefiar a Comissão de Estudos da Nova Capital da União, que tinha como objetivo a realização dos estudos necessários para fixar o local destinado à nova capital dentro do quadrilátero de 14.400 km<sup>2</sup>. A nova missão era um pouco mais complexa, devendo proceder ao estudo de vários aspectos relativos ao sítio onde seria instalada a nova capital: a salubridade do clima, a qualidade e abundância de águas e possibilidades de abastecimento da futura capital, a topografia e suas implicações para as edificações de uma grande metrópole, além das possibilidades de comunicação por vias férreas ou ferrofluviais e por linha telegráfica.

Durante 18 meses, a comissão desdobrou-se pelo planalto a fora, realizando uma série de estudos. Os trabalhos começaram pela divisão do grupo em cinco turmas que seguiram até o quadrilátero por caminhos diferentes, procurando mapear e conhecer as regiões transpostas enquanto possíveis rotas de ligação com a nova capital.

Reunida no quadrilátero, a comissão procedeu à análise detalhada das condições topográficas, hidrográficas e meteorológicas que permitiram definir o sítio mais adequado para construção da capital. Primeiro, foi instalado um observatório meteorológico com a finalidade de realizar observações regulares da região. Em seguida, foi realizado um amplo levantamento topográfico e hidrográfico que permitiu a triangulação do local mais adequado. Além disso, duas turmas foram destacadas para estudar as condições de navegabilidade dos rios São Francisco e Araguaia, além das condições topográficas das respectivas rotas até Formosa, de modo a examinar as possibilidades de instalação de duas linhas férreas, uma que ligaria a nova capital à Bahia e outra até o Araguaia, passando pela capital de Goiás. Uma terceira turma foi destacada para realizar o reconhecimento da região onde seria instalada a via que iria de Catalão até Cuiabá.

Em 1895, a comissão sofreu várias ameaças de corte de verba por conta da instabilidade política e financeira vivida pelo governo Prudente de Moraes. Uma parte dos trabalhos só foi realizada graças a um acordo feito entre a comissão e o governo. No final de 1895, quando os trabalhos de reconhecimento do sítio escolhido já estavam adiantados, a comissão foi suspensa por ordem do governo sob a alegação de que não havia mais recursos.

No relatório parcial da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, publicado em 1896, Cruls lamentou o ocorrido, demonstrando que a escolha do local estava muito próxima de ser concluída. Na introdução do mesmo documento, o chefe da comissão mais uma vez defendeu a viabilidade da mudança, argumentando que a sua efetivação traria inúmeros benefícios para a prosperidade e desenvolvimento futuro do país (CRULS, 1896, p. III).

Como afirma Souza (2010, p. 150), as missões de exploração e estudo chefiadas por Luiz Cruls representaram a primeira ação concreta do Estado brasileiro no sentido de efetivar a transferência da capital para o interior. Não é possível determinar quais foram os reais motivos que levaram à suspensão do projeto de transferência, mas o fato é que, até ali, o governo republicano esteve interessado em levar o projeto adiante, demonstrando que a transferência da capital era tida como matéria muito importante. A constante preocupação dos presidentes militares em dar prosseguimento ao projeto, bem como a defesa apaixonada por parte dos diversos cientistas da comissão, demonstra que alguns segmentos políticos e intelectuais concebiam a transferência como pauta urgente da agenda de reconstrução do Brasil. Na perspectiva desses segmentos, a missão de constituição de uma civilização avançada no país, ao passar pela tarefa da integração nacional, poderia ser acelerada pela construção de uma nova capital no Planalto Central.

Com a suspensão dos trabalhos da Comissão de Estudos logo no primeiro ano do governo Prudente de Moraes, o projeto de transferência acabaria suplantado pelos interesses mais imediatos dos dois presidentes paulistas (Moraes e Sales). Alguns anos mais tarde, o projeto seria abandonado na prática com a reforma do Rio de Janeiro promovida pelo governo Alves, uma evidente opção pela manutenção da velha capital. Entretanto, como já dissemos, por mais que a proposta só voltasse à agenda política no governo Epitácio Pessoa, os primeiros esforços reais no sentido da transferência foram realizados nesse momento, como parte da efetivação de um projeto de sociedade.

A agenda da integração como vetor de inovação só voltaria na década de 30, com a renovação do interesse estatal pelas regiões centrais durante a marcha para o Oeste. Até lá, alguns intelectuais e militares seriam responsáveis por conservar essa agenda como objeto de preocupação.

## **2 A utopia arquitetônica modernista e o novo regime político: a construção de uma modernidade nacional**

Seis décadas. Esse é o período de tempo que separa a fundação da Cidade de Minas (Belo Horizonte) em dezembro de 1897, e a fundação da cidade de Brasília, em abril de 1960. Dois eventos singulares que apesar de estarem separados por todo esse espaço de tempo, fazem parte de uma mesma tradição<sup>8</sup> que marca a ação estatal no Brasil e na América Latina: a construção e renovação de cidades como vetor fundamental dos projetos de civilização e modernização empreendidos.

Trata-se de uma tradição na qual as práticas estatais que objetivam a deflagração de processos de inovação socioeconômica e cultural, partindo da prerrogativa de que o espaço urbano condiciona a ação e o pensamento dos habitantes, procuram intervir e organizar esse espaço de acordo com critérios que correspondam aos princípios e valores de civilização (e modernidade) almejados. Em suma, o espaço urbano é, antes de tudo, um objeto passível de ser racionalizado em favor de um projeto de civilização e modernidade.

Como veremos, essa prática de intervenção no espaço urbano ganha força a partir da efetivação da aliança entre Estado e ciência como parte do projeto republicano de sociedade, na medida em que o discurso técnico-científico que enquadra o espaço urbano como objeto de intervenção e racionalização, produzido inicialmente pela engenharia e mais tarde conduzido pelo urbanismo, adentra nos espaços estatais de decisão e regulação da vida nas cidades. Mais do que a imagem das cidades como espaços de civilização, o que a construção da cidade de Belo Horizonte (1894-1897) e a reforma da cidade do Rio de Janeiro (1902-1906) efetivaram como axioma importante da atividade estatal foi a crença na criação de estruturas urbanas racionais e planejadas, a partir de um conhecimento técnico e científico, como fator de instauração de processos de inovação econômica e sociocultural.

Nicolau Sevcenko ao tratar da reforma da cidade do Rio de Janeiro argumenta que a remodelação urbana da velha capital envolvia um projeto de renovação de todo o cenário social, econômico e cultural da cidade. “Assistia-se à transformação do espaço público, do

---

<sup>8</sup> O termo tradição é empregado apenas no sentido de um padrão de ação, no sentido de uma prática que se repete e se rotiniza no âmbito da ação estatal no país e na América Latina.

modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais” (SEVCENKO, 1999, p. 30).

Desse modo, a aliança entre Estado e engenharia vai se manter como padrão regulador da intervenção nas cidades durante toda a Primeira República, sendo reatualizada na virada da década de 20 para 30 com o processo de renovação da arquitetura e institucionalização do urbanismo e, simultaneamente, com a ascensão de um novo regime político.

Durante esse período, arquitetos e urbanistas interessados em engendrar uma prática profissional diferente da que classificaram como “acadêmica” (endógena), “artificial” e “ultrapassada”, entraram numa intensa disputa por posições dentro e fora do campo arquitetônico-urbanístico, principalmente com os arquitetos do chamado “ecletismo” e os próprios engenheiros que vinham comandando a renovação das cidades na Primeira República. Pouco a pouco, as perspectivas inspiradas nas vanguardas modernistas ganharam destaque através da atuação de determinados grupos de arquitetos e urbanistas que despertaram o interesse e conseguiram o apoio do Estado (seja do governo federal, seja dos governos estaduais). O Estado era o único cliente capaz de financiar obras de grande porte dado o cenário econômico do país, detinha o monopólio sobre a regulação do espaço urbano e, ao mesmo tempo, configurava-se como importante instância de legitimação cultural naquele período. Desse modo, despertar o seu interesse e conseguir o apoio técnico-financeiro necessário para uma grande obra ou projeto urbano era uma enorme conquista.

Encerrando o período de renovação, já na virada da década de 30 para os anos 40, a vertente inspirada na “Nova arquitetura” de Le Corbusier vai adquirir enorme preponderância através de projetos e construções, financiadas tanto pelo governo federal como por governos estaduais, que conquistam um profundo reconhecimento de crítica e público dentro e fora do país, com grande destaque para o grupo de arquitetos reunido em torno de Lúcio Costa.

Nesse momento, essa vertente, protagonizada pelo grupo de Costa, se consagrará como “vanguarda oficial”: ou seja, como a nova linguagem arquitetônico-urbanística que detém o apoio sistemático do principal cliente da arquitetura e o principal responsável pela regulação do espaço urbano e territórios, o Estado. À medida que vai se confirmando como vanguarda oficial, essa vertente se projeta como a linguagem padrão dos projetos de intervenção ensejados pela aliança entre Estado, arquitetura-urbanismo e cidade.

De certo modo, esse segmento de arquitetos passa a produzir, com alguma exclusividade<sup>9</sup>, os modelos de organização urbana e de formalização estética que estarão associados à modernidade nacional, tornando-se quase que indispensável nos projetos de construção e renovação dos espaços urbanos como símbolos de modernidade e polos de renovação.

“... a história cultural latino-americana é uma história de cidades: a América Latina explica-se nessa vontade de construção de uma nova realidade (...). A ambição mais profunda da arquitetura moderna ratifica não só a visão da cidade americana como produto genuíno da modernidade, mas sobretudo como máquina para inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la” (GORELIK, 2005, p. 49).

A proposta desse segundo capítulo consiste justamente em dar conta da configuração desse emaranhado de trajetórias e práticas, disperso no âmbito da política e da cultura, que combina utopia artístico-cultural modernista, paradigma técnico-estatal de intervenção urbana como vetor de transformação social e aspirações político-intelectuais na direção do nacional e do moderno. Um emaranhado que vai efetivar a perspectiva de certos grupos modernistas como a linguagem oficial da aliança entre Estado, arquitetura-urbanismo e cidade no Brasil.

O mapeamento desse processo se faz indispensável para compreensão do cruzamento histórico que está materializado em “Brasília”, pois, a nosso ver, tal processo é constitutivo e mesmo definidor da singularidade urbano-histórica que nos propomos a analisar. Afinal, Brasília é antes de tudo a cidade que deu vida à utopia modernista e, logo, cabe a nós descobrir, no percurso desse capítulo, como essa utopia se transformou em história.

Tendo isto em conta, o capítulo se propõe a analisar, em um primeiro instante do texto, a constituição de uma espécie de parceria entre Estado e engenharia nos projetos de regulação e intervenção no espaço urbano das principais capitais brasileiras, procurando situar essa parceira como parte específica da aliança entre Estado e ciência proposta pelo projeto republicano de sociedade. Nos propomos a analisar o planejamento da nova capital de Minas

---

<sup>9</sup> Falamos em exclusividade pelo fato de que a vertente inspirada em Le Corbusier e protagonizada pelo grupo de Lúcio Costa foi recorrentemente vitoriosa e mesmo preferida em inúmeros projetos idealizados e/ou realizados tanto pelo governo federal, como por governos estaduais (Ministério da Educação, Cidade Universitária, Pavilhão do Brasil, ...). Contudo, não se trata de exclusividade total, pois outras vertentes também foram consagradas em projetos oficiais (como a perspectiva da cidade-jardim de Ebenezer Howard em Goiânia, a arquitetura social da Bauhaus em Recife,...).

|Gerais, a Cidade de Minas (Belo Horizonte), e a remodelação urbanística da capital republicana, a cidade do Rio de Janeiro, vislumbrando o modo como esses projetos foram concebidos enquanto parte de um propósito mais geral: a constituição do Brasil como país civilizado.

Em um segundo momento, partimos para a análise do quadro político-cultural dos anos 10 no Brasil e na Europa, mapeando a presença das perspectivas nacionalistas, nativistas e modernistas que vão culminar na formação do movimento modernista brasileiro. Feito isto, nos propomos a entender a particularidade que essa proposta cultural porta ao conceber uma linguagem capaz de conciliar os termos do moderno e do nacional. A nossa hipótese é que essa tentativa de conciliação correspondia a uma série de anseios compartilhados por facções intelectuais e políticas do país. Partindo dessa hipótese, procuramos demonstrar os caminhos pelos quais se forma a bem sucedida articulação entre intelectuais modernistas e Estado Novo, percebendo as conexões existentes entre utopia artística e ideologia política.

Finalmente, chegamos ao tópico de maior interesse do capítulo, no qual percorremos a trajetória das vertentes arquitetônico-urbanísticas no Brasil com o intuito de compreender os cruzamentos e encontros que culminam na consagração da arquitetura de Costa e Niemeyer como espécie de vanguarda oficial. Nesse percurso, procuramos apontar para o modo como a matriz do movimento modernista brasileiro está presente na concepção dos arquitetos que, assim, se destaca como símbolo privilegiado da modernidade nacional. A partir dessa conformação, a sua vertente passa a protagonizar a aliança entre Estado e arquitetura, materializando-se, mais tarde, na nova capital do país.

## **2.1 Engenharia e Estado na Primeira República: a cidade como polo de civilização**

No dia 12 de dezembro de 1897 foi fundada a Cidade de Minas, cidade inteiramente projetada e construída para ser a nova capital do estado de Minas Gerais (a cidade seria, nove anos mais tarde, rebatizada como “Belo Horizonte”). A nova capital foi idealizada pelo primeiro governador do estado no regime republicano, o futuro presidente da República Afonso Pena, com o objetivo de retirar a sede do governo da velha cidade de Ouro Preto, com seu traçado estreito e sinuoso inadequado às exigências de uma capital civilizada, para alocá-la



em uma cidade inteiramente projetada e construída com a finalidade de ser a capital de um dos estados mais fortes da República.

Segundo Vidal (2009, p. 130), a mudança da capital também envolvia uma disputa pela hegemonia política no estado entre o grupo tradicional ligado ao setor da pecuária e o grupo emergente ligado ao setor cafeeiro. Desse modo, o deslocamento da capital para um novo ponto no mapa do estado visava o distanciamento do centro de poder da influência do velho grupo político.

De qualquer modo, foi exatamente com o objetivo de construir uma sede política que estivesse de acordo com as exigências de uma grande capital e, sobretudo, que fosse representativa do poder do estado de Minas Gerais, que o engenheiro Aarão Reis projetou a nova cidade. Aarão Reis desenha a cidade a partir de um plano em tabuleiro, com traçado ortogonal, esquadrihado por longas avenidas que visam integrar os pontos da cidade e acrescentar um profundo aspecto de monumentalidade à cidade. A trama do desenho procura exaltar a grandeza do poder estatal, localizando os edifícios governamentais (do executivo e legislativo) no eixo central da cidade, mas, principalmente, exaltar a força do estado de Minas Gerais, de modo que as avenidas e ruas levam nomes de heróis, cidades e datas que marcam a história daquele estado.

Analisando o projeto da cidade, Laurent Vidal (2009, 131) sugere que a inspiração de Reis para o desenho da Cidade de Minas teria vindo dos bulevares construídos por Haussmann em Paris, ícones de um novo modelo de organização urbana. Além disso, o historiador argumenta que a formação positivista de Reis teria sido determinante na concepção do projeto, de modo que a cidade foi concebida como sede de um Estado forte disposto a alcançar um novo estágio de civilização (VIDAL, 2009, 132).

Para os nossos objetivos, o mais importante é perceber que a projeção e construção da Cidade de Minas foi extremamente inovadora na medida em que instaurou, como figuração da aliança entre Estado e ciência que embasa o projeto republicano de sociedade, uma importante e recorrente parceria entre o poder estatal e a engenharia. Legitimado por um saber técnico-científico sobre a realidade, “o engenheiro” então concebe um projeto que ordena e racionaliza o espaço urbano de acordo com um conjunto de princípios e valores, com o objetivo primordial de fomentar práticas alinhadas à civilização que ali pretende implantar.

Segundo Vidal, a cidade é idealizada acima de tudo como um lugar de ordem. Antagônica à imagem de desordem das cidades existentes, a nova capital é concebida por Aarão Reis como realização de um novo modelo de organização sociourbana, na qual a razão e a técnica “são capazes de impor medida e ordem a todas as atividades humanas” (VIDAL, 2009, p. 132).

“O projeto apoia-se na ideia de que a ordem, traduzida no contexto urbano por planejamento, pode conduzir ao aperfeiçoamento social. Essas ideias, expostas pela primeira vez, e concretamente, no Brasil, têm uma influência fundamental na prática urbanística do Estado federal.” (Idem, ibidem, p. 132).

O imaginário que toma a construção de cidades cientificamente planejadas como um instrumento eficaz para a imposição de uma nova concepção de organização social, de cunho civilizado, certamente estava presente no engenheiro Aarão Reis e no governador Afonso Pena, como provavelmente também estava presente nos parlamentares e presidentes que defenderam o projeto de construção de uma nova capital para o país entre 1891 e 1895. Trata-se de um imaginário, compartilhado por muitos segmentos que contribuíram para a concepção e efetivação do projeto republicano, que toma o espaço como objeto portador e reproduzidor de uma racionalidade passível de ser apreendida e manipulada através de um saber alinhado às leis da realidade. Um imaginário que vai inserir os corpos profissionais da engenharia dentro dos arranjos estatais voltados para regulação das cidades e dos territórios durante toda Primeira República e que está materializado, de forma inédita, na capital mineira.

Outro momento fundamental dos projetos civilizadores promovidos pela aliança entre Estado e engenharia na Primeira República foi a reforma promovida pelo engenheiro e prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos, entre os anos 1902 e 1906. Durante quatro anos, a capital do país passou por um intenso processo de remodelamento da sua estrutura urbana, com ampla reforma do porto, abertura de grandes avenidas e demolição de bairros. Pereira Passos também procurou, através de certos recursos simbólicos e marcos regulatórios, promover um “remodelamento” das próprias práticas sociais e culturais dos habitantes. O objetivo era claro e, inclusive, muito divulgado: era preciso transformar a capital do país em uma cidade civilizada, à imagem e semelhança das grandes capitais europeias.

Na virada do século, a cidade do Rio de Janeiro, além de abrigar o centro administrativo da federação, também se constituía como o maior centro comercial e financeiro do país, funcionando como intermediária da economia cafeeira e principal ponto de contato do Brasil com a produção e comércio europeus e americanos. O volume de recursos, produtos e pessoas que transitavam e habitavam a cidade era enorme: o porto do Rio de Janeiro era o 15º porto do mundo em volume de comércio, a população da cidade tinha dobrado em menos de duas décadas, uma febre de consumo tomava conta das classes mais abastadas, enquanto milhares de pessoas se abarrotavam nos cortiços do centro da cidade (SEVCENKO, 1999, p. 27; OUTTES, 2002, p.3).

Ficava cada vez mais evidente para as novas elites políticas que aquela velha estrutura urbana não daria conta de abarcar tantas demandas de maneira minimamente ordeira. Era preciso transformar o cenário de insalubridade e insegurança que tomava conta da capital em um cenário de higiene, ordem e civilização.

Assim que os presidentes Moraes e Sales conseguiram promover um padrão de estabilidade política e econômica para o país, a primeira bandeira levantada pelo governo federal foi a reforma da capital. Todo o esforço do governo federal pela recuperação da credibilidade do país diante do mundo civilizado foi redirecionado naquele momento para a recriação da capital republicana: não só o porto, mas toda a cidade deveria ser remodelada com o objetivo de forjar uma estrutura urbana - e um respectivo cenário de civilidade - capaz de drenar a prosperidade e o conforto que emanavam da Europa e dos Estados Unidos (SEVCENKO, 1999, p. 29).

“A reforma... tem uma finalidade tripla: econômica (facilitar e tornar agradável a circulação dos homens e das mercadorias), higiênica (sanear a cidade na qual há vários anos se instalou a febre amarela) e social ou policial...” (VIDAL, 2009, p. 134).

Desse modo, um dos primeiros atos do presidente Rodrigues Alves foi nomear o engenheiro Pereira Passos para prefeito da cidade, dando-lhe total liberdade e autoridade para promover o remodelamento urbano de toda a cidade.

Pereira Passos estudou engenharia na École de Ponts e Chaussées em Paris durante o período das grandes reformas promovidas pelo Barão Haussmann. As reformas consistiram em

uma série integrada de três programas de demolição e construção, com criação de um novo sistema de circulação bem orquestrado, composto por bulevares grandiosos cercados por monumentos e novos edifícios suntuosos, um novo sistema de esgoto, além da demolição de bairros superpovoados do centro, durando quase duas décadas e transformando radicalmente o cenário da capital francesa.

Como afirma Needell (1993, p. 52), Pereira Passos gravou bem essa série em sua memória e a reproduziu com maestria na cidade carioca de acordo com as necessidades e as condições locais. A chamada “cidade velha” foi praticamente reconstruída: ruas foram alargadas e melhor interligadas, novas avenidas foram abertas, vários edifícios velhos foram demolidos. O porto foi modernizado, com parte do cais sendo aterrada, abriu-se uma grande avenida que ligava a região portuária aos bairros operários e industriais. Além disso, o prefeito pavimentou inúmeras ruas, asfaltou estradas, construiu calçadas, abriu o túnel do Leme, iniciou a construção da Avenida Atlântica, embelezou uma série de praças (NEEDELL, 1993, p. 56).

A obra de coroamento da reforma geral promovida por Passos foi a construção da Avenida Central, concebida como a proclamação de uma nova fase da sociedade carioca e brasileira: a chamada *belle époque tropical*. A avenida era um enorme bulevar com duas muralhas de edifícios que refletiam a prosperidade e o progresso, figurando entre esses edifícios nada menos que: lojas que vendiam artigos de luxo importados, livrarias, empresas nacionais e estrangeiras, órgãos do governo (anos mais tarde, três edifícios suntuosos ainda seriam construídos na avenida: a Escola Nacional de Belas-Artes, a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal). Os edifícios recém-construídos e as fachadas reformadas traziam principalmente a marca do ecletismo francês, o que, segundo Needell, visava criar um cenário que simulasse uma civilização à francesa:

“Embora muitas vezes lhes faltassem coerência arquitetônica em relação a suas fachadas, continuavam a cumprir um propósito adequado à função simbólica das mesmas. Afinal, por mais brasileiras que fossem, todas essas construções integravam-se a uma fantasia de Civilização. (...) tal edifício transmitia com eficácia, por meio de sua fachada, de sua localização na avenida e de produtos ou vínculos europeus, a sensação neocolonial de Civilização. A máscara acaba moldando os traços e afetando a visão do usuário.” (NEEDELL, 1993, p.66).

Algumas medidas tomadas pelo prefeito Pereira Passos evidenciam com extrema clareza os propósitos civilizatórios de todo o projeto de reforma empreendido. Durante sua gestão, Passos proibiu e reprimiu uma série de hábitos praticados pelos habitantes que eram considerados “bárbaros” ou “incultos” do ponto de vista daquele projeto de civilização. Foram proibidos: o ato de cuspir no chão dos bondes, a criação de porcos dentro dos limites urbanos, a exposição de carne na porta do açougues, a venda ambulante de alimentos, etc. Mais evidente ainda nesse sentido, foi a proibição das práticas culturais e religiosas praticadas pela população mais pobre. Todo esse cenário de repressão foi coroado ainda por uma “política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas” (SEVCENKO, 1999, p. 30).

Os jornais davam grande destaque para as reformas, destacando a sua importância como instrumento de reabilitação do país, promovendo um futuro civilizado. Os intelectuais mais bem ajustados àquela nova sociedade carioca exaltavam as reformas como uma “vitória da higiene, do bom gosto e da arte”. Para essa elite, o Rio civilizava-se, convidando velhos elementos “bárbaros” a desaparecer.

O que notamos nesse período de remodelamento da capital da República é que o projeto de renovação ia muito além do espaço urbano. As ações de Pereira Passos eram a ponta de lança de um esforço generalizado em prol da racionalização e ordenamento do espaço, das mentalidades e dos modos de vida que configuravam aquela trama urbana de acordo com critérios ligados ao modelo europeu de civilização.

Como sugere Needell (1993, p. 70), a mobilização das elites políticas em prol desse projeto de renovação urbana, social e cultural estava informada pela crença de que a entrada intensiva dos fluxos comerciais, os investimentos estrangeiros e a integração socioeconômica trariam a mesma recompensa a todos os povos: civilização e progresso à europeia. Ou seja, todo esse esforço de recriação da cidade do Rio de Janeiro fora concebido como um modo de romper obstáculos espaciais, cognitivos e comportamentais instalados para que o Brasil pudesse conquistar um lugar ao sol no concerto das civilizações.

De certa forma, a construção de Belo Horizonte e a reforma do Rio de Janeiro são verdadeiros protótipos de um esquema de intervenção pautado na aliança entre Estado e engenharia e que foi reproduzido em outras cidades brasileiras em diferentes momentos (por

exemplo, nas reformas da cidade de São Paulo entre 1906 e 1911 e na cidade de Recife entre 1909 e 1917). O mais importante para o presente trabalho é a constatação de que a consolidação da aliança entre ciência e Estado como parte do esforço de civilização presente desde o princípio do projeto republicano, desdobra-se, em uma de suas figurações, na inserção dos quadros profissionais da engenharia nos arranjos estatais voltados para a regulação do espaço e da vida urbana, especialmente nas secretarias de Obras e Viação da Primeira República. Esses quadros profissionais estão ali inseridos basicamente porque estão habilitados, pelo saber técnico-científico que portam, a conceber propostas de intervenção e ordenamento do espaço urbano capazes de dominar e redirecionar a racionalidade que esse objeto porta, reconfigurando-o a partir de determinados princípios que, em última medida, aspiram à instauração da civilização.

De certo modo, esse arranjo histórico que combina Estado e engenharia vai se reproduzir ao longo de toda a Primeira República, chegando ao regime Vargas com muita força. Contudo, um importante deslocamento vai ocorrendo ano após ano com os processos de profissionalização do urbanismo e renovação da arquitetura na virada da década de 20 para a década de 30.

Inspirados pela nova ciência do urbano, ou por vertentes arquitetônicas que propunham um olhar sobre a cidade como um todo, os novos arquitetos-urbanistas vão reivindicar o lugar ocupado pelos engenheiros na regulação das cidades. Durante esse período, eles iniciam uma intensa disputa pela autoridade (monopólio) sobre a compreensão do espaço urbano, o que habilitaria esses profissionais para o exercício de intervenção e domínio desse objeto sagrado.

Processo semelhante vai ocorrer no campo da construção civil, até então dividida entre os engenheiros e os arquitetos vinculados ao “ecletismo”. Segundo Durand (1991, p. 2), nas primeiras décadas do século XX, a arquitetura do país era marcada por uma variedade de estilos importados, de modo que a construção de um prédio não era vista como uma questão cultural, um espaço de disputa simbólica entre estilos. As novas vertentes vão criticar veementemente a postura “ecletica”, reivindicando a formação de estilos arquitetônicos homogêneos que tivessem uma proposta estética, funcional e, inclusive, social bem definida. Ano após anos, os arquitetos também conquistam esse espaço, se impondo como portadores autorizados das gramáticas estéticas e técnico-funcionais ligadas ao campo da construção civil.

Essas breves considerações bastam para constatar que entre 1920 e 1940, provavelmente respaldados por uma disputa que já vinha ocorrendo há décadas em outros países, os arquitetos-urbanistas conseguiram conquistar parte do lugar ocupado pelos engenheiros, de modo que, pouco a pouco, passaram a ser reconhecidos como grupo detentor do saber especializado sobre as cidades e sobre as construções, sendo convocados a contribuir com a prática estatal de regulação e intervenção sobre o espaço urbano, além da projeção e construção de novos edifícios.

Dito isto, faz-se necessário entender o modo como as vertentes modernistas, que surgem entre as décadas de 20 e 30, conseguem alcançar tamanha posição de destaque na intersecção do âmbito cultural com o âmbito político, protagonizando por muitos anos o arranjo que articula, a partir daquele momento, Estado, arquitetura-urbanismo e cidade.

Entretanto, num primeiro instante do texto, é fundamental que se mapeie os caminhos que levaram a utopia artístico-cultural do movimento modernista a se amalgamar com o projeto político dos grupos que compunham o regime Vargas. Esse ponto de contato entre os dois grupos foi decisivo na remontagem das articulações existentes entre os âmbitos da cultura e da política e, conseqüentemente, da relação entre arquitetura-urbanismo e Estado.

## **2.2 Utopia modernista e Estado novo: em busca de uma modernidade nacional**

A ascensão da vertente urbanístico-arquitetônica modernista, protagonizada pelo grupo de Lúcio Costa, como vanguarda oficial só pode ser entendida a partir de um cenário maior que envolve a ascensão do movimento modernista, no geral, como uma das linguagens promovidas pela ação cultural e pedagógica do regime Vargas. Nesse sentido, a promissora articulação entre arquitetura moderna e política que começava a ser ensaiada naquele momento, estava diretamente ligada ao cruzamento ambíguo, mas bem sucedido, das propostas modernistas com a política cultural do novo grupo político.

Se por um lado esse cruzamento retoma a aliança entre Estado e ciência, existente desde o princípio do projeto republicano como parte de uma visão iluminista de sociedade, conferindo papel de protagonismo aos intelectuais dentro da vida política, por outro, os conteúdos e princípios que fundamentam esse casamento serão bem distintos daqueles que

caracterizavam, em um primeiro momento, o movimento político-intelectual de 1870 e, mais tarde, a geração da belle époque tropical. Nesse novo contexto, a tarefa de implantação de uma Civilização (à europeia) no Brasil vai ser substituída pelo esforço de construção de uma modernidade nacional.

Com a transformação do cenário sociocultural e econômico mundial a partir da Primeira Guerra, o termo “moderno” vai substituir a palavra “civilização” como valor aspirado, substituindo o aspecto cortesão, racionalista e determinista da última por uma combinação de instintividade, vitalidade, frenesi e imediatismo presentes no primeiro (SEVCENKO, 1992, p. 178). A era do automóvel, do avião, da propaganda e do cinema se mostrava cada vez mais veloz e volátil, de modo que uma referência tão determinista e linear como a ideia oitocentista de civilização já não dava mais conta de representar as aspirações e anseios daquele novo cenário. O trauma da guerra também havia criado ressentimentos com relação ao conteúdo imperialista da palavra. Simultaneamente, forma-se um desejo generalizado de renovação, uma espécie de obsessão por um novo equilíbrio que unisse os elementos fragmentados pela guerra e dispersos pela volatilidade dos novos tempos. Dessa forma, o termo “moderno” procurava atender a essas demandas, adjetivando tudo o que estivesse ligado a uma espécie de “presente profético” (SEVCENKO, 1992, p. 99).

Por outro lado, a fome por vitalidades, por essências e por sentimentos de comunhão que superassem o aspecto corrosivo de um mundo veloz e de uma guerra sem precedentes, tendia a incorporar o espírito nacionalista do pós-guerra, criando um enorme apelo por tudo que fosse coletivo e autenticamente nacional. O anseio por um novo equilíbrio fundia-se com os desejos de comunhão e pureza projetados sobre um possível subterrâneo nacional.

Esse apelo generalizado pelo moderno e pelo nacional, com os respectivos desejos de equilíbrio, pureza e comunhão, chega ao Brasil através de uma série de mediações políticas, econômicas e culturais. Sendo alocado de acordo com contextos e situações que já estavam instalados no país, esse apelo reconfigura, em certa medida, o próprio anseio de construção de um novo Brasil de 1870, contribuindo, junto a uma série de outros fatores, para a produção de uma vontade compartilhada de renovação social, cultural e política.

Nesse momento ainda não é possível precisar os termos dessa equação, mas desde já partimos da constatação que foi exatamente essa vontade compartilhada em busca de um novo



equilíbrio capaz de combinar os termos do “moderno” e do “nacional”, a matéria responsável por viabilizar a liga entre a utopia artística modernista e a perspectiva política do novo regime. De certa forma, o anseio por renovação sociocultural presente no modernismo sintonizou-se com o desafio de atualização socioeconômica enfrentado pelo regime Vargas.

Utopia e ideologia, arte e política, arquitetura e Estado vão se reunir justamente em torno dessa busca implacável pela modernidade nacional.

### *2.2.1 O movimento modernista e as linguagens do moderno e do nacional*

A partir de meados dos anos 10, principalmente com a eclosão da grande guerra, uma febre nacionalista, preocupada com os rumos do Brasil como nação diante do cenário internacional, tomou conta do cenário público e intelectual no Brasil. Nesse momento, diversos intelectuais defenderam uma postura mais ativa, sinalizando a importância do envolvimento da inteligência brasileira no processo de conscientização nacional, contribuindo para formação de um povo-cidadão interessado nos destinos da pátria.

No mesmo período, um conjunto de intelectuais enseja, através de suas práticas e discursos, o que seria o princípio de uma onda nativista no Brasil, difundindo, pouco a pouco, o interesse por temas e objetos vinculados às tradições coloniais, populares e regionais. Essa onda nativista, de certo modo, acompanha a febre nacionalista, mas não é necessariamente condicionada por ela.

Esse duplo cenário irá reverberar ao longo de toda década de 10 e 20, sendo decisivo na constituição do movimento modernista.

Ainda no ano de 1914, Alberto Torres publica o livro “O problema nacional brasileiro”, um conjunto de textos publicados anteriormente em jornais, nos quais critica a postura de distanciamento das elites políticas com relação à situação do povo e da pátria, a inadequação das instituições republicanas com relação à realidade e caráter brasileiros, além da postura diletante e indiferente dos intelectuais. O sociólogo estava preocupado com a nova fase de concorrência do imperialismo, diagnosticando o estado de dissolução da nação como um mal a ser combatido. Contudo, diferentemente da geração de 1870, Torres não atribuía o problema ao povo brasileiro, condenando a descrença com relação às raças que aqui habitavam. Para o

autor, os responsáveis por esse cenário eram as elites dirigentes e intelectuais. O autor então concluía:

“Qual a lição que disto resulta? Resulta que a formação artificial das nacionalidades, tal como a nossa, impõe, como necessidade imperativa, a formação, por convicção racional, da consciência nacional: a criação e o desenvolvimento, par en haut — da inteligência para os hábitos, do raciocínio para os reflexos —, do instinto de conservação e de progresso nacional” (TORRES, 1938, p. 277).

Era preciso forjar a consciência nacional a partir de um ato deliberado, racional, a partir de cima. Os intelectuais precisavam abdicar da “atitude crítica e de diletantismo literário” em favor da “coragem da iniciativa e da responsabilidade de solver”. A mensagem de Torres impactou uma série de intelectuais, tendo profunda influência sobre o grupo católico que mais tarde contribuiria com a política educacional do regime Vargas.

No ano de 1915, o poeta Olavo Bilac, protagonista intelectual da *belle époque* carioca, inicia uma intensa campanha nacionalista em favor do serviço militar obrigatório e de uma educação cívico-militar. Após a campanha, no dia 7 de setembro de 1916, Olavo Bilac funda, junto a um grupo de intelectuais, juristas e políticos eminentes, a Liga da Defesa Nacional, cujos objetivos eram basicamente: serviço militar obrigatório, educação cívico-militar e estímulo ao espírito patriótico. A organização foi um verdadeiro marco, influenciando intelectuais, estudantes e militares, além de estimular a formação de organizações semelhantes nos anos seguintes, como a Liga Nacionalista do Brasil, a Propaganda Nativista, Ação Social Nacionalista, etc.

As duas últimas associações, de orientação católica, inspiravam-se na obra de Alberto Torres e estavam reunidas em torno de intelectuais como Álvaro Bomilcar, Arnaldo Damasceno Vieira e Jackson de Figueiredo. Pregavam a defesa do “brasileirismo puro e integral”, combatendo a presença dos portugueses e estrangeiros no comércio e na imprensa, enaltecendo a figura do “mestiço” como base do povo brasileiro e defendendo o fortalecimento do patriotismo através da religião e da moral (OLIVEIRA, 1990, p. 149).

Em suma, um sentimento de missão nacional começa a ser propagado entre os intelectuais naquele momento. Havia uma percepção generalizada de que a sua posição os incumbia da tarefa de fazer o povo consciente dos seus interesses e dos destinos da pátria,

conformando uma comunidade nacional verdadeiramente organizada. De certo modo, esse período reatualiza o propósito de disponibilizar a inteligência em prol da reorganização da nação.

Por outro lado, esse mesmo período é marcado pela atuação daqueles que seriam os precursores de uma onda nativista no Brasil. No começo dos anos 10, esse novo segmento de intelectuais passa a se envolver com o estudo e a promoção de elementos culturais ligados às tradições históricas, populares e regionais do país. Apesar de não compartilharem necessariamente da mesma perspectiva da euforia nacionalista, os intelectuais nativistas também partiam da crença na existência de uma nação inconsciente, implícita nos hábitos e costumes do povo. Diretamente envolvidos na superação do olhar pessimista diante das raças brasileiras, eles estavam interessados justamente no desvelamento de uma espécie de subterrâneo nacional.

O início do movimento arquitetônico conhecido como “neocolonial” é atribuído ao ano de 1914, quando o arquiteto português Ricardo Severo profere a conferência “A arte tradicional no Brasil”. Nessa conferência, Severo critica a indiferença dos arquitetos brasileiros com relação às tradições ligadas “à formação da nacionalidade”, opondo-se à imitação dos estilos europeus em favor da apreensão de estilos desenvolvidos ao longo da história nacional. Segundo o arquiteto, esses estilos incorporavam um modo de expressão adaptado às condições do país à época, portando uma parte do próprio “espírito nacional”. Severo afirmava que era preciso formar um novo estilo que agregasse elementos arquitetônicos tradicionais, resgatando parte da própria nacionalidade, para, então, estiliza-los conforme a época atual (SANTOS, SILVA & DANTAS, 2012).

A perspectiva de Severo fomentou a ação de todo um conjunto de arquitetos - como Victor Dubugras, Heitor de Mello e o próprio Lúcio Costa – que passou a projetar construções marcadamente inspiradas na estética barroca da época colonial. O movimento tinha uma forte tendência nacionalista, buscando a constituição de uma arte genuinamente brasileira. O estilo esteve presente na Semana de Arte Moderna por meio do arquiteto Georg Przyrembel.

Em janeiro de 1915, o escritor Oswald de Andrade publica na revista “O pirralho”, o artigo intitulado “Em prol de uma pintura nacional”, no qual ironiza a atitude dos pintores brasileiros que vão estudar nas escolas europeias com subsídio do Estado e que quando voltam

para o seu país, se veem amedrontados diante da natureza tropical. Para o escritor, os cenários naturais e os diversos tipos de vida presentes na vasta hinterlândia brasileira seriam fontes privilegiadas de sugestões emotivas e exuberantes, uma oportunidade única para a criação de uma grande escola de pintura nacional. O artigo é, então, concluído com assertiva marcante:

“E incorporados ao nosso meio, á nossa vida, é dever d'elles tirar dos recursos immensos do paiz, dos thesouros de côr, de luz, de bastidores que os circumdam, a arte nossa que affirme, ao lado do nosso intenso trabalho material de construcção de cidades, e desbravamento de terras, uma manifestação superior de nacionalidade.” (ANDRADE, 1915).

Já naquele momento, o escritor defendia a necessidade de criação de uma pintura capaz de incorporar temas e elementos ligados aos cenários e modos de vida brasileiros, constituindo-se como uma expressão artística verdadeiramente nacional.

Contudo, sem sombra de dúvida, o principal representante desse segmento nativista foi o escritor Afonso Arinos de Melo Franco. Desde o começo do século XX, o escritor vivia na cidade de Paris e muito possivelmente foi influenciado pelo exotismo que tomava conta da capital francesa nos anos 10. Artistas e intelectuais sediados em Paris tinham uma verdadeira fome por tudo o que estivesse vinculado a um “Outro exótico”, desde os elementos de matriz africana e pré-colombiana até o jazz feito por músicos norte-americanos negros. Essa obsessão pelo exótico estava vinculada à representação de “pureza” e “espontaneidade” que aqueles intelectuais atribuíam às manifestações artísticas e culturais de povos tidos como “primitivos” e “exóticos” (SEVCENKO, 1992, p. 278).

Como sugerido por Nicolau Sevcenko, a partir da perspectiva parisiense, Afonso Arinos teria descoberto a dimensão “pura” e “vital” do passado, dos hábitos preservados nas tradições populares e das paisagens do país. Assim, quando no Brasil, o escritor promovia uma série de conferências sobre lendas e tradições populares, realizava bailes com apresentação de danças regionais pelos “próprios nativos”, além do fato de que o próprio escritor incorporava essas tradições, estando sempre vestido com trajes de um “típico” sertanejo (idem, ibidem, p. 238). Segundo Sevcenko, Afonso Arinos mantinha um sentimento religioso pela natureza e pelas paisagens interiores do Brasil, assim como pela cultura e estilo de vida que ali habitavam. Os sertões e seus habitantes transformavam-se em entidades sublimes que, através do contato, preenchiam a vida do escritor de significados superiores (idem, ibidem, p. 239).

Por outro lado, analisando a sua obra póstuma “A unidade da pátria” (1917), Hermano Vianna demonstra que Afonso Arinos nutria uma preocupação de cunho nacionalista na sua relação com os hábitos populares. O escritor não via com bons olhos o caráter altamente regionalizado, fragmentado, do país, defendendo um “grande esforço no sentido da unificação moral da pátria”. Para Arinos, a mistura existente entre costumes e tradições populares regionais, de certo modo, já vinha realizando essa tarefa de formação da unidade brasileira:

“Nesse grande esforço anônimo e por assim dizer subterrâneo, tal o dos lençóis d’água na formação dos ribeiros, forma-se a trama popular da nossa nacionalidade, com suas lendas e tradições comuns, voando de Sul a Norte e de Norte a Sul nas asas risadas da canção popular” (FRANCO apud VIANNA, 2002, p. 55).

Na obra, Arinos argumentava que o pouco de unidade que tínhamos, devíamos ao povo, “injustamente apodado de indolente” e superior “em moralidade às classes elevadas”. O autor pregava uma aliança entre elite e povo em prol da unidade nacional, atribuindo grande responsabilidade à classe culta nesse esforço de unificação (VIANNA, 2002, p. 56).

De acordo com Nicolau Sevckenko, a montagem da peça “O contratador de diamantes”, obra póstuma de Afonso Arinos, em 1918, foi um verdadeiro marco nesse período. O enredo da peça retrata o Brasil heroico das bandeiras, centrando-se na história de um contratador de diamantes, líder de seu povo, que cansado da espoliação promovida pelos líderes políticos que usurpavam os produtores locais em favor de estrangeiros, conclama o povo da cidade a se revoltar contra o poder estabelecido. A peça recebeu subsídio do prefeito Washington Luís e de vários membros da elite paulista, contando com uma montagem monumental no Teatro Municipal: cenário completo, figurino luxuoso, mobiliários coloniais, duas orquestras, tudo que simbolizasse a áurea de riqueza daqueles tempos. Contudo, a peça ganhou grande destaque pelo fato de que foi encenada por um grupo de atores amadores, que vestiam as roupas da época e apresentavam um sotaque tipicamente paulista. A cena em que “pretos de verdade” dançavam a “congada” e eram observados com alegria pelos “figaldos”, foi reproduzida com euforia pelos jornalistas que elogiaram a peça por seu “realismo primitivo” e sua “atmosfera brasileira” (SEVCENKO, 1992, p. 242).

A peça foi recebida pela crítica como a vitória de uma sociedade que reconhece o valor de sua raça, de sua cultura. A Liga da Defesa Nacional subsidiou toda uma temporada a preços

populares. Intelectuais, jornalistas, bem como parte da própria elite político-econômica, começavam a incorporar essa perspectiva que valoriza dos elementos tradicionais e populares enquanto expressões da nacionalidade. Nesse sentido, a peça sintetiza uma fusão cada vez mais comum nas práticas e discursos desses grupos, a combinação singular dos seguintes valores: tradição colonial, cultura popular, sofisticação e distinção social (SEVCENKO, 1992, p. 244). Até certo ponto, abandona-se o pessimismo racial que vigorava até então entre os intelectuais.

A partir daí, principalmente no final dos anos 10 e início dos anos 20, o que vemos é a difusão de um nativismo e de um nacionalismo cultural e político exacerbados. A literatura regionalista, os saraus caipiras, os documentários sobre o interior do país tomam conta das principais capitais. Grupos de artistas partem em expedições para as cidades históricas. Ao mesmo tempo, uma onda de propaganda nacionalista e de ativismo intelectual se propaga. As duas perspectivas se cruzam a partir da crença de que a tradição popular portava um elemento nacionalizador, capaz de promover a comunhão com a personalidade nacional.

\* \* \*

O fim da Primeira Grande Guerra e o início dos anos 20 marcam a entrada da ordem socioeconômica mundial em uma nova fase, um período de transição que envolvia mudanças em todos os âmbitos da experiência moderna. Em primeiro lugar, o capitalismo mundial supera a fase expansiva e concorrencial do imperialismo passando para uma fase de acumulação intensiva, caracterizada pela verticalização da produção e das estruturas organizacionais (configurando as chamadas economias de escala), pela formação dos oligopólios internacionais, além do destacamento dos Estados Unidos como novo protagonista (ARRIGHI, 1997, p. 27). Em segundo, esse novo ciclo de acumulação intensifica o processo de crescimento das cidades que transformam-se em grandes metrópoles, concentrando um número inédito de contingentes humanos, principalmente de operários. Vagas humanas deslocam-se de seus territórios natais para esses novos centros. Nesses grandes centros as inovações tecnológicas criam um ambiente eufórico, a democratização do automóvel e os novos meios de comunicação em massa forjam um cenário centrado na luz e na velocidade.

Como sugere Sevcenko (1992, p. 19), essa erupção de inovações presente nas grandes metrópoles invade o cotidiano de milhões de pessoas, desestabilizando os velhos modelos geracionais, fragmentando modos de ser enraizados, corroendo todo e qualquer resquício de um mundo estável. O movimento que segue esse cenário de instabilidade, segundo Sevcenko, é uma busca incessante por novas referências, por novas origens, por qualquer tipo de substrato que sustentasse a fundação de uma nova ordem.

“Tratava-se antes de criar um novo culto, uma nova fé, centrada nos impulsos puros da comunhão social e da ação. Era na emoção viva das gentes e na expressão física do seu desejo de resgatar a integridade do mundo que se encontravam as matrizes da nova crença, cuja doutrina era o desencanto geral, cujo ritual era a exacerbação das emoções coletivas, cuja esperança era a expectativa alerta da consumação histórica da epifania.” (SEVCENKO, 1992, p. 170).

Esse novo mundo, móvel e veloz, efusivamente iluminado, movido por grandes cidades-máquina e multidões anônimas, desestabilizador, desencantado pela guerra, já não mais comportava os modos cortesãos e artificiais da Era Vitoriana, o racionalismo científico do positivismo, o liberalismo político oitocentista. Não comportava mais a Civilização. Era preciso reinventar o cosmos a partir de uma nova perspectiva, condizente com um cenário volátil, era preciso encontrar estabilidade no movimento.

A guerra provoca uma reação anti-intelectualista e totalizante, cria uma obsessão generalizada por uma nova objetividade embasada no primado do corpo, da vida e da ação. Essa fome por fontes de vitalidade e pureza vai buscar respostas no inconsciente recém-descoberto por Freud, no primitivismo dos povos tribais africanos e pré-colombianos, no frenesi coletivo dos movimentos políticos de massa e seus novos líderes carismáticos (SEVCENKO, 1992, p. 178). O que está em jogo é a fantasia do novo, do moderno.

Os movimentos modernistas surgem na Europa durante a década de 10 como uma tentativa de conciliar a arte com esse mundo que surgia, movediço e desestruturante. Entre 1900 e 1910, Henri Matisse, Georges Braque e Pablo Picasso iniciam as experimentações que culminam na criação do cubismo, uma linguagem agressiva e analítica, que sintetiza elementos de ambiguidade, dúvida, ação e reflexão. Essa nova perspectiva artística influencia uma série de outros artistas e intelectuais, de inúmeras nacionalidades, provocando uma verdadeira revolução cultural. Contudo, o golpe da guerra fora muito profundo para que se

mantivesse uma atitude generalizada de experimentação, relativismo e agressividade, o cataclismo atingiu os próprios artistas e a busca por um novo equilíbrio nas artes vai ser anunciada por dois artistas que estiveram nos campos de batalha: o poeta francês Guillaume Apollinaire e o escritor suíço Blaise Cendrars (SEVCENKO, 1992, p. 185). A mensagem era clara: era preciso encontrar um novo começo para a arte moderna, animado pelo carisma, alegria e profundidade de diferentes elementos estéticos, como a cultura popular e a arte primitiva, reunidos com o propósito de alcançar dimensões superiores, de cunho emotivo, mágico e integrador.

Desse modo, a reviravolta da guerra e a conseqüente busca por uma nova ordem que superasse aquele momento disruptivo chegavam até às artes. Nessa nova fase do modernismo, as composições procuram criar uma síntese instável, agregando uma diversidade de elementos estéticos com o objetivo de surpreender o público e, então, leva-lo a uma região ulterior de mágica e alegria primordial, forjada a partir de sugestões populares, exóticas, nacionais, tecnológicas, etc. Nesse momento, a utilização de elementos retirados das tradições populares e das manifestações culturais das tribos africanas e pré-colombianas não era movida apenas pelo desejo de experimentação e inovação, o interesse pelo “Outro exótico” tornara-se uma questão espiritual: o primitivismo, a vitalidade e a pureza dessas manifestações faziam com que seus elementos funcionassem como instrumentos mágicos, capazes de elevar o espectador a um nível superior de experiência. A crítica à Civilização e a busca pelo novo, pelo moderno, desdobra-se em uma fuga para um “Outro mágico”.

Enfim, a partir da guerra, a arte precisava comportar um aspecto espiritual, constituindo-se como uma espécie de artefato de salvação. Era imprescindível que as novas vanguardas artísticas contribuíssem para o alcance de um novo equilíbrio, construindo novos planos de identidade, de organicidade.

\* \* \*

O cenário da cidade de São Paulo no início da década de 20 não estava muito distante do cenário existente nas grandes metrópoles europeias e norte-americanas. Desde a virada do século, a cidade vivia um surto de crescimento e riqueza por conta da sua posição como centro



articulador da economia cafeeira. A cidade crescia em ritmo vertiginoso, expandindo-se em todas as direções, os edifícios tornavam-se cada vez mais altos, multidões tomavam a cidade, os bairros de operários e imigrantes multiplicavam-se, os automóveis assumiam as ruas, os painéis luminosos davam um novo tom para o centro, as empresas e marcas norte-americanas se instalavam na cidade, etc. A cidade assumia cada vez mais as feições de uma metrópole do século XX.

No cenário cultural, os cinemas, os teatros e os salões de dança se espalhavam pela cidade. As roupas acompanhavam as modas presentes nos filmes de Hollywood. Os jovens mais abastados participavam de corridas de carro e assistiam fascinados aos *roads* de aviões que cruzam os céus da cidade. A prática de esportes tornava-se cada vez mais comum. As publicações dos jornais pregavam a adoção de um estilo de vida “jovem”, esportista, alinhado à última moda, com prazer e disciplina (SEVCENKO, 1992, p. 34).

Até certo ponto, o frenesi de um novo tempo, veloz e dispersivo, se espalhava pela cidade, convivendo com as reminiscências, os velhos ritmos, hábitos e paisagens, da São Paulo oitocentista. Esse aspecto híbrido condicionava, mas não impedia a propagação dos sentimentos e fantasias ligados aos diversos elementos contidos nesse “presente profético”: o automóvel, o avião, a música, a moda, o esporte e as artes. Desse modo, havia um enorme interesse em promover e vivenciar tudo o que havia “de mais moderno” na cidade.

O mundo das artes em São Paulo também estava tomado pela fantasia do moderno. A prosperidade da cidade, além de subsidiar uma sequência contínua de exposições e apresentações locais, atraía o circuito das artes modernas mundiais, tornando frequente a presença de grupos de vanguarda europeus e norte-americanos. Jovens herdeiros das grandes famílias paulistas, como Paulo Prado e Olívia Penteadó, colocavam acervos atuais e significativos à disposição dos artistas de São Paulo, influenciando toda uma geração interessada nas vanguardas modernistas. Naquele momento, as exposições de artistas brasileiros já envolvidos com as novas linguagens estéticas costumavam atrair multidões, como no caso da exposição de Anita Malfatti em 1920.

A chegada do ano de 1922, o ano do centenário da independência do Brasil, multiplicou os esforços para promoção de eventos, exposições, conferências, peças, tudo que contribuísse para a grande celebração do ano da pátria. A febre nacionalista continuava em

crescente no país e certamente foi potencializada pela data: o desejo de exaltar os valores pátrios e glorificar a história nacional dava o tom dos eventos de comemoração. Acompanhando o tom nacionalista, o nativismo também estava presente nas comemorações, sobretudo, nas inúmeras atividades do movimento neocolonial. E como não poderia faltar, tudo o que estivesse ligado ao “moderno”, ao presente profético da cidade, do país, e do mundo, era muito bem vindo à programação

Incorporando toda essa atmosfera que combina vanguardas modernistas internacionais, nativismo e nacionalismo, a Semana de Arte Moderna é organizada em São Paulo por um grupo de intelectuais ligados a Paulo Prado, com o intuito de divulgar as produções mais recentes dos artistas brasileiros no campo das artes modernas, reunindo poetas, escritores, pintores, escultores e músicos. O anúncio de divulgação no Correio Paulistano portava a seguinte mensagem<sup>10</sup>:

“Diversos intelectuais de São Paulo e do Rio, devido à iniciativa do escritor Graça Aranha, resolveram organizar uma semana de arte moderna dando ao nosso público a perfeita demonstração do que há em nosso meio em escultura, pintura, arquitetura, música e literatura sob o ponto de vista rigorosamente atual. (...) Assim, será aberto o Teatro Municipal durante a semana de 11 a 18 de fevereiro próximo, instalando-se aí uma curiosa e importante exposição, para a qual concorrem os nossos melhores artistas modernos” (Correio Paulistano, 29 de janeiro de 1922).

Logo na conferência de abertura, proferida por Graça Aranha, a tônica profética, espiritual, da nova fase das vanguardas modernistas aparece como nota central. O escritor atribui à arte a função de transmitir emoções absolutas e promover, através dessas emoções, a unidade com “o Todo”. Era preciso buscar os valores da pureza, da vitalidade, do sublime. Aranha então dispara contra as vertentes artísticas produzidas até então no país, argumentando que a arte ainda não existia no Brasil, em verdade, estava sendo fundada naquele momento (ARANHA apud SEVCENKO, 1992, p. 269).

Na abertura do segundo dia de evento, Menotti Del Picchia critica veementemente o caráter mimético e posição das vertentes acadêmicas, movidas pela reprodução de estilos e

---

<sup>10</sup> Curiosamente, a mensagem traz o nome dos patrocinadores do evento. Os mesmos nomes da elite paulista que promoveram a peça “O contratador de diamantes” de Arinos, assim como os demais eventos do centenário. O envolvimento de membros da elite política, dentre eles o prefeito de São Paulo, e de famílias tradicionais de São Paulo revela todo o interesse que esse tipo de evento despertava, possivelmente porque combinava valores em alta no cenário público.

perspectivas estrangeiras do século XIX. Utilizando elementos figurativos que combinam os termos do universal, do moderno e do nacional, Del Picchia propõe a formação de uma arte genuinamente brasileira, voltada para a tematização das odisséias brasileiras, célebres ou anônimas, inspirada nos diferentes elementos do cotidiano contemporâneo do país. A mensagem, preñe de imagens ousadas, defende basicamente a constituição de uma arte que retratasse a própria modernidade nacional (DEL PICCHIA apud AMARAL, 1998, p. 278).

O programa da semana era o mais variado possível, trazendo uma série de tendências e estilos. Claramente, um dos principais objetivos da semana era, nos dizeres de Mário de Andrade, promover “uma revolta contra o que era a inteligência nacional”, criticada pelos modernistas por seu “passadismo” e “europeísmo”. Nesse sentido, inspirados no modernismo europeu, os participantes da semana acreditavam que era necessário realizar um esforço de atualização da arte produzida no país, renovando seus princípios e técnicas a partir das novas vanguardas. Ao mesmo tempo, influenciados pelos cenários nacionalista e nativista, bem como pelo próprio exotismo do modernismo europeu, esses intelectuais defendiam a necessidade de nacionalização da arte a partir da estilização de temas e objetos vinculados às tradições históricas, populares e regionais do país, e até mesmo de seus cenários contemporâneos.

Pode-se dizer que a fórmula do modernismo brasileiro, gestada nesse período, combina a busca por uma identificação nacional e pela respectiva projeção plástica dessa identidade, com a tarefa de renovação formal através dos princípios e técnicas desenvolvidos pelas vanguardas europeias (AMARAL, 1998, p. 23). Dessa forma, o espírito simultaneamente crítico e renovador do modernismo europeu serviria como instrumento formal utilizado na destituição de uma arte “postiça”, voltada para o passado e para o estrangeiro, e na conseguinte criação de uma arte atual, moderna, autêntica e nacional.

Segundo Sevcenko (1992, p. 273), justamente pelo fato de que sua obra constituía o modelo mais bem acabado dessa fusão entre os termos do moderno e do nacional, que o músico Heitor Villa-Lobos foi recebido como a principal atração da semana, tendo participação central no evento: todos os dias foram encerrados com a apresentação do “prodígio da nova arte brasileira”. Para o autor (SEVCENKO, 1992, p. 276), Villa-Lobos era a plataforma viva da nova arte, pois conseguira, mais do que ninguém, combinar temas e ritmos populares, formas modernas e acento nacional.

A música de Villa-Lobos era o protótipo da arte que se propunha durante a semana. O novo modelo estava gerado na obra do compositor, atendendo a uma série de buscas e demandas, e por isto mesmo que lhe foi dada tanta a publicidade e prestígio. O jovem maestro correspondia a toda aspiração por uma síntese final entre o tradicional, o popular, o nacional e o moderno. Ele conquistara os valores proclamados pelas vogas nacionalista, nativista e vanguardista que vinham definindo o contexto intelectual durante a última década e, assim, foi euforicamente aclamado, recebendo convites para inúmeras apresentações e até mesmo uma bolsa para estudar em Paris.

Até certo ponto, tudo o que foi dito sobre a obra de Heitor Villa-Lobos aplica-se à Semana de Arte Moderna e aos seus principais participantes, no sentido de que esse grupo de artistas atuou como uma espécie de para-raios da atmosfera cultural existente no país. Apesar da variedade de tendências expostas e do fato de que ainda não havia uma perspectiva bem definida, não deixa de ser verdade que a concepção de arte ali proposta incorporava: o esforço de formação de uma inteligência nacional, pregado pelo nacionalismo intelectual; o interesse quase religioso por temas e objetos das tradições populares e regionais, legítimos portadores de um espírito autêntico e nacional, como proposto pelo nativismo e pelo próprio exotismo modernista europeu; e, finalmente, a tentativa de combinar tudo isto com uma perspectiva moderna, inspirada nas inovações e linguagens desenvolvidas pelas vanguardas europeias e que fosse condizente com o novo ambiente de mudanças que tomava conta do mundo, do país e daquela metrópole.

“Se o modernismo é considerado por muitos como um ponto de referência, é porque este movimento cultural trouxe consigo uma consciência histórica que até então se encontrava de maneira esparsa na sociedade” (ORTIZ, 2006, p.40)

Não devemos pensar em “consciência histórica” como um ato deliberado que procura sintetizar pensamentos até então difusos. O modernismo brasileiro foi influenciado por todas essas tendências culturais, bem como pelo cenário de transformações vivido pela cidade, pelo país e pelo mundo, incorporando um conjunto de valores e perspectivas que estimularam uma trajetória de busca, mais ou menos consciente, na direção de uma síntese entre o popular, o nacional e o moderno.

Um momento crucial dessa trajetória foi quando, dois anos após a Semana, vários artistas do movimento se instalaram em Paris para iniciar uma série de pesquisas sobre as novas vanguardas europeias, experimentando as linguagens modernistas in loco. Além de Villa-Lobos que já estava estudando em Paris e alcançara um tremendo sucesso na capital francesa, Brecheret, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Rego Monteiro, Oswald de Andrade e muitos outros compunham o grupo que lá chegou em 1924.

Villa-Lobos vivenciara uma trajetória meteórica assim que chegara a Paris. O compositor tinha espaço garantido em um dos principais pontos culturais da cidade, aonde outros compositores de renome internacional vinham se apresentando, além de ter sido muito aclamado pela crítica. Como dissemos em outro momento, a capital francesa vivia uma onda de exotismo, uma verdadeira paixão pelo “Outro mágico”. Assim, a música de Villa-Lobos foi recebida pelos compositores modernistas e pela crítica como uma verdadeira manifestação dos trópicos, uma composição que trazia em suas linhas a “animação bárbara e selvagem”, tomada principalmente da vida nas selvas, dos ritmos, cantos e danças indígenas (SEVCENKO, 1992, p. 278).

Boa parte dos demais artistas brasileiros instalados em Paris sofre um impacto imediato por conta de todo esse interesse e valorização das manifestações populares e autóctones brasileiras. Como demonstra Sevcenko, a trajetória de Tarsila do Amaral é bem evidente nesse sentido, dada a verdadeira transformação da sua obra que passa, então, a sintetizar o purismo parisiense e a temática da “descoberta do Brasil” (SEVCENKO, 1992, p. 284).

O período, caracterizado pela experimentação das vanguardas modernas in loco e pela intensificação do interesse nativista nos artistas modernistas, ainda foi marcado pela viagem de “redescoberta do Brasil”, na qual um grupo de artistas brasileiros, como Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral, acompanharam o escritor suíço Blaise Cendrars em uma viagem ao Rio de Janeiro e às cidades históricas de Minas Gerais.

Do ponto de vista de Mário, Oswald e Tarsila, a viagem foi uma verdadeira revelação das raízes históricas, étnicas e culturais que eles tanto buscavam para então combinar à nova linguagem artística. A partir dessa experiência, os poetas e a pintora intensificam a tentativa de fundir as linguagens modernas com a temática nacional, recuperando as imagens daquela viagem de descoberta do Brasil (AMARAL, 1998, p. 34). É justamente nesse momento que

Oswald de Andrade vai publicar o Manifesto Pau-Brasil, anunciando a luta entre a “arte de importação” e a “arte de exportação”, reivindicando a propagação de uma arte preta e brasileira. E Mário de Andrade vai desenvolver poesias nas quais procura compor símbolos e representações nacionais.

A partir de então, os principais representantes do movimento vão se envolver cada vez mais com a missão de realizar a “independência” da arte brasileira, de modo que a opção pelo nacional vai se tornando cada vez mais preponderante. Como sugere Sevcenko (1992, p. 299), o Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade é bem evidenciador desse momento de radicalização do movimento. O manifesto é um grito de ordem em favor do “reabrasileiramento” do Brasil a partir de uma origem pura e autêntica, destituindo as heranças lusitanas artificiais:

“Contra Anchieta cantando as onze mil virgens do céu, na terra de Iracema, - o patriarca João Ramalho fundador de São Paulo.

A nossa independência ainda não foi proclamada. Frase típica de D. João VI: - Meu filho, põe essa coroa na tua cabeça, antes que algum aventureiro o faça! Expulsamos a dinastia. É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte.

Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud - a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama” (ANDRADE, 1976).

Já Mário de Andrade defendia que o nacionalismo estético era necessário apenas em um primeiro momento de constituição da arte nacional. Pautado nessa perspectiva, o autor procura obter em seus textos uma síntese coerente do Brasil, revelando uma preocupação de cunho popular e nacional.

O elogio do “verdadeiro Brasil” torna-se cada vez mais central, propagando o processo de valorização do popular como nacional, de modo que esta seria a tônica durante toda a década de 30. Apesar de em algum momento criticar e se afastar da perspectiva dos modernistas paulistas, Gilberto Freyre vai ser responsável pela criação da forma mais acabada dessa perspectiva, enterrando o pessimismo racial de 1870 e alçando o mestiço como o cerne vigoroso dessa nova identidade nacional (VIANNA, 2002, p. 78).

De certa maneira, o movimento modernista conquista espaço importante no âmbito das artes plásticas e da literatura brasileira ao longo da década de 20, entrando na década de 30

com um posicionamento de destaque no âmbito da produção cultural brasileira. O caráter bem-sucedido do movimento estava diretamente vinculado ao modo como ele conseguiu catalisar as perspectivas do cenário cultural brasileiro, propondo uma linguagem que captava valores em alta naquele contexto: modernidade, atualidade, nacionalismo, autenticidade, tradição nacional, cultura popular, etc.

Em 1942, Mário de Andrade profere uma conferência sobre o movimento, argumentando que os três princípios básicos do projeto modernista eram: “o direito permanente à pesquisa estética, a atualização da inteligência brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional” (ANDRADE, 1972). Imbuídos por esse projeto, o grupo então se destaca pela sua familiarização com as vanguardas artísticas mais atuais da época e pela propagação de uma nova linguagem artística no país. Simultaneamente, se lançam na tentativa de explorar e conhecer o Brasil, se legitimando, pouco a pouco, como portadores de um valioso saber sobre os costumes populares e tradições regionais do país. Finalmente, procuram realizar a síntese máxima desses esforços, constituindo uma arte, ao mesmo tempo, moderna e nacional. Uma linguagem que se diz atual, autêntica e brasileira e que, ao se inspirar na fase mística do modernismo e ser influenciada pelo nacionalismo e pelo nativismo em voga no país, procura se constituir como uma nova expressão cultural capaz de captar e reproduzir o próprio espírito da nacionalidade.

Em suma, os modernistas direcionam a sua trajetória no sentido da auto constituição enquanto inteligência nacional e, ao conseguir captar valores e anseios em alta, acabam se destacando naquele momento e nas décadas seguintes.

Para os nossos propósitos de pesquisa, o mais importante é perceber que a perspectiva preconizada pelo movimento modernista tomava a nação como um pressuposto e, simultaneamente, concebia a arte como um meio de expressar e entrar em contato com a mesma. Contudo, essa perspectiva não se desdobrava em uma postura romântica ou primitivista, afinal, havia pleno interesse em harmonizar esse elemento nacional com o espírito moderno. A tentativa de criação de uma expressão autêntica, que partisse desse subterrâneo nacional, estava o tempo todo sintonizada com a tentativa de adequá-la ao novo e ao atual.

Nos discursos e práticas desses intelectuais, é evidente a crença compartilhada que toma as múltiplas variedades do popular e do tradicional como manifestações de uma mesma

entidade nacional. Como afirma Daniel Pécault (1990, p. 47), essa geração de intelectuais acreditava na existência de um vínculo social não-político que unia diferentes indivíduos e segmentos sociais, compondo uma nação brasileira ainda latente. De certo modo, esse “espírito nacional” estaria presente na heterogeneidade das manifestações populares, não apresentando, até aquele momento, uma expressão consciente e unívoca.

A crítica ao academicismo e ao “europeísmo”, vigentes até então, pautava-se em uma recusa de tudo o que fosse postiço, artificial. A conseguinte busca por pureza e autenticidade acaba fundindo-se com o imaginário nacionalista, tomando o popular, o mestiço, o tradicional, ressignificados a partir dos anos 10, como uma espécie de “substância nacional” produzida por uma entidade não manifesta. De certa forma, o que estava sendo formado ao longo de todo esse período era uma espécie de estatuto simbólico que definia o que representava e o que não representava esse “espírito nacional”. Em suma, o que era ou não propriamente brasileiro. Assim, diversos elementos ligados aos costumes e tradições populares receberão o status de componentes de uma identidade nacional latente.

A partir do momento em que se propõe a explorar e desvendar os “alicerces da nacionalidade brasileira”, para então produzir uma arte capaz de expressar essa nacionalidade, o movimento modernista se posiciona como uma espécie de “intérprete” e “porta-voz” da nação. Nesse sentido, como sugere Daniel Pécault, esse grupo definia sua posição artístico-intelectual a partir da posse de um saber legítimo sobre o social: eles detinham o conhecimento e o meio necessários para captar e interpretar os sinais de uma nação inscrita na realidade, mas ainda desprovida de expressão cultural organizada (PÉCAULT, 1990, p. 38). Ora, na sua visão, não seria a arte nacional por eles concebida, o próprio modelo dessa expressão cultural organizada?

Em última medida, esses intelectuais se viam envolvidos na tarefa de recolher os fragmentos da cultura popular para, então, fazer dela a base de uma cultura nacional (PÉCAULT, 1990, p...). Todo o seu esforço estava direcionado para a fusão de toda uma amalgama de manifestações culturais em torno de uma única expressão cultural, a nacional. Desse modo, a tarefa de unificação moral da pátria atribuída à classe culta por Afonso Arinos, estava em plena execução.



Como analisado, ainda por Daniel Pécault, o grupo modernista faz parte de uma geração de intelectuais que se atribuía a missão de formar uma consciência nacional. Na sua perspectiva, era preciso formar uma literatura, uma arquitetura, enfim, uma arte brasileira que contribuísse para o advento de uma identidade cultural nacional (PÉCAULT, 1990, p. 38). Esse grupo de intelectuais pretendia fomentar as condições necessárias para o surgimento desse “espírito nacional” oculto enquanto vontade coletiva, em suma, enquanto entidade cultural e politicamente organizada. Justamente por estarem munidos das ferramentas teóricas e estéticas necessárias para o desvendamento das expressões culturais, dos pensamentos e sentimentos dos povos brasileiros, esses artistas e intelectuais creditavam a si mesmos uma espécie de vocação nacional (PÉCAULT, 1990, p. 52).

“Em torno do imperativo nacional, organizou-se assim um universo de debates políticos que, manifestando divisões mas também consenso em torno de um mesmo objetivo, conferia aos membros da elite intelectual a possibilidade de um reconhecimento mútuo baseado nessa mesma vocação” (PÉCAULT, 1990, p. 41).

Ao mesmo tempo em que o grupo modernista incorporava essa missão nacional, identificando-se como detentor de um saber sobre o popular e o tradicional que o autorizaria a construir a cultura nacional, ele também reivindicava uma postura cosmopolita, sobretudo, no sentido de um alinhamento com relação aos tempos modernos.

O primeiro aspecto dessa reivindicação cosmopolita está contido no reconhecimento das novas linguagens artísticas europeias como paradigma da arte moderna. Até certo ponto, na visão dos modernistas a adoção daquele paradigma era inevitável, pois ele constituía o meio através do qual a arte nacional estava sendo criada. Afinal, o modernismo europeu na sua fase “espiritual” se propunha como porta de entrada para uma dimensão superior, a emoção, e o que os modernistas brasileiros estavam criando era justamente uma porta de entrada para o “espírito nacional”.

Por outro lado, havia um enorme interesse em tematizar e incorporar elementos do mundo moderno, bem como do cenário contemporâneo da cidade de São Paulo e do país como um todo. É nesse sentido que Menotti Del Picchia fala da necessidade de representar o *cowboy* nacional de Rio Preto, o sonho de Ícaro realizado por Edu Chaves, a cidade tentacular de 600 mil almas. O olhar para o nacional não implicava um olhar romântico para o passado e para a

tradição, mas o cruzamento de diversas temporalidades a partir de uma perspectiva atual, ou mais especificamente, moderna.

Por último, essa reivindicação cosmopolita também se desdobrava na adoção de uma postura crítica, “destrutiva” e, simultaneamente, renovadora. O movimento surgiu como uma forma de interrogar e desestabilizar perspectivas vigentes, destituindo estilos e posturas rotulados como “anacrônicos” para, então, construir um projeto de renovação cultural que fosse, acima de tudo, moderno.

A nosso ver, a linha de articulação entre a utopia artística modernista e a ideologia do regime Vargas está contida justamente no modo bem sucedido como o projeto modernista articulou o apelo pelo moderno e o imperativo da nacionalização. Em certa medida, a concepção cultural modernista estava sintonizada com dois aspectos muito caros ao desenvolvimento da proposta política do regime: primeiro, a necessidade de adaptar-se e, em seguida, estimular o cenário de inovação socioeconômica; segundo, a tarefa de configurar uma consciência nacional que fosse a base de ação de um Estado cada vez mais intervencionista (ou seja, havia a necessidade de ser eficaz na regulação das condutas).

Não se trata da cooptação política de um modelo cultural “pronto”, porque este combina modernidade e nacionalismo. Obviamente, o valor público e simbólico dos intelectuais modernistas e de sua obra “genuinamente” nacional contava muito para aquela elite política. Mas muito mais decisivo do que isso, era o fato de que os dois grupos compartilhavam um pequeno, mas relevante, conjunto de perspectivas, princípios, valores e aspirações. Provavelmente, um dos principais pontos de contato estava na missão de constituição da nação que os dois grupos assumiram. Por outro lado, a auto identificação como construtores de um novo equilíbrio, de uma nova harmonia que fosse a encarnação de uma modernidade nacional, certamente influenciou nesse cruzamento.

“Essa complexidade não é surpreendente, pois decorre da inexistência de uma justaposição entre um campo intelectual regido por suas próprias modalidades institucionais de legitimação, e um campo político igualmente submetido a outras modalidades de legitimação. De imediato, se produziu, não uma interferência, mas uma mescla. Todas as estratégias individuais se colocam sobre os dois registros” (PÉCAULT, 1990, p. 89).

### *2.2.2 O período Vargas, o modernismo e o novo Brasil*

A revolução de outubro de 1930, que marca o início da chamada “Era Vargas” no Brasil, esteve ligada a um conjunto de fatores de ordem política, econômica e social. Apesar de ter sido capitaneada por líderes de oligarquias estaduais injuriados com a eleição do candidato paulista Júlio Prestes, a revolta obteve apoio de diversos segmentos sociais que estavam insatisfeitos com os governos da Primeira República por uma série de aspectos políticos e extra políticos.

Segmentos que faziam parte da própria elite político-econômica da Primeira República protagonizaram ou apoiaram a revolução. Além dos líderes oligárquicos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba que comandaram o movimento por conta da derrota nas eleições e do assassinato de João Pessoa, parte considerável dos cafeicultores apoiava a revolta por estar ressentida com a recusa do governo Washington Luís em proteger o setor dos efeitos devastadores da crise de 1929 (SKIDMORE, 2010, p. 44). O cenário de deterioração da economia contribuiu muito para a propagação do sentimento de insatisfação que sustentava a revolta.

Os jovens oficiais que protagonizaram uma série de revoltas durante toda a década de 20, as chamadas revoltas tenentistas, também participaram ativamente na revolução. O grupo tenentista há muito criticava a ineficácia da política feita na Primeira República e pregava uma espécie de “regeneração nacional” através da criação de um governo centralizador, forte e nacionalista capaz de empreender um processo de renovação política e econômica.

As chamadas classes médias urbanas haviam crescido muito em número e em força com a expansão das principais capitais e seus respectivos setores de comércio e serviço ao longo de toda a Primeira República. Parte desse grupo reivindicava a revisão do sistema eleitoral e político a partir de ideais liberais (eleições livres, governo constitucional, liberdades civis), pois queria participar do jogo político, mas se sentia prejudicada com as fraudes e compras de votos promovidas pelos membros das oligarquias estaduais (SKIDMORE, 2010, p. 45).. Seu principal expoente, o Partido Democrático de São Paulo também esteve envolvido na revolução.

Finalmente, diversos grupos de intelectuais vinham criticando os governos da Primeira República, principalmente no que dizia respeito à sua inadequação política e cultural com relação à realidade nacional. Motivados pela perspectiva nacionalista, condenavam a adoção de modelos políticos e culturais estrangeiros, pregando uma estrutura política voltada para o próprio Brasil. Parte desses grupos via a falta de interesse e consciência política da população como um agravador, defendendo a necessidade de formação e estímulo de uma consciência nacional (OLIVEIRA, 1980, p.42).

Os primeiros anos do regime Vargas foram caracterizados pela tentativa de conciliação dos interesses e demandas desses diversos grupos. Durante todo o governo provisório, esses grupos procuraram influenciar Vargas para que adotasse uma ou outra proposta política, enquanto o presidente tentava sinalizar em favor de todos eles (SKIDMORE, 2010, p. 47). Em um primeiro momento, realizou-se um esforço para expurgar a corrupção e criar uma nova lei eleitoral, além de implementar as medidas necessárias para proteger o setor cafeeiro e, ao mesmo tempo, solucionar a situação precária da economia.

Contudo, a intromissão de Vargas na política de certos estados através dos interventores e a demora em convocar uma assembleia constituinte evidenciava um posicionamento favorável à proposta autoritária dos tenentistas, o que levou ao rompimento por parte de alguns oligarcas e do grupo constitucionalista-liberal com o governo e, na sequência, à Revolução Constitucionalista. Mesmo com a derrota dos revolucionários, Vargas garantiu a criação da nova constituinte e a realização das eleições. Contudo, a ala autoritária liderada pelos tenentistas conseguiu fazer com que as eleições fossem indiretas, o que garantiu a vitória de Getúlio.

Ao longo de toda a década de 30, o novo regime apresenta uma tendência crescente no sentido da proposta autoritária dos tenentistas. É bem verdade que Getúlio mantinha uma relação restrita com esse grupo, mas o seu governo caminhava cada vez mais no sentido da centralização e fortalecimento do poder federal. Pouco a pouco, o executivo federal vai absorvendo o sistema decisório, expandindo a sua máquina burocrática em todos os setores e níveis, construindo suas próprias mediações políticas e sociais, além de utilizar diversas estratégias para desestruturar as bases políticas regionais. Como apontado por Diniz (1996, p. 114), a expansão burocrática contribuía para a diversificação das instâncias de negociação e

absorção de demandas. Desse modo, o processo de expansão desdobrava-se na formação de uma estrutura de comando capaz de atender aos interesses dos diversos grupos que apoiavam o regime.

Esse tipo de atuação também foi comum na relação com as classes de trabalhadores. O crescimento urbano e industrial das últimas décadas culminou na formação de grandes contingentes de trabalhadores que começavam a se organizar, tornando indispensável a criação de um canal de negociação e, principalmente, regulação. Uma das primeiras medidas tomadas por Vargas foi a criação do Ministério do Trabalho e de uma nova legislação trabalhista. Pouco a pouco, o presidente criou as bases de uma estrutura que combinava o controle dos sindicatos por parte do Ministério e o arrefecimento do ânimo dos trabalhadores através de pequenas concessões, como aumentos no salário mínimo.

Ao longo do seu desenvolvimento político, o regime Vargas vai tornando cada vez mais evidente o seu intenso esforço no sentido de constituir um comando concentrado e ao mesmo tempo expansivo, capaz de funcionar como mediador político, econômico e social privilegiado.

A radicalização do cenário político com o fortalecimento dos movimentos de massa de esquerda (Aliança Nacional Libertadora) e de direita (Ação Integralista) criou uma série de oportunidades para que Vargas fortalecesse o poder central através de contínuos estados de sítio (SKIDMORE, 2010, p. 54). O cenário de tensão acaba culminando no golpe de 1937 e no início da ditadura estado-novista. A nova Constituição dava plenos poderes ao chefe do executivo, pautando-se num modelo que combina fascismo e corporativismo. Vargas procura justificar o golpe pregando a necessidade de reorganização do organismo político para orientar os processos de mudança socioeconômica através de um Estado forte. Segundo Skidmore (2010, p. 64), o novo governo configurou-se como uma ditadura pessoal de Vargas, contando com o apoio da cúpula militar e dos cafeicultores, o controle das bases sindicais e a supressão dos partidos e movimentos sociais.

Olhando bem, a perspectiva de longo prazo sugere que o golpe era apenas a confirmação e o Estado Novo a conseguinte intensificação de um modelo centralizador e autoritário que já vinha sendo ensaiado. A ingerência do executivo federal nas mais diversas áreas é um indício muito forte nesse sentido. O desenvolvimento da ação estatal, sobretudo do

executivo federal, revela um profundo interesse em instaurar solidariedades políticas e sociais verticais, expandindo a capacidade de regulação do Estado sobre diversos setores e segmentos.

Analisaremos o desdobramento ideológico desse esforço de integração vertical, bem como sua relação com o âmbito cultural. Contudo, nesse momento, não podemos deixar de levar em conta a importância que o cenário socioeconômico teve no desenvolvimento do novo regime político e, conseqüentemente, nas suas perspectivas ideológica e cultural.

Assim que Vargas assume o comando do governo provisório em 1930, um dos primeiros problemas que teve de solucionar foi o cenário de deterioração do comércio externo brasileiro. A crise de 1929 provocou uma forte retração dos recursos financeiros disponíveis na economia internacional e, como o governo federal vinha adotando uma política financeira ortodoxa, o setor cafeeiro e o governo paulista não foram capazes de impedir uma vertiginosa queda do preço de café com a chegada de mais uma super safra entre 1928 e 1930. A forte queda nas divisas produzidas pelo setor exportador, combinada com um período de retração dos fluxos internacionais, resultou em uma drástica escassez de reservas de ouro e divisas. As conseqüências negativas eram inúmeras: enquanto as exportações declinaram 17% entre 1928 e 1932, as importações declinaram 60% no mesmo período, afetando o lado da oferta na economia; o processo de desvalorização do câmbio afetou enormemente as contas do país, principalmente porque os três níveis de governo possuíam diversos compromissos financeiros em moeda estrangeira; apesar do impacto sobre o produto nacional não ter sido tão grande, a renda real do país sofreu uma queda acentuada (ABREU, 1996, p. 17).

A própria capacidade de funcionamento da economia, bem como do próprio Estado, estava comprometida. Desse modo, o novo governo adotou, de modo experimental e rudimentar, algumas medidas para solucionar a crise. As medidas que conseguiram superar a escassez de divisa e reordenar a economia foram: uma política de controle cambial que mantinha apenas as importações necessárias para a retomada do crescimento, reduzindo o agregado das importações e, conseqüentemente, o tamanho do déficit na balança de pagamentos; a retomada da política de proteção ao setor cafeeiro, além de estímulos e subsídios para as exportações, gerando divisas para equacionar a balança; uma política tarifária que encarecia produtos importados e direcionava o consumo para os congêneres nacionais (ABREU, 1996, p. 24).

Essas três medidas combinadas, além de solucionar a crise externa, contribuíram para a intensificação do processo de substituição de importações, pois mantinham a economia aquecida, reduziam o coeficiente de importação do país e, conseqüentemente, direcionavam o investimento e o consumo para a produção manufatureira e industrial nacional. Ao longo da década de 30, o país vive um intenso processo de industrialização extensiva, com forte crescimento da produção nacional de bens não duráveis e a conseqüente redução da pauta de itens de importação.

A percepção de que essas medidas tornavam o país menos dependente dos ciclos econômicos internacionais, reduzindo a vulnerabilidade de satisfação das demandas internas, leva o regime Vargas a empreender, pouco a pouco, uma política articulada de estímulo e fomento à produção nacional, preocupando-se também com a expansão e integração do mercado interno do país (SINGER, 1996, p. 218). Nos anos 40, estimulado pelo crescimento econômico ocasionado pela Segunda Guerra, o executivo federal realiza uma série de investimentos no setor de indústrias de base e transformação, com destaque para criação da siderúrgica de Volta Redonda com apoio do governo americano, além da abertura de empresas mistas nas áreas de processamento e equipamento. Nesse momento, a política de industrialização passa a ser vista como uma questão de defesa militar e soberania nacional, desdobrando-se em um discurso e uma forte propaganda nacionalista por parte do regime Vargas (SKIDMORE, 2010, p. 78).

Desse modo, a partir de meados da década de 30, a capacidade de controle eficaz do curso da economia vai se tornando uma necessidade política do regime que, então, passa a empreender uma política econômica cada vez mais intervencionista. Era muito importante evitar os desgastes provocados por flutuações e, conseqüentemente, era preciso direcionar o processo em prol da autonomia econômica do país. Esse vai ser um dos motivos que levam o regime a transferir para dentro do Estado um conjunto de segmentos engajados no projeto de industrialização e modernização do país, como empresários e intelectuais<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Os segmentos militares, base importante de sustentação do regime Vargas, já constituíam um grupo imbuído da mentalidade de modernização do país que estava inserido no regime ou, pelo menos, era capaz de influenciá-lo nessa direção. Esses segmentos se identificavam com um projeto de inovação econômica e industrialização desde 1870, principalmente por conta do aspecto da defesa nacional. A Primeira e, sobretudo, a Segunda Guerra intensificaram bastante essa preocupação, trazendo com ela o interesse de que o Estado promovesse tal projeto com urgência.

Em suma, é nesse sentido que Vargas vai levantar em 1937 a bandeira da necessidade de se criar um Estado forte capaz de orientar as transformações socioeconômicas. Ou seja, esse cenário contribui para uma crescente auto proclamação do Estado como guia e construtor de um novo Brasil, um Brasil industrializado e independente economicamente<sup>12</sup>.

A partir das devidas considerações sobre a evolução política e econômica do regime Vargas, o que notamos é que, ao longo dos anos, o novo regime vai tomando a forma de um Estado autoritário e centralizador, apoiado em dispositivos burocráticos e administrativos que se espalham por todos os âmbitos, com o objetivo de viabilizar um comando concentrado e, ao mesmo tempo, bem disseminado. Como aponta Skidmore (2010, p. 67), por mais que não fosse obra dos tenentistas, o Estado Novo era a própria materialização do modelo proposto por eles: um organismo centralizado e forte que se auto legitima através da missão de organização da nação, procurando constituir-se como construtor privilegiado de mediações sociais e políticas verticais.

Lúcia Lippi demonstra como esse processo foi desenvolvido sob a égide da ideologia do interesse geral. Segundo a autora, esse discurso ideológico procurava legitimar a ação do Estado identificando-o como promotor dos interesses de um todo orgânico e indivisível, a nação (OLIVEIRA, 1980, p.42). No discurso de posse de 1937, Vargas justifica a iniciativa do golpe como medida necessária para manter a nação integrada, evitando que a tendência anárquica dos interesses privados tomasse conta do Estado em um momento crucial (VARGAS, 1937). O Estado não representa os diversos interesses que circulam na arena política, mas a própria entidade nacional. Boa parte das ações do Estado são legitimadas pelo imperativo de integrar a nação, de promover a unidade e o equilíbrio entre as classes.

Por outro lado, a necessidade e o respectivo esforço de controle eficaz dos processos de transformação socioeconômica, levam o regime a assumir cada vez mais a bandeira da renovação econômica do país em favor de sua independência. Principalmente na virada das décadas de 30 e 40, o Estado Novo procura se identificar como promotor do processo de crescimento econômico através da industrialização e, principalmente, como responsável pelo

---

<sup>12</sup>Até certo ponto, essa auto identificação do regime Vargas como guia de um novo Brasil já vinha sendo construída na medida em que o novo governo procurava representar um esforço de renovação política no país. Contudo, a nosso ver, esse cenário de inovação econômica foi fundamental para expansão dessa identificação com o novo, com um Brasil industrial e autossuficiente.



desenvolvimento de uma economia doméstica cada vez menos vulnerável, trunfo da emancipação econômica do país.

Dois desdobramentos desses processos foram decisivos para a articulação entre modernismo e regime Vargas que nos propomos a analisar nesse capítulo.

Em primeiro lugar, o esforço de centralização e expansão dos dispositivos de regulação, animado por uma ideologia do interesse geral, trouxe consigo uma preocupação contínua por parte do regime no sentido da formação de uma consciência nacional (sobretudo, na sua forma patriótica e cívica). Não é possível determinar até que ponto essa preocupação fazia parte, por um lado, de uma perspectiva que tomava o povo-nação como matéria amorfa desprovida de consciência política ou, por outro lado, de uma necessidade de legitimar e tornar eficaz a penetração do novo regime. É possível que as duas coisas. De qualquer modo, o que interessa para a nossa análise é o fato de que o regime Vargas desenvolveu uma política educacional e cultural contínua com o objetivo de criar essa consciência nacional.

Os órgãos envolvidos nessa tarefa apoiaram-se intensamente nos novos meios de comunicação em massa, principalmente no rádio, com o intuito de conformar formas de afetividade e memória nacional que configurassem parte dessa consciência. Sinceramente, não é possível determinar até que ponto essa política se deu de maneira deliberada e consciente, mas o fato é que alcançou um alcance extraordinário, sobretudo, com o espaço aberto criado para novas sínteses a partir do desenraizamento simbólico parcial sofrido por inúmeros contingentes deslocados para as grandes metrópoles.

Obviamente, esse esforço tinha como contrapartida a constituição de um mosaico de estilos e tendências artístico-culturais que, a partir de então, tornar-se-iam representantes diletos da “cultura nacional”. Como não poderia deixar de ser, o reconhecimento como detentores de um saber autorizado vai garantir que diversas facções intelectuais trabalhem na construção desse edifício cultural comum<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Quando falamos da construção de um edifício cultural comum com contribuição dos intelectuais, não queremos dizer que o processo de nacionalização de manifestações artístico-culturais foi controlado e concebido de maneira totalmente racional e deliberada pelo Estado e pelos intelectuais. O cenário é muito mais complexo, pois envolvia: primeiro, a formação de um estatuto de pureza e autenticidade ligado à crença dos intelectuais e provavelmente dos próprios gestores de que as manifestações populares e tradicionais eram portadoras de um espírito nacional, de modo que é muito difícil afirmar que a escolha de uma ou outra manifestação na composição de um “mosaico nacional” se deu de modo calculado; segundo, o modo como determinadas

Esse certamente foi o principal ponto de comunicação existente entre as atividades do grupo modernista e o regime Vargas. Mas não podemos deixar de considerar o segundo desdobramento que tomamos como fundamental para a nossa análise. A nosso ver, a progressiva identificação do regime Vargas como guia dos processos de transformação socioeconômica e promotor do novo Brasil repercutiu em três aspectos.

Primeiro, o Estado assume uma perspectiva de aliança e mesmo absorção dos grupos envolvidos com a missão de modernização do país nos mais diversos âmbitos, dentre eles intelectuais e artistas. De certo modo, o regime Vargas reatualiza a relação entre Estado e ciência, nesse momento reengendrada em prol da industrialização e soberania do país:

“...uma vez que o Estado brasileiro se legitimava por uma dupla aptidão – a de se adaptar às leis que presidem a evolução do real, e a de promover uma racionalidade que orientasse o desenvolvimento econômico e gerasse as relações sociais -, ele conferia à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos ‘intelectuais’ o de protagonistas privilegiados da vida política. Estado e intelectuais estavam mutuamente comprometidos” (PÉCAULT, 1990, p. 73).

Segundo, o Estado se preocupa em promover e trazer para perto de si todo tipo de símbolo ligado ao progresso, à inovação, à modernização nacional (incluindo aí, obras e realizações artístico-culturais). Esse tipo de interesse foi muito importante para o destacamento da arquitetura modernista como vanguarda “oficial”, pois o governo federal e, sobretudo, o governo de Minas Gerais tomaram todas as medidas necessárias para difundir a imagem e o valor dessa vertente arquitetônica.

Terceiro, o esforço de constituição de uma consciência nacional estava ligado ao discurso varguista do “novo homem brasileiro”, uma tentativa de construir uma nova imagem do tipo nacional, sobretudo, a partir de uma ideologia do trabalho. Como sugere Renato Ortiz, havia um profundo interesse do regime em erigir o trabalho como valor fundamental da nova sociedade, de modo que era fundamental suprimir a imagem da “indolência e da preguiça” lançada sobre o brasileiro há muito, para construir uma figura mais compatível com a reorganização econômica e social do país (ORTIZ, 2006, p. 43). Esse esforço de formação de

---

manifestações ganham destaque nesse processo é muito difícil de ser mensurado, pois envolve uma série de trajetórias e cruzamentos históricos que escapam à vontade do Estado e dos intelectuais (o caso do samba é muito singular, pois a valorização do ritmo musical envolve uma complexa relação entre intelectuais e músicos populares que vinha desde a década de 20).

uma nova imagem do tipo nacional e de uma correspondente mentalidade também contou com a colaboração dos intelectuais, nesse caso, principalmente das facções católicas.

\* \* \*

Para realizar a tarefa de constituição de uma consciência nacional, o regime Vargas se propõe a empreender um grande projeto educativo-cultural que visa à formação de mentalidades compromissadas cognitivamente e afetivamente com os valores de uma nação em construção. Assim, o Estado cria uma série de aparatos culturais e, principalmente, educacionais destinados a produzir e difundir esses valores. O primeiro ministro da educação do regime e um dos principais ideólogos do Estado Novo, Francisco Campos, concebia esse projeto como uma missão pedagógica na qual deveriam ser inculcados símbolos, mitos e rituais em toda a população, com atenção especial para os jovens, garantindo eficácia na tarefa de condução das massas (PEREIRA, 1997, p. 65).

Segundo Simon Schwartzman, esse projeto educativo-cultural estava integralmente sintonizado com a missão de integração nacional assumida pelo regime. Ao se auto proclamar como realizador do ideário da nacionalidade, o Estado assumia como objetivo a conformação da nação como uma entidade moral coesa. Nesse sentido, esse projeto educativo-cultural configurava, antes de qualquer coisa, um enorme esforço no sentido da “homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia” (SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA 2000, p. 182).

Ora, esse esforço de homogeneização passa diretamente pelo processo de nacionalização de determinados ritmos, costumes e tradições. Como dissemos, esse processo de nacionalização não é totalmente deliberado e controlado<sup>14</sup>, mas o fato é que o regime Vargas empreendeu todo um trabalho de composição de uma “cultura nacional”, que nada

---

<sup>14</sup> Analisando o processo de nacionalização do samba carioca, Hermano Vianna mostra em detalhes sua extrema complexidade. Trata-se de uma série de cruzamentos históricos e biográficos que vão, pouco a pouco, destacando uma determinada manifestação até que o Estado, informado por uma série de motivos e interesses, oficializa através de suas ações essa manifestação como nacional (VIANNA, 2002, p. 120). Nem sempre a presença do Estado se faz necessária para tal, mas ela é sempre um importante catalisador. Também há de considerar a ampliação de uma esfera da cultura voltada para audiências cada vez maiores. O desenvolvimento desse mercado de bens simbólicos ampliado também é decisivo para a nacionalização de manifestações culturais.

mais era do que um mosaico de distintos estilos e tendências que agora se destacavam sob o rótulo do “nacional”.

“Não foi escolhido um dos antigos modelos regionais para simbolizar a nação, mas desses modelos foram retirados vários elementos (um traje de baiana aqui, uma batida de samba ali) para compor um todo homogeneizador” (VIANNA, 2002, p. 61).

A tarefa de formação do sentido de nacionalidade passa pela constituição de uma unidade cultural nacional e, desse modo, envolve o recurso a uma série de manifestações culturais visando à finalidade nacional. Parafraseando Daniel Pécault, era preciso dar forma à matéria e, nesse contexto, os intelectuais não só detinham o segredo das formas, como da própria matéria. Ora, os intelectuais além de serem reconhecidos como grupo habilitado a conceber um projeto de linguagem capaz de sintetizar múltiplos elementos, também vinham se destacando como grupo capaz de interpretar e acessar o “espírito nacional”, principalmente, no que diz respeito aos subterrâneos do popular e do tradicional.

Como analisamos no tópico anterior, desde a década de 10, os intelectuais brasileiros assumiram uma espécie de vocação nacional. Esse aspecto aparece em Afonso Arinos e nos modernistas combinado com um verdadeiro mergulho nas tradições e costumes populares e regionais do nosso país, uma tentativa de entrar em contato e explorar o substrato nacional. Na década de 30, o novo regime acaba por reconhecer sua função enquanto exploradores dos alicerces da nacionalidade, envolvendo-os na construção de uma identidade cultural nacional.

“O Estado, apresentando-se como responsável pela identidade cultural brasileira, desejava realizar a unidade orgânica da nação e recorreu aos intelectuais para alcançá-la.” (PÉCAULT, 1990, p. 59)

Interessado em promover esse esforço de unificação cultural, coordenando os intelectuais em favor do seu projeto educativo-cultural, o regime Vargas expande sua máquina burocrático-administrativa no âmbito da produção artístico-cultural, criando associações profissionais, apoiando e patrocinando diversos grupos, etc. O Ministério da Educação e Saúde exerceu uma importante função enquanto órgão estratégico de intervenção e absorção dos interesses e demandas relativos ao campo artístico-cultural.

“... o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um negócio oficial, implicando um orçamento próprio, a criação de uma intelligentsia e a intervenção em todos os setores da produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico” (MICELI, 1979. p. 131).

Da parte dos intelectuais, as modalidades de participação no regime foram as mais diversas. Alguns assumiram a função de ideólogos do regime, principalmente as facções autoritárias e católicas, concebendo parte do próprio projeto educacional-cultural. Outros ocuparam funções no Estado, sem assumir uma relação simbiótica com a visão do regime, mas contribuindo de diversas maneiras, como no caso de Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministério da Educação. Finalmente, outros se aventuram na pesquisa das manifestações populares e tradicionais, fazendo sugestões ou pedidos quando oportuno, como foi o caso de Mário de Andrade no Instituto do Livro.

Nesse sentido, forma-se toda uma rede de interdependência entre grupos intelectuais, instituições e órgãos burocráticos, direcionada para o projeto de constituição de uma identidade cultural e uma respectiva consciência nacional. Levantando novamente o argumento de Daniel Pécault, essa articulação de esforços pela constituição de uma unidade cultural decorre da mescla entre os âmbitos da produção cultural e da prática estatal, de modo que as estratégias perpetradas pelos diversos atores são motivadas por registros relativos aos dois âmbitos. Como já foi dito, há um ponto de intersecção criado por perspectivas e olhares compartilhados que, nesse caso, estão reunidos em torno de uma mesma vocação nacional. Cultura e política são termos inseparáveis no quadro do nacionalismo (PÉCAULT, 1990, p. 89).

A atuação dos centros articuladores dessa rede de interdependência, o Ministério da Educação e Saúde e o Departamento de Propaganda e Imprensa, é bem heurística para entendermos a proposta cultural do regime Vargas e a maneira como as estratégias intelectuais e políticas estão entrecruzadas nessa figuração.

Evidentemente, toda a ação do MES e do DIP esteve voltada para a constituição da consciência nacional. O principal esforço nessa direção foi empreendido através da formação de um conteúdo escolar nacionalizado e a imposição de um padrão único para todo o sistema escolar do país (SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA 2000, p. 157). A atuação educacional dos órgãos responsáveis esteve toda direcionada para a tentativa “de fazer do

catolicismo e do culto dos símbolos da pátria” o fundamento mítico-afetivo do novo regime, com forte contribuição dos intelectuais católicos (SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA 2000, p. 97).

Além da área educacional, também foi empreendido um esforço contínuo em favor do desenvolvimento de vertentes artísticas, musicais e literárias nacionais, com amplo apoio para intelectuais e artistas que, de algum modo, haviam conquistado o selo do nacional. Através da reunião dessas vertentes sob o estatuto do nacional, o Estado Novo procurou de modo mais ou menos deliberado conformar uma síntese nacional de elementos culturais. Como dissemos, a revalorização do popular como portador do nacional fez com que a heterogeneidade de manifestações e tradições reconhecidas como populares concorressem como matéria-prima crucial para essa síntese, ao tempo que os intelectuais e artistas modernistas cumpriram, direta ou indiretamente, importante papel na triagem desse “material”.

Schwartzman demonstra como havia um cuidado extremo por parte do ministério e do órgão de propaganda no sentido de garantir a penetração contínua da influência cultural do Estado sobre a população, principalmente através dos novos meios de comunicação em massa. O uso da radiofonia era visto como um meio estratégico para promoção da integração nacional, de modo que Vargas chega a defender em mensagem ao congresso a necessidade de que fossem instalados rádio receptores com alto-falantes em todas as cidades do país, “facilitando a todos os brasileiros (...) toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação” (VARGAS apud VIANNA, 2002, p. 110).

Como demonstrado por Hermano Vianna, a Rádio Nacional adotava uma programação de música popular, tornando-se a emissora mais influente do regime Vargas. O autor também aponta para a presença da música popular no próprio programa A hora do Brasil, que até hoje tem transmissão obrigatória e divulga as notícias do Estado (VIANNA, 2002, p. 110). A radiofonia foi um instrumento muito eficaz na promoção e difusão dos ritmos musicais eleitos para compor a síntese da cultura nacional, contribuindo de forma decisiva para a criação de uma memória afetiva musical de cunho nacional. Outro indício muito interessante revelado por Vianna diz respeito à política contínua de apoio oficial e extra oficial ao samba e ao carnaval. As escolas de samba eram convidadas a representar a cultura nacional em todo e qualquer encontro internacional.

Provavelmente, o ponto de contato mais importante entre intelectuais e Estado novo foi a gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1945). O ministro manteve um intenso convívio, amizade e colaboração com intelectuais de diferentes facções, buscando superar as divergências ideológicas e evitando definições categóricas. Segundo Pereira (1997, p. 67), o ministro tinha considerável liberdade de ação e proposição porque estava ligado à poderosa base política de sustentação do regime em Minas Gerais, além do fato que a pasta não era objeto de constante atenção por parte de Vargas.

Seu chefe de gabinete era um velho colega do grupo intelectual do qual fizeram parte em Belo Horizonte, o poeta modernista Carlos Drummond de Andrade. Descrevendo a atuação do ministro, Drummond afirmaria que:

“Capanema foi no MEC uma usina de ideias que se tornaram realidade. Varreu a rotina e implantou novas formas de educar e civilizar o homem brasileiro. Foi o ministro que deu maior atenção às renovações artísticas...” (ANDRADE apud SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000, p. 44).

Apesar do relato exagerado de um velho colega, o fato é que as vanguardas modernistas tiveram amplo acesso ao espaço do ministério. Destrinchando a pesquisa de Simon Schwartzman sobre a gestão do ministro (SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000), notamos que pelo menos três grandes expoentes do modernismo mantiveram uma relação estreita e profícua com o ministro: Mário de Andrade elaborou o projeto que culminaria na criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de ter ocupado cargo de chefe de seção dentro do Instituto Nacional do Livro; Lúcio Costa já havia sido nomeado interventor na Escola Nacional de Belas Artes em 1930 por Francisco Campos, foi convidado por Capanema para conceber e executar o projeto do novo prédio do ministério, conhecido como “Palácio da Cultura”, além de participado do projeto da Cidade Universitária e ocupado cargo de Diretor de Estudos e Tombamentos no SPHAN; finalmente, o seu chefe de gabinete, Carlos Drummond.

Segundo Durand (1991, p.6), o Ministério converteu-se em um “território neutro” onde se entrincheiraram os modernistas, gozando de uma liberdade de movimento e expressão sem paralelo em outras instâncias. É provável que essa relação tenha sido facilitada pela presença de Carlos Drummond, além da formação de Capanema entre a intelectualidade mineira.

Contudo, não podemos deixar de levar em consideração o fato de que havia um profundo interesse dos intelectuais modernistas em contribuir, de uma forma ou de outra, com o projeto de nacionalização da cultura e difusão de uma nova identidade cultural.

Os esforços de Villa-Lobos e Mário de Andrade no sentido de influenciar o ministério na criação de projetos de estudo e ensino da música nacional também são bem reveladores. Villa-Lobos propõe ao ministro um projeto de ensino de música e canto orfeônico, defendendo o interesse nacional e pátrio do projeto que visava “zelar a execução correta dos hinos oficiais, intensificar o gosto e a apreciação da música elevada e encaminhar as tendências folcloristas da música popular nacional” (VILLA-LOBOS apud SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000, p. 110). Mário de Andrade também propôs ao ministro um projeto que, nas palavras do próprio Mário, “redige as bases para uma entidade federal destinada a estudar o folclore musical brasileiro, propagar a música como elemento de cultura cívica e desenvolver a música erudita nacional” (ANDRADE apud SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000, p. 108).

A confluência dos esforços para criação e desenvolvimento do SPHAN é muito significativa. Inúmeros intelectuais modernistas participaram das atividades organizadas pelo diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, colaborando de diversas maneiras para o desenvolvimento de um propósito que era excepcionalmente modernista: pesquisar e preservar bens móveis, imóveis - inclusive, paisagens - que apresentem valor histórico, etnográfico ou artístico de acordo com o interesse nacional (BRASIL, 1937).

Ora, essas propostas evidenciam um significativo interesse no projeto de nacionalização das artes e da cultura, levando em consideração, inclusive, o aspecto cívico e pedagógico desse projeto que envolve a formação de uma consciência nacional. Os intelectuais modernistas eram reconhecidos pelo Estado Novo como protagonistas de uma inteligência nacional, sendo chamados a colaborar com o regime por conta do seu profundo envolvimento, desde a década de 20, com a formulação mais ou menos consciente de um estatuto de brasilidade.



Analisando a presença do modernismo no Ministério Capanema, Simon Schwartzman afirma que:

“Era sem dúvida no envolvimento dos modernistas com o folclore, as artes, e particularmente com a poesia e as artes plásticas, que residia o ponto de contato entre eles e o ministério. Para o ministro, importavam os valores estéticos e a proximidade com a cultura; para os intelectuais, o Ministério da Educação abria a possibilidade de um espaço para o desenvolvimento de seu trabalho, a partir do qual supunham que poderia ser contrabandeado, por assim dizer, o conteúdo revolucionário mais amplo que acreditavam que suas obras poderiam trazer.” (SCHWARTZMAN, BOMENY, & COSTA, 2000, p.80).

A nosso ver, além do mútuo interesse no desenvolvimento de linguagens artístico-culturais nacionais, havia um ponto de confluência mesmo no aspecto crítico e inovador da proposta modernista. Obviamente, se pensarmos a partir das perspectivas políticas e mesmo partidárias, as divergências eram profundas. Entretanto, não podemos negligenciar o fato de que tanto os utópicos modernistas, quanto os autoritários do regime mantinham uma linha de identificação e auto imagem vinculada à criação e propagação do novo, à atualização do país, nos mais diversos âmbitos, a partir do cenário contemporâneo.

Como dissemos em outro momento, a perspectiva modernista não era uma volta ao passado, nem mesmo um olhar romântico para os elementos portadores da nacionalidade. Não se tratava exclusivamente da tentativa de representar o espírito nacional através de uma arte preñe de elementos populares e tradicionais. A utopia modernista pautava-se no cruzamento do tempo “estático” do tradicional e do popular, vinculado a um lento processo de sedimentação nacional, com o tempo “veloz” e “dinâmico” do cenário contemporâneo e das novas vanguardas culturais. Ela também visava à nacionalização da linguagem modernista, ao mesmo tempo em que previa o desenvolvimento da arte brasileira como arte universal.

Em suma, havia um enorme interesse em sincronizar esses diferentes tempos, instâncias e realidades.

Ao contrário do modernismo europeu, os modernismos latino-americanos e brasileiro não partiam da crítica ao excesso de civilização e à guerra tecnológica, desdobrando-se em uma fuga para o exótico. Não havia a possibilidade de descansar no Outro, porque o Outro, de algum modo, éramos nós mesmos. O seu ponto de partida era, na verdade, uma crítica à civilização importada e ornamental que havia sido implantada no país, principalmente na belle

época brasileira. O esforço de nacionalização, a busca por uma identidade autêntica estava diretamente vinculada ao desejo de destituir esse espírito e modo de conduta importado, postiço.

“... o projeto estético, que é a crítica da velha linguagem pela confrontação com uma nova linguagem, já contém em si seu projeto ideológico. O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época...” (LAFETÁ, 2000, p. 20)

A crítica à civilização ornamental não se desdobrava em uma volta às origens, ao passado. Em última medida, o que estava em pauta era a implantação do que seria uma “civilização” autenticamente brasileira, capaz de conciliar o local e o universal.

“Avanço mesmo que, enquanto o brasileiro não se abrigar, é um selvagem. Os tupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e S. Paulo. Por uma simples razão: não há Civilização. Há civilizações. Cada uma se orienta conforme as necessidades e ideais duma raça, dum meio e dum tempo (...). Nós, imitando ou repetindo a civilização francesa, ou a alemã, somos uns primitivos, porque estamos ainda na fase do mimetismo (...). Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação. E então seremos universais, porque nacionais” (ANDRADE, 1982, p. 12).

Levando em consideração que a palavra civilização já não portava mais o significado oitocentista e tendia a ser substituída pelo termo modernidade, o que estava em jogo era a busca por uma modernidade nacional. Vislumbra-se a possibilidade de que a realização de um extenso processo de renovação cultural seria capaz de instaurar um novo equilíbrio, uma nova ordem.

“O apelo do novo tendia a incorporar a febre nacionalista do pós-guerra, fundindo a mística do novo, da originalidade e da pureza, com o anseio de uma nova ordem social e a redescoberta de uma magia oculta das raízes” (SEVCENKO, 1992, p. 219).

Por mais que a perspectiva estado-novista fosse consideravelmente conservadora, não há como negar que havia um projeto de modernização do país em curso. Até certo ponto, argumenta-se que a modernização das estruturas econômicas e sociais teria se dado de forma espontânea. Mas é certo que a partir do Estado Novo, o novo regime político vai empreender um esforço enorme no sentido de controlar e guiar esse processo de modernização, vinculando-o ao programa de integração nacional e emancipação econômica do país. Como

dissemos, foi justamente por conta dessa preocupação que vários grupos imbuídos de uma perspectiva modernizadora foram inseridos nos espaços estatais ou chamados a colaborar com os mesmos. O mesmo ocorreu com grupos que pudessem contribuir com a formação de uma mentalidade nacional alinhada a esse processo ou mesmo que servissem como símbolos de modernidade. Os três casos se aplicam aos intelectuais modernistas que participaram direta ou indiretamente do regime Vargas.

Desse modo, as perspectivas política e cultural se interpenetram a partir de um mesmo objetivo: o projeto nacional de integração cultural e modernização socioeconômica do país. Facções políticas e intelectuais estão sintonizadas na mesma faixa, compartilhando de visões e valores comuns, de modo que são capazes de se reconhecer enquanto responsáveis por diferentes funções em um mesmo projeto nacional. Só que ao contrário do projeto de 1870, essa nova proposta parte de uma perspectiva cultural da nacionalidade e do problema da integração, assumindo uma postura mais “otimista” e buscando “construir e administrar sua própria temporalidade sobre uma base endógena” (PÉCAULT, 1990, p. 93).

Em suma, não se trata mais de ser uma civilização como as civilizações europeias. Mas de ser um novo Brasil, moderno e autenticamente nacional.

Desse modo, percebemos que ao longo das décadas de 30 e 40 se configura uma articulação muito específica entre as vertentes modernistas e o Estado brasileiro. Articulação baseada no ímpeto nacionalizante e modernizador que aparece na forma de um “projeto nacional”. “Projeto nacional” na medida em que configura uma aglutinação de relações simbólicas (com valores, crenças, ideais, sentimentos, etc.) constituída, sobretudo, pelo esforço intelectual de uma geração de pensadores preocupados com a identidade nacional e a renovação cultural do país, combinado com o esforço político de um novo regime. Um projeto que elege e consolida o moderno, a inovação cultural e socioeconômica, o discurso técnico-científico, aliados ao popular, o nacional, os traços originais da cultura brasileira, como os principais critérios simbólico-normativos que modelarão todo um horizonte cognitivo e moral. Um arranjo histórico-social que constituí, na medida mesma em que anuncia, as ideias de Brasil, brasilidade, povo, nação, modernidade que povoarão o imaginário, as crenças e os afetos das décadas subsequentes.

Tendo percorrido e analisado os diversos modos como a utopia modernista e o projeto político do Estado Novo se amalgamaram, nesse momento já é possível analisar em maiores detalhes a trajetória que alça a arquitetura modernista como vanguarda oficial, ocupando uma posição de destaque na intersecção entre cultura e política e, principalmente, o papel de protagonista na relação entre arquitetura-urbanismo e Estado.

### **2.3 Modernismo arquitetônico-urbanístico como linguagem oficial da modernidade nacional**

Ao longo da década de 30, a vertente arquitetônico-urbanística inspirada na proposta de Le Corbusier, protagonizada pelo grupo de Lúcio Costa e vinculada ao movimento modernista brasileiro, vai se constituir como uma das principais conexões entre a utopia modernista e o Estado Novo.

Dos anos 30 para os anos 40, essa vertente conquista um enorme destaque, assumindo a posição de protagonista nos projetos e concursos de urbanismo e arquitetura promovidos pelo Estado. Nesse sentido, figura como uma espécie de vanguarda oficial: torna-se a linguagem padrão dos projetos de construção de edifícios e intervenção urbana ensejados pelo Estado<sup>15</sup>. Como já foi dito, atuando como “vanguarda oficial”, essa vertente passa a produzir com certa exclusividade os modelos de organização urbana, de construção e de formalização estética que estão associados a uma nova ordem social, uma ordem que é objeto de anseios e esforços por parte de facções políticas e intelectuais, uma ordem que conjuga o moderno e o nacional.

Ora, essa relação contínua e bem sucedida com o Estado é fundamental para o desenvolvimento da perspectiva arquitetônica modernista no Brasil e na América Latina como

---

<sup>15</sup> Falamos em linguagem padrão não porque essa vertente detinha exclusividade nos projetos do Estado, mas porque se destaca como protagonista da maioria deles, bem como dos respectivos concursos oficiais. Talvez com a única exceção da presença da perspectiva da cidade-jardim de Howard Ebenézer no projeto de Goiânia (1937), a grande maioria dos grandes projetos arquitetônicos efetivados entre 1930 e 1950 apresentava a influência marcante da proposta de Le Corbusier, principalmente por conta da atuação bem sucedida dos grupos de Lúcio Costa e Affonso Reidy no Rio de Janeiro e de Luiz Nunes em Recife. Pouco a pouco, o grupo vinculado a Lúcio Costa vai se destacando pela criação de uma nova linguagem que conquista grande reconhecimento dentro e fora do país, liderando a vertente modernista inspirada em Le Corbusier na sua trajetória como vanguarda oficial.

um todo. É preciso ter em conta que a arquitetura é, antes de tudo, uma arte de encomenda, de modo que a efetivação e triunfo de um determinado estilo muitas vezes estão vinculados ao apoio sistemático de um mecenas. No caso dos países latino-americanos, o Estado se destacou ao longo de todo o século XX como a instituição mais bem posicionada, por conta dos recursos e do suporte legal, para atuar como mecenas e contribuir com a efetivação de novas propostas arquitetônicas.

No caso do Brasil, essa relação com o Estado foi determinante. Apesar da importância do mecenato privado para a arquitetura de vanguarda ao longo das duas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento dessas vertentes esteve diretamente atrelado ao amparo concedido pelo Estado nas décadas subsequentes. Como aponta Durand (1991), o Estado brasileiro foi responsável pelas principais encomendas e projetos arquitetônicos ao longo do século passado, além de formular e gerenciar as políticas de preservação do patrimônio, as diretrizes educacionais das universidades, e também ser a instituição responsável pelas políticas e projetos de urbanismo no país. Para o autor, a imposição da arquitetura de vanguarda forjada na primeira metade do século XX dependeu de uma negociação bem-sucedida com a administração estatal. Nesse sentido, a relação entre arquitetura de vanguarda e Estado brasileiro demonstra a importância do mecenato estatal, e o mais importante, revela o modo como essa nova arquitetura, de alguma forma, estava sintonizada com as prerrogativas e necessidades das elites políticas, servindo muitas vezes como símbolo de uma nova ordem ou como uma espécie de modelo que promoveria e difundiria processos de inovação cultural e socioeconômica.

Como sugere David Underwood (1994, p. 16), ao longo do século XX no Brasil, instaura-se uma “moderna tradição” de colaboração política, artística e cultural na qual determinados grupos procuram mudar a história através de projetos arquitetônicos desenvolvidos sob circunstâncias adversas. O autor argumenta que existe um padrão recorrente no qual as elites políticas tentam resolver os dilemas do desenvolvimento do país através de projetos arquitetônicos e urbanísticos que envolvem aspectos de doutrinação político, cooptação popular ou criação cultural. Na opinião de Underwood, o que vemos é a constituição de um sistema de mecenato estatal por uma elite política que demanda uma arquitetura de novas formas, de expressão inédita. Segundo o autor, esses projetos

arquitetônicos serviriam para demonstrar para as massas os feitos políticos dessa elite e o seu compromisso com o interesse público. Por outro lado, também demonstrariam para todo o mundo que o Brasil detinha uma identidade cultural única e que se tratava de um país em pleno progresso.

Certamente esse caráter propagandístico e afirmativo estava presente nos interesses do Estado ao promover as novas vertentes arquitetônicas, mas, a nosso ver, a convergência do interesse estatal especificamente para a perspectiva modernista tinha raízes mais profundas. Acreditamos que é no esforço dessa nova linguagem arquitetônica em conjugar os aspectos do nacional e do moderno, fundindo-os ao elemento da monumentalidade, que reside o ponto de confluência com a prerrogativa estatal. Nesse caso, a relação entre modernismo e Estado, destrinchada no último tópico, atua como matriz da intersecção entre arquitetura e política. É por aquela mesma mescla de visões e valores que o modernismo arquitetônico-urbanístico irá se relacionar sistematicamente com o Estado, configurando-se como vanguarda oficial.

Adrián Gorelik, ao analisar o desenvolvimento das vanguardas arquitetônicas modernistas no Brasil, na Argentina e no México, sinaliza exatamente nesse sentido. Segundo o autor, a primeira geração de arquitetos modernistas desses países tinha uma verdadeira obsessão pela criação de um estilo que representasse uma nova ordem social, a ordem que emergiria da recém-instaurada era moderna. Ao mesmo tempo, essa obsessão estava associada à missão nacional que essas vanguardas assumiam, de modo que era necessário produzir uma essência nacional que servisse como base dessa nova ordem (GORELIK, 2005, p. 25). Influenciados por um olhar que toma o popular e o local como elementos vinculados à pureza e à autenticidade, esses arquitetos se propõem a criar uma nova linguagem arquitetônica capaz de conjugar o popular, o local, o novo e o universal e, assim, representar a nova ordem social e o seu espírito nacional.

O autor então conclui que essa nova perspectiva arquitetônica acaba estabelecendo uma importante linha de identificação com o papel que o Estado vinha se atribuindo, qual seja: o de construtor de uma nova sociedade que seria ao mesmo tempo moderna e nacional (GORELIK, 2005, p. 26). Esse Estado intervencionista, demiurgo de uma nova ordem, passa então a oferecer instrumentos e meios para por a “nova arquitetura” em prática e em grande escala, adotando-a energicamente.

“A diferença entre nossas arquiteturas de vanguarda e as das vanguardas históricas europeias é de conteúdo, mas não de estrutura de funcionamento: aqui, a épica não foi provida pela ideia de revolução social, mas sim pela ideia de construção nacional. E a arquitetura modernista tornou-se vanguarda porque se adequou estruturalmente aos objetivos político-ideológicos do Estado – porque os compartilhou -, e exatamente porque foi vanguarda pôde também ser propriamente nacional” (GORELIK, 2005, p. 53).

Nesse período, a relação entre arquitetura e Estado no Brasil e na América Latina foi marcada pelo apoio contínuo e indispensável do mecenato estatal e pela respectiva identificação entre perspectivas políticas e perspectivas culturais. A nova linguagem, no seu esforço de conciliação e síntese, transforma-se em símbolo de uma nova ordem simultaneamente nacional e técnico-industrial, em afirmação de uma nova cultura nacional e, finalmente, em modelo capaz de promover e difundir valores e princípios vinculados à nova ordem e à nova cultura.

Tendo em conta essa perspectiva geral na qual Estado e arquitetura se reúnem, tanto no Brasil, como na América Latina, com o objetivo de promover a síntese da modernidade nacional, faz-se necessário trilhar o percurso histórico através do qual o modernismo de inspiração “corbusiana” acabou se destacando como vanguarda oficial no Brasil. Trilhar esse percurso é um método que nos possibilita vislumbrar e analisar as trajetórias e perspectivas que, tendo se cruzado, levaram a tendência liderada pelo grupo de Lúcio Costa ao centro do arranjo que combina Estado, arquitetura-urbanismo e cidade, culminando alguns anos mais tarde na materialização da utopia arquitetônico modernista como linguagem espacial da própria capital do país.

\* \* \*

Na transição do século XIX para o século XX, o crescimento das classes médias urbanas e das classes operárias em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo contribuiu para o rápido desenvolvimento da construção civil. Foi nessa mesma época que o trabalho dos arquitetos começa a despontar como um novo nicho do mercado profissional, culminando no fortalecimento do curso de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes. Segundo Durand (1991), as exigências de escolarização e as promessas dessa nova profissão acabaram por atrair e selecionar estudantes oriundos em grande parte das classes mais abastadas. Em 1921 é

criado o Instituto Central dos Arquitetos que, mais tarde em 1933, conseguiria regulamentar a profissão de arquiteto legalmente, reservando parte desse mercado em ascensão.

Durante as duas primeiras décadas do século, as primeiras experiências arquitetônicas mais inovadoras vão passar pela introdução do *Art-Nouveau* e pelo desenvolvimento do estilo “neocolonial” no país. Contudo, como demonstrava a orientação do próprio curso de arquitetura da ENBA e o desenvolvimento das soluções arquitetônicas no Rio e em São Paulo, o momento era profundamente marcado por uma variedade de estilos e tendências, o chamado “ecletismo”. Reis Filho nos diz que:

“No conjunto, a arquitetura do início do século traria poucas transformações de importância... A exposição de 1908, no Rio de Janeiro, verdadeiro marco de suas possibilidades, reuniria um conjunto variado de formas e estilos, que poderia ser considerado como glorificação do ecletismo e das ambições dos anos precedentes.” (REIS FILHO, 1983, p. 61).

As principais mudanças que precederam a renovação do campo da arquitetura no Brasil foram encampadas pelo movimento neocolonial. Trata-se de um movimento arquitetônico que procurava resgatar os elementos da arquitetura da época colonial, principalmente o estilo barroco, e implementá-los nos projetos arquitetônicos contemporâneos. O movimento neocolonial tinha uma forte tendência nacionalista, buscava a constituição de uma arte genuinamente nacional e esteve presente na própria Semana de Arte Moderna por meio dos projetos do arquiteto Georg Przyrembel. A proposta do grupo era acabar com o artificialismo dos estilos importados, superar a falta de identidade do ecletismo e defender o estilo colonial, que segundo o movimento seria o verdadeiro estilo nacional. Além disso, o grupo já apresentava uma importante tentativa de aliar elementos tradicionais e técnicas modernas dentro de uma mesma perspectiva. O próprio Lúcio Costa foi um dos membros destacados do movimento.

Segundo Durand (1991), até os anos 20, a escolha da forma de um prédio não se apresentava com uma questão cultural, como móvel de luta propriamente simbólica. Foi justamente o movimento neocolonial o responsável por introduzir as primeiras contestações ao ecletismo, à utilização de estilos importados, procurando forjar uma nova arquitetura que combinava elementos da tradição colonial com as modernas técnicas de construção. Para o autor, os desdobramentos do movimento levaram à constituição da arquitetura como campo



cultural no Brasil, isto é, espaço de competição estética, de disputa simbólica, relativamente independente dos móveis econômicos e técnicos da construção civil e da engenharia.

Ao longo da década de 20, surgem os arquitetos pioneiros do movimento arquitetônico modernista. Os primeiros arquitetos que introduziram os ideais e as formas da arquitetura moderna que vinha sendo desenvolvida na Europa aqui no Brasil foram Gregori Warchavchik e Rino Levi. Os dois publicam seus respectivos manifestos sobre a nova arquitetura em 1925, com marcante influência das propostas recém-produzidas por Le Corbusier<sup>16</sup>, além das perspectivas futuristas desenvolvidas na Itália (os dois estudaram em Roma).

No manifesto intitulado “Futurismo”, Warchavchik basicamente reproduz um dos pontos propostos por Le Corbusier, defendendo a necessidade de que a arquitetura se atualizasse a partir das novas técnicas industriais e da nova sociedade que então surgia. O autor retoma a ideia da “máquina de morar”, reivindicando a formação de um estilo arquitetônico, com respectivas concepções de habitação, compatível com o novo modo de produção industrial (ANELLI, 1999, p. 7). Warchavchik realizou algumas construções em São Paulo através do mecenato privado, desenvolvendo um estilo tipicamente ortogonal, inspirado nos elementos estéticos da grande indústria (DURAND, 1991). Sua obra mais conhecida é a “Casa Modernista”, uma composição formada basicamente a partir de volumes prismáticos brancos. Concebida em 1927 e construída em 1928, a obra é considerada a primeira construção modernista realizada no Brasil e teve grande repercussão na época. Na casa, Warchavchik já apresenta uma preocupação com o uso de temas e elementos nacionais na decoração, buscando combinar elementos coloniais e mesmo tropicais à sua perspectiva modernista. A biografia de Lúcio Costa atribui à obra, a inspiração que teria levado Costa a uma virada modernista. Os dois arquitetos montaram um escritório juntos entre 1931 e 1932.

---

<sup>16</sup> Entre 1921 e 1923, Le Corbusier publica uma série de artigos na sua revista *L'Esprit Nouveau*, propondo a constituição de uma nova arquitetura. Esses artigos foram reunidos e publicados em 1925 no livro “Por Uma Arquitetura”. A proposta do arquiteto reúne uma série de considerações sobre o que seria a verdadeira arquitetura e, a partir daí, apresenta os princípios da arquitetura moderna, ainda por se constituir. As principais premissas do livro giram em torno dos seguintes pontos: a arquitetura é sempre uma conciliação entre técnica e estética, de modo que quando não há intenção plástica na construção, não há arquitetura; a arquitetura que vinha até então sendo produzida não correspondia às novas formas de vida social, criadas pela Revolução Industrial, de modo que era preciso constituir a nova arquitetura, uma proposta voltada para as necessidades desse novo tempo; o autor ainda defende a necessidade de que a planificação urbana também seja adaptada ao novo tempo, propondo um urbanismo funcional e artístico (LE CORBUSIER, 1973, p. 10). As propostas do arquiteto francês tiveram um impacto enorme na maioria dos arquitetos brasileiros que se destacaram entre as décadas de 30 e 50.

No texto intitulado “Arquitetura e Estética das Cidades”, o arquiteto Rino Levi incorpora as propostas de Le Corbusier, afirmando que a arquitetura estava se transformando através das novas técnicas e, sobretudo, do novo espírito. Agregando a perspectiva dos futuristas italianos com quem vinha convivendo, Levi defende que essa renovação deve ser direcionada para a formação de uma estética das cidades com uma alma nacional. Para o autor do manifesto, o arquiteto devia ser um “arquiteto integral”, comprometido com a modernização das cidades e com a formação de um estilo brasileiro (ANELLI, 1999, p. 9). Rino Levi se destaca na década de 30 principalmente através das encomendas de clientes privados, quando constrói edifícios, cinemas e teatros em São Paulo a partir de uma perspectiva racionalista e ortogonal.

Outras atuações importantes nesse momento foram as de Flávio de Carvalho, arquiteto de posicionamento polêmico e inovador que se inspirava na proposta antropofágica de Oswald de Andrade. Além de Jayme Telles, um dos primeiros divulgadores da doutrina de Le Corbusier no Brasil e responsável por vários projetos inspirados na proposta do arquiteto francês e concebidos ainda na década de 20, mas que não foram realizados.

Em 1929, Le Corbusier faria a sua primeira visita à América do Sul. A convite de Paulo Prado, o arquiteto e urbanista francês veio ao Brasil, aonde proferiu algumas palestras que causaram um grande impacto sobre muito estudantes e arquitetos, sobretudo, na ENBA. A partir da década de 30, a nova arquitetura funcionalista de Le Corbusier constitui-se, através da atuação de arquitetos brasileiros como Lúcio Costa, Affonso Reidy, Luiz Nunes e Oscar Niemeyer, como principal referência da vanguarda europeia no campo da arquitetura brasileira. A presença dos cinco pontos da nova arquitetura<sup>17</sup> em grande parte dos projetos realizados por esses arquitetos mostra como foi marcante a influência do francês no movimento modernista.

Como dissemos em outro momento, os movimentos neocolonial e modernista são responsáveis pela destituição do chamado “ecletismo” na arquitetura brasileira. Entre as décadas de 10 e 20, o movimento neocolonial ganha grande destaque como um estilo autenticamente nacional, concebendo e efetivando vários projetos de edifícios públicos e

---

<sup>17</sup> Em 1926, Le Corbusier publica na revista L’Esprit Nouveau os cinco pontos básicos da nova arquitetura, proposta que vinha sendo desenvolvida desde 1923. São eles: planta livre; fachada livre; pilotis; terraço jardim; janelas em fita.

privados e ocupando cada vez mais o espaço dos arquitetos “eccléticos” e dos próprios engenheiros. Já no começo da década de 30, a intensa atuação dos arquitetos modernistas vai, pouco a pouco, lançando a perspectiva modernista – principalmente aquela inspirada em Le Corbusier – como estilo protagonista no campo da arquitetura brasileira. Assim, conquistam cada vez mais a posição de portadores legítimos das novas linguagens estéticas e técnico-funcionais na área da construção.

Esses novos arquitetos também foram profundamente influenciados por Le Corbusier no que tange a sua concepção de urbanismo. Como dissemos, em sua obra “Por Uma Arquitetura”, o arquiteto francês propõe a formação de uma planificação urbana à altura de um novo tempo, defendendo uma perspectiva urbanística que conciliasse funcionalismo e arte. A concepção de urbanismo do arquiteto foi difundida principalmente por meio dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM -, realizados entre 1928 e 1956.

A “Carta de Atenas”, declaração publicada a partir do CIAM de 1933 e um dos documentos mais influentes no campo do urbanismo, defendia um conjunto de princípios para o urbanismo moderno, dentre eles: a formação de uma nova arquitetura, condizente com o mundo moderno e voltada para as necessidades do novo homem; a necessidade urgente de superar o cenário de caos das grandes cidades, formulando propostas urbanísticas racionais que melhorassem as condições de vida, trabalho e cultura a partir da reorganização do território urbano (essa reorganização deveria criar estruturas e setores programadas a partir de quatro funções-chave: habitação, trabalho, lazer e circulação); e, finalmente, para se tornar efetiva, a missão de fazer com que essa perspectiva fosse admitida pelo Estado e respectivos órgãos responsáveis pelo destino das cidades (LE CORBUSIER, 1993). A concepção de urbanismo proposta na Carta foi extremamente influente no mundo e no Brasil, repercutindo em vários projetos desenvolvidos pelos arquitetos brasileiros.

Outro arquiteto-urbanista que foi decisivo no desenvolvimento do urbanismo no Brasil foi o francês Alfred Agache, um dos fundadores da Sociedade Francesa de Urbanistas em 1911. O urbanista veio ao Rio de Janeiro para realizar uma série de conferências sobre urbanismo em 1927, sendo contratado, em seguida, para formular um novo plano urbanístico para a cidade. Apesar de não ter sido efetivado, trata-se de um plano pioneiro, marcado por uma profunda preocupação com a questão do zoneamento e respectiva densidade demográfica,

além da circulação na cidade. É bem possível que a sua publicação em 1930 tenha tido algum desdobramento sobre os profissionais brasileiros. No texto, Agache defendia que o urbanismo deveria combinar ciência, arte e filosofia social, levando em consideração simultaneamente: o estudo racional dos fatos ligados ao desenvolvimento das cidades, a beleza da composição e o bem-estar dos habitantes (espaços verdes, saneamento, lógica comunitária) (AGACHE, 1930).

No Brasil, o curso de urbanismo é inaugurado pelo Mackenzie College em São Paulo no ano de 1923, seguido pela Escola Politécnica em 1926. No Rio, o novo curso será inaugurado apenas em 1935 na Universidade do Distrito Federal (OUTTES, 2002, p.8). Apesar da inauguração tardia, os arquitetos da Escola Nacional de Belas Artes já vinham enveredando por essa nova área de atuação.

Trata-se de um campo profissional em formação, em destaque na Europa, Estados Unidos e em outros países latino-americanos nos anos 10, difundindo-se no país ao longo dos anos 20 através dos trabalhos de Alfred Agache e Le Corbusier. Esse novo tipo de “profissional”, o arquiteto-urbanista, aspira ao comando da planificação urbana em um momento crucial da área, pois como demonstra Outtes (2002, p. 7), os procedimentos de planejamento e regulação do espaço de cidades cada vez maiores estavam se complexificando, alcançando um novo nível técnico. Novas instituições estavam sendo criadas para monitorar e garantir a regulação eficaz do espaço urbano e esse novo tipo de profissional procurava conquistar seu espaço na coordenação desse novo cenário. Como dissemos, ao longo das décadas de 20 e 30, ele vai, pouco a pouco, substituindo o engenheiro dentro dessas instituições, reivindicando a posição de detentor do saber especializado sobre o espaço urbano.

Os arquitetos modernistas, propondo novas perspectivas na área da construção civil e da planificação urbana, imbuídos da missão de constituir uma nova linguagem arquitetônico-urbanística, entram em uma intensa disputa por posições nos mais diversos âmbitos, desde os espaços de ensino até os órgãos públicos. Como veremos, o modo como suas proposições inovadoras despertaram o interesse por parte do novo regime político foi decisivo para o seu destacamento e triunfo dentro e fora do campo arquitetônico.

\* \* \*

Durante a década de 20, Lúcio Costa já havia se destacado como um dos mais proeminentes membros do movimento neocolonial. Contudo, o contato com a arquitetura civil colonial em Diamantina, constada ao vivo, lançou uma nova mirada sobre o que até então vinha fazendo como membro daquele movimento. Pouco a pouco, um profundo desconforto foi tomando corpo e impelindo-o no sentido das tendências modernas (PEREGRINO, 2002, p. 8). O contato com a obra de Gregori Warchavchik teria sido a gota d'água que levou o arquiteto a tomar uma mudança total de rumo, culminando no rompimento com o movimento neocolonial.

Por conta de um artigo publicado em um jornal mineiro a pedido do seu amigo, o poeta Manuel Bandeira, no ano de 1929, Lúcio Costa despertou o interesse de Rodrigo Mello Franco de Andrade, chefe de gabinete do ministro da educação Francisco Campos (1930-1932). Como vimos, o governo Vargas se propôs a realizar uma ampla política de mobilização cultural, arregimentando os grupos intelectuais, incluindo os modernistas, na missão de constituição e estabelecimento de uma cultura nacional. Os primeiros trabalhos de Lúcio Costa com o neocolonial e as suas novas inclinações modernistas, buscando no estilo barraco a inspiração para a nova arquitetura, provavelmente chamaram a atenção de Rodrigo M. F. de Andrade. Lúcio Costa é então indicado para dirigir a interventoria da ENBA, sendo incumbido de reformular as diretrizes do ensino de artes na escola.

A tentativa de Costa de dar espaço às produções e aos arquitetos de tendência mais moderna desagradou aos antigos professores, que logo depois o destituíram do cargo de diretor. Apesar da experiência fracassada, Costa deixou uma marca na Escola, influenciando muitos alunos que, não por acaso, entraram de greve durante seis meses por conta de sua saída, reivindicando a manutenção da proposta curricular que abria espaço para as concepções modernistas de arquitetura.

O Ministério da Educação e Saúde no regime Vargas era um espaço altamente estratégico para os intelectuais da época, um espaço relativamente neutro e com grande influência sobre o campo cultural no Brasil. Isto não era diferente no caso dos grupos que disputavam no campo da arquitetura, afinal, o ministério controlava a ENBA e o ensino

artístico no país, definia a política de preservação do patrimônio arquitetônico, além de ser uma importante instância de difusão e consagração da produção artística feita no Brasil (Durand, 1991).

Os canais e os contatos com membros do gabinete do Ministério da Educação, combinados com a ambição de renovação e constituição de uma arquitetura cada vez mais original, acabaram rendendo, cinco anos depois, o convite a Lúcio Costa para a projeção e construção do novo edifício sede do ministério. Os acontecimentos que envolvem a projeção e a construção do novo edifício do Ministério foram absolutamente determinantes para a projeção cada vez mais definitiva do grupo liderado por Lúcio Costa dentro do campo da arquitetura brasileira. Nos dizeres do próprio arquiteto:

“Todo o meu sofrido e malogrado esforço visando à integração das artes, tanto na Escola como no Salão, teve, afinal, seu ‘aboutissement’ cinco anos depois, na elaboração e efetiva construção do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde. A sua pureza arquitetônica é expressão materializada do impossível sonho dos anos 30 e 31. Não apenas marco de uma época, mas de um excepcional momento de idealismo e lucidez, no confuso quadro dessa época.” (COSTA apud PEREGRINO, 2002, p. 18)

No decorrer dos primeiros anos da década de 30, Lúcio Costa vinha reformulando sua perspectiva a partir do contato com as propostas de Le Corbusier. No ensaio “Razões da nova arquitetura”, concebido entre 1933 e 1935 e publicado em 1936, Costa afirma que havia um desencontro da arquitetura que vinha sendo ensinada há muito com relação às necessidades da vida moderna, bem como no que dizia respeito aos novos processos construtivos e suas incríveis possibilidades técnicas (COSTA, 2007, p. 22). Segundo o arquiteto, as novas técnicas construtivas transformavam as possibilidades de construção pelo fato de que tornavam a ossatura do edifício independente, de modo que o potencial de elasticidade obtido permitia alcançar um grau de intensidade de expressão e valor plástico inaudito. Posto isto, Costa defende que as novas possibilidades técnicas eram o ponto de partida para criação de uma nova concepção arquitetônica e que os arquitetos europeus já vinham ensaiando os primeiros passos na direção da nova arquitetura (COSTA, 2007, p. 26). Nesse texto, a aproximação de Costa das ideias defendidas por Le Corbusier nos artigos da publicação “Por uma arquitetura” é muito evidente.

Quando convidado por Capanema para construir a nova sede do ministério, foi exatamente a perspectiva de Le Corbusier que Lúcio Costa e sua equipe procuraram implementar no novo edifício. A concepção arquitetônica do prédio contempla rigorosamente os cinco pontos propostos pelo arquiteto francês: volume construído em pilotis, planta livre com estrutura independente, fachada livre, janelas dispostas em fita (na horizontal) e terraço-jardim. Logo que foi concluído, o novo edifício obteve grande reconhecimento pelo fato de que materializava, pela primeira vez, a proposta de Le Corbusier em uma escala monumental. A obra ainda contou com a perspectiva inovadora de Burle Marx na composição do terraço-jardim, além dos painéis internos de Candido Portinari.

Um dos movimentos mais interessantes de Costa foi a decisão e toda a tentativa insistente, que acabou sendo bem-sucedida, de trazer Le Corbusier para avaliar e colaborar com o projeto. Apesar de no final, por uma série de questões de ordem prática e técnica, as proposições de Le Corbusier terem ficado de fora da proposta que foi materializada, a participação do arquiteto francês foi extremamente simbólica no sentido de consolidar a influência e hegemonia da sua doutrina na arquitetura brasileira, além de sacralizar a obra como legítima representante da mesma. Não há como precisar o grau de influência desse projeto, mas o fato é que grande parte dos projetos arquitetônicos desenvolvidos entre 1930 e 1950, apresentavam algum tipo de inspiração na perspectiva de Le Corbusier. Essa vertente da arquitetura modernista definitivamente se consagrou como estilo hegemônico no país.

Outro ponto de interesse no caso do projeto MES, foi a “descoberta” do talento excepcional de Oscar Niemeyer. Até então, Niemeyer era apenas um jovem arquiteto que trabalhava voluntariamente no escritório de Costa. Segundo a narrativa de ambos, foi a partir de alguns desenhos rascunhados por Niemeyer para o projeto que Costa viu todo o potencial daquele novo arquiteto. Mais tarde, no concurso para o projeto do Pavilhão do Brasil na Feira Universal de Nova Iorque, Costa mais uma vez exerceria esse papel, revogando a conquista do concurso em favor de Niemeyer, que tinha ficado em segundo lugar.

No fim, o novo edifício foi visto como um duplo trunfo cultural: primeiro, pelo fato de que representava o nascimento de uma nova arquitetura no país; segundo, porque o primeiro modelo monumental da inovadora proposta de Le Corbusier fora construído em pleno solo brasileiro, por arquitetos brasileiros. Ao mesmo tempo, foi visto um trunfo político, pois logo

se tornou um dos símbolos do cenário de modernidade que vinha sendo construído no país pelo novo regime.

“Assim, o Ministério pode ser pensado como um divisor de águas, não por seu caráter *iniciador* [grifo do autor], mas por seu papel na cristalização de um modelo vitorioso: a *Nova Arquitetura* [grifo do autor] para um *Estado Novo* [grifo do autor]” (GORELIK, 2005, p.47).

Acreditamos que a afirmação de Gorelik é acertada, pois o projeto do ministério catapultou a carreira de Costa, que atuando de forma estratégica e decisiva ao longo de todo o processo, conquistou um espaço central na comunidade dos arquitetos, no movimento modernista arquitetônico e na intersecção entre arquitetura e Estado. O autor argumenta que nesse projeto foi criado um verdadeiro dispositivo de produção simbólica que seria recorrentemente acionado pelo Estado (GORELIK, 2005, p. 161).

Nos anos que seguem a construção da nova sede do ministério, Lúcio Costa vai se envolver com os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937, realizando pesquisas sobre arquitetura colonial e publicando novos artigos a respeito do assunto. Ainda no primeiro número da revista editada pela instituição, Costa publica um artigo defendendo a necessidade de que os arquitetos estudem e incorporem lições da arquitetura popular portuguesa, “coisa legítima da terra” na qual “as qualidades da raça se mostram melhor” (COSTA, 2007, p. 89). Segundo Costa, essa rica tradição teria sido mantida no Brasil pelos mestre-de-obras portugueses, que foram adaptando-a aos novos contextos e às novas técnicas por meio de uma lenta e espontânea evolução. Seguindo nessa direção, o arquiteto então dispara contra o artificialismo de uma tentativa forçada de revivescimento da arquitetura tradicional por parte do movimento neocolonial, argumentando que a verdadeira tradição foi “guardada pelos mestre-de-obras portugueses que, com bom senso e simplicidade, já vinham se adaptando aos novos contextos” (COSTA, 2007, p. 94).

É possível que nesse período, o arquiteto já estivesse buscando por uma solução que conciliasse a nova arquitetura com a tradição nacional. Como fica evidente no texto, não se trata de apenas justapor os dois aspectos em uma mesma concepção, mas de realizar uma arquitetura nacional na medida em que desenvolve uma arquitetura adaptada aos novos tempos, ao novo contexto. Anos mais tarde, Oscar Niemeyer apontaria os trabalhos e reuniões



do SPHAN como situações que iniciaram o esforço de construção de uma linguagem que conciliasse o moderno e o nacional. Ao que parece, nesse período os dois arquitetos intensificam a busca por essa linguagem síntese.

O projeto do Pavilhão do Brasil na Feira Internacional, concebido e realizado pelos dois em 1939, parece ter sido uma primeira tentativa na direção de uma nova perspectiva. A construção mantém a concepção de Le Corbusier como matriz central, contemplando novamente os cinco pontos. Contudo, a rampa de acesso ao prédio e, principalmente, as suas estruturas laterais revelam uma sinuosidade incomum na arquitetura ortogonal do arquiteto francês. Tendo em conta as futuras obras de Niemeyer, é possível que os traços curvilíneos que aparecem no Pavilhão já correspondessem à experimentação de um novo vocabulário.

Segundo Underwood (1994, p. 45), o edifício do Pavilhão projetava para o mundo desenvolvido uma atrativa e convincente imagem da cultura brasileira como síntese do moderno e do exótico. A estrutura reforçaria a imagem do Brasil como um destino exótico para os turistas estrangeiros e, ao mesmo tempo, como uma nação em pleno progresso. O prédio foi concebido como uma tentativa de divulgar a nova arquitetura feita no país, utilizando-se da sensação pesada que a estrutura do pavilhão vizinho (França) causava, para propor uma imagem de leveza e atratividade através das curvas laterais e do lago com vitórias-régias alocado no pátio interno.

Dessa forma, Lúcio Costa, contando com a ajuda de Oscar Niemeyer, inicia discussões e experimentações que vislumbram a possibilidade de constituição de uma arquitetura moderna, adaptada ao novo contexto e, ao mesmo tempo, representativa da tradição e cultura nacionais. Os dois arquitetos assumem a tarefa de realizar aquilo que os modernistas tinham proposto na literatura e nas artes plásticas na década de 20. Para o arquiteto, a nova arquitetura deveria ser uma forma de expressão artística capaz de desvelar valores universais e nacionais na combinação do novo e do antigo como uma continuidade.

No começo dos anos 40, o arquiteto começa a se destacar com figura central na comunidade de arquitetos do país, atuando ao mesmo tempo como renovador da arquitetura no país e como guardião da tradição nacional. No argumento de Pereira (1997, p. 78) e de Durand (1991), o arquiteto conquista uma importante posição de mediador político e cultural. A relação com Le Corbusier e a tentativa de legitimação e propagação da doutrina do arquiteto

francês dentro do campo da arquitetura brasileira, através do projeto da sede do MES, confirmaram o desmonte do poder acadêmico e do ecletismo, bem como do próprio movimento neocolonial, levando à consolidação da arquitetura moderna no Brasil através da atuação do arquiteto. Por outro lado, a sua atuação como consultor do SPHAN consolida sua posição como especialista da arquitetura colonial. Suas pesquisas e sua erudição colaboraram para a sua consagração e celebração entre arquitetos, escritores e críticos de arte, que o reconheciam como uma grande autoridade no assunto. Pouco a pouco, Costa vai se destacando como protagonista desse espaço, além de deter um posicionamento extremamente estratégico dentro do aparelho estatal ao longo do regime Vargas. A sua posição no campo também lhe permitiu atuar como importante defensor e divulgador da arquitetura brasileira fora do país.

O sucesso da arquitetura moderna brasileira acaba por se desdobrar em um forte discurso nacionalista de Costa e de muitos outros, que afirmavam que esse sucesso era fruto do esforço e genialidade do povo brasileiro, evidência de uma nação unida, independente e cada vez mais original em suas manifestações culturais. Um indício de que o nacionalismo pode ter sido um dos principais pontos de confluência entre o movimento modernista e as facções políticas que optaram por financiá-lo.

\* \* \*

Durante os trabalhos de projeção do edifício do MES em 1936, tanto Lúcio Costa, como o próprio Le Corbusier ficaram impressionados com o talento do jovem arquiteto que, até então, vinha trabalhando voluntariamente no escritório de Costa depois de ter se formado na ENBA. Sabiamente, Costa fez tudo o que fosse possível para projetar aquele novo talento que, anos mais tarde, conceberia a linguagem que alçou aquela vertente não só ao posto de ícone da modernidade nacional, como também ao posto de ilustre representante da arquitetura modernista mundial.

Ao longo dos inúmeros projetos desenvolvidos por Niemeyer durante as décadas de 30 e 40, quase todos encomendados pelo Estado, é notável a tentativa do arquiteto em desenvolver uma arquitetura cada vez mais inovadora, com um vocabulário plástico próprio e original. O arquiteto não apenas segue as renovações propostas por Costa, como intensifica a busca por

uma arquitetura genuinamente brasileira, buscando balancear os princípios do racionalismo e do funcionalismo europeu com a sensibilidade plástica do estilo barroco.

“De Le Corbusier lembrava os projetos que publicou, os textos que tão bem definiam as suas ideias sobre arquitetura e urbanismo, mas já me inclinava para uma arquitetura mais livre, mais leve, tão desenvolta que se aproximasse melhor das nossas velhas igrejas coloniais, fugindo das estruturas mais robustas por ele adotadas.” (NIEMEYER, 2000, p. 15).

O arquiteto atribui o seu interesse com relação à sensibilidade da arquitetura colonial, mais especificamente do estilo barroco, aos contatos que travou com Rodrigo Melo Franco de Andrade dentro do Ministério da Educação e, especialmente, nas reuniões do SPHAN, das quais também participara. “Foi ele quem me convidou para o SPHAN, e me fez compreender melhor nossa velha arquitetura, as igrejas barrocas... Juntos caminhamos por Ouro Preto, Congonhas, Sabará, que tantas angústias lhe davam.” (NIEMEYER, 2000, p. 13). Oscar reconhece a figura de um mestre no então presidente do SPHAN, atribuindo às reuniões do órgão um peso decisivo no rumo que sua arquitetura tomou, cada vez mais ambicionando aliar a tradição colonial com o estilo moderno.

Rodrigo M. F. de Andrade era nada menos que sobrinho de Afonso Arinos, além de importante porta-voz do movimento modernista na imprensa. O intelectual era próximo de figuras como Carlos Drummond e Mário de Andrade, constituindo-se como um verdadeiro conhecedor da síntese de perspectivas realizadas pelo modernismo. É provável que, junto a Lúcio Costa, Rodrigo M. F. de Andrade tenha atuado como um importante transmissor, levando a matriz modernista, com toda a sua complexidade, até Oscar Niemeyer.

Por conta de sua participação no projeto do ministério, Niemeyer entrou em contato com a pessoa de Capanema, representante da base política do regime em Minas Gerais. Durante trabalhos paralelos ao prédio do ministério, Niemeyer se aproximou do ministro, prestando serviços referentes à arquitetura e artes plásticas. Foi Capanema quem apresentou Niemeyer para o líder da facção política então dominante no estado de Minas, o governador Benedito Valadares, principal referência política no estado durante 12 anos, e, mais tarde, para o seu herdeiro político, o prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek. Como o próprio arquiteto reconhece, o desenvolvimento de sua arquitetura foi totalmente tributário da parceria duradoura com essa facção da elite política mineira (NIEMEYER, 2000, p. 12).

Juscelino Kubitschek fora nomeado prefeito pelo governador Valadares em 1940 e vinha se destacando como um político empreendedor, realizando inúmeras obras. Kubitschek pretendia construir uma nova área de lazer para a elite de Belo Horizonte e, então, encomenda a Oscar Niemeyer o projeto das construções que comporiam esse novo complexo. Segundo Durand (1991), a proposta desenvolvida pelo arquiteto teve repercussão imediata. “O uso intensivo da linha curva... foi apresentado como sinal inequívoco de sua ‘liberação’ em relação à ‘influência’ de Le Corbusier e da arquitetura ‘ortogonal’ do movimento moderno” (DURAND, 1991). Segundo o próprio Niemeyer: “com a obra da Pampulha o vocabulário plástico da minha arquitetura – num jogo inesperado de retas e curvas – começou a se definir.” (NIEMEYER, 2000, p. 19). Grande parte da literatura sobre arquitetura moderna no Brasil considera que o complexo da Pampulha é um marco para história do campo arquitetônico brasileiro, pois sua independência conceitual, marcada pelo uso das curvas com inspiração no barroco, revela a efetiva libertação da arquitetura moderna que estava sendo feita aqui da influência das vanguardas europeias em favor de uma linguagem autenticamente brasileira.

A partir desse momento, Niemeyer revelaria em cada projeto, para o Brasil e para o mundo, a formatação de um estilo único, uma arquitetura de sua autoria. David Underwood (1994, p. 92) propõe designar essa arquitetura como “modernismo de forma livre”. Segundo o autor, enquanto os arquitetos europeus ambicionavam uma arquitetura racionalista e ortogonal, baseada na estética da máquina, com suas formas padronizadas, Niemeyer proclamava uma nova estética brasileira baseada na geografia do país, na “curva” brasileira. Para o arquiteto, a criação das verdadeiras formas brasileiras deveria começar pelo “habitat” brasileiro.

Nessa direção, Underwood (1994, p. 86) argumenta que a principal “inversão formal” realizada pelo “modernismo de forma livre” de Niemeyer fora a neutralização da distinção entre natureza e arquitetura. A paisagem e o sítio eram pontos de partida para as composições arquitetônicas. Suas construções procuravam combinar o orgânico e o clássico, não como uma imitação clássica da natureza, mas como criação de formas naturais que integravam a natureza. Sua arquitetura evoca os paradoxos entre natureza e arte, clássico e moderno. É indo justamente nesse sentido, que o livre modernismo de Niemeyer prega uma profunda liberdade plástica inspirada no “*milieu*” brasileiro.

Niemeyer argumentava que o foco na eficiência, economia e na função era inaceitável porque reduziria a arquitetura a uma fórmula técnica, resultando em uma sensibilidade fria e na banalidade padronizada que ele criticava na obra de Gropius e da Bauhaus (UNDERWOOD, 1994, p. 90). O arquiteto pretendia substituir a estética funcionalista europeia pelo funcionalismo estético brasileiro: a forma deveria seguir a beleza. Para ele, impor uma arquitetura social, como a da Bauhaus, seria negar o que há de mais especial na arquitetura brasileira, na sua arquitetura: o vigor criativo e a inovação.

Na visão de Niemeyer, a arquitetura deveria ser uma arte plástica que expressa o que é imposto por um ambiente múltiplo, refletindo as condições de um lugar, de sua política, economia e técnica, mas, ao mesmo tempo, deveria ser expressão de esperança, uma utopia que desafia a imaginação, a projeção de como a vida poderia ser (UNDERWOOD, 1994, p. 90). A sua arquitetura seria uma espécie de convite à imaginação, um olhar para um novo futuro que seria tão belo quanto as formas que criava como cenário antecipador. Tratava-se de uma arquitetura com um tom quase messiânico, prelúdio de novos tempos, de um período de confraternização (PEREIRA, 1997, p. 142). O apelo para liberdade plástica seria uma forma de provocar encantamento, emoção, uma obra capaz de surpreender pelo que representava de novo.

Em um artigo publicado em 1950, Lúcio Costa defende o caráter inédito da obra de Niemeyer justamente por conta da sua capacidade expressiva. Segundo Costa, Niemeyer foi o primeiro arquiteto moderno que conseguiu transformar o programa funcional em uma refinada expressão plástica, demonstrando as ilimitadas possibilidades plásticas das novas técnicas de construção. Para Costa, Niemeyer concebeu uma espécie de “visão profética do significado cultural e social que a arquitetura poderá atingir” (COSTA, 2007, p. 164). A concepção de Niemeyer foi promovida e difundida por Costa, bem como por outros intelectuais e políticos brasileiros, como a realização mais bem acabada da nova arquitetura.

A celebração do “modernismo de forma livre” dentro da comunidade artística nacional e internacional como um momento de libertação da arquitetura brasileira e como um marco indicativo da autonomia e genialidade cultural do país, reverberando no reconhecimento político e social da sua obra, rendeu a Niemeyer um montante expressivo de capital simbólico, cultural e político. Segundo Durand (1991), quando o arquiteto foi contemplado com o

programa de Brasília em 1956, já contava com um currículo de 38 projetos construídos, entre residências, hotéis, clubes, escolas, bibliotecas, teatros, etc. Além do fato de que já havia realizado importantes construções no exterior, como o museu de Caracas e nada mais, nada menos do que a sede das Nações Unidas em Nova Iorque.

Ora, a celebração e patrocínio sistemático da arquitetura de Niemeyer ao longo das décadas de 40 e 50 é, até certo ponto, análoga à celebração e patrocínio da música de Villa-Lobos nos anos 20. Assim como o músico, o arquiteto brasileiro conseguiu criar um modelo artístico muito bem sucedido na maneira como concilia a linguagem moderna e a tradição nacional. A música de Villa-Lobos foi promovida e difundida como protótipo da proposta modernista, sendo euforicamente aclamada a partir do momento em que o compositor passou a figurar entre os maiores maestros da Europa. Algo muito parecido se deu com Niemeyer, que em menos de duas décadas passou a ser reconhecido como um dos maiores arquitetos do século XX, além de figura máxima do modernismo arquitetônico no Brasil.

O fato de sua concepção arquitetônica aliar tendências inovadoras da arquitetura modernista com traçados e elementos vinculados às paisagens brasileiras e à tradição colonial, permitiu que sua obra atuasse como um verdadeiro catalisador dos anseios de renovação política e de auto afirmação cultural do país. O esforço com que arquitetos e políticos brasileiros procuravam promover e consagrar a sua obra era muito sugestivo, revelando como a mesma era tida como uma representação bem acabada da comunidade nacional e de sua inserção na áurea moderna. Não era mera coincidência todo o apoio sistemático que o jovem prefeito de Belo Horizonte deu ao arquiteto: Kubitschek procurava se destacar como um político inovador e empreendedor, reconhecendo a obra de Niemeyer como um símbolo privilegiado da sua atuação e perspectiva política.

A obra do arquiteto brasileiro apresentava uma imensa capacidade comunicativa, capaz de sintetizar valores e aspirações ligadas aos novos tempos e ao próprio país, uma espécie de usina de figuras que simbolizavam a modernidade nacional (GORELIK, 2005, p.161).

\* \* \*

Após a consolidação das perspectivas de Costa e Niemeyer como vanguarda oficial e nacional, na medida em que eram reconhecidas como representação arquitetônica mais bem acabada da modernidade nacional, recebendo o apoio sistemático do mecenato estatal, a década de 1950 será marcada por a uma espécie de maturação e consagração plena dessa vertente. Os concursos realizados, as bienais de arte, bem como as revistas nacionais e internacionais, ano após ano, confirmavam a sua hegemonia (DURAND, 1991).

Segundo Pereira (1997, p. 103), nos anos 50 há uma intensificação da tendência nacionalista presente na arquitetura modernista feita no Brasil. O sucesso dos projetos de Costa e Niemeyer muitas vezes era divulgado e defendido com um tom quase ufanista por parte da comunidade intelectual e, principalmente, pelos grupos políticos que apoiavam essa nova arquitetura. Os dois arquitetos muitas vezes, quando criticados e na necessidade de defender sua obra, acabavam apelando para esse tipo de discurso.

Em suma, podemos notar como o movimento seguiu a matriz geral dos modernistas brasileiros, assumindo cada vez mais o posto de intérprete e porta-voz da nação, delegando para si uma espécie de missão nacional através da vocação artística, que os habilitava para a descoberta dos elementos essenciais da tradição e do espírito nacional e que permitia, assim, que contribuíssem para a constituição de uma unidade cultural autenticamente brasileira. E, ao mesmo tempo, assumindo a tarefa de renovação cultural e social do país, lançando mão das linguagens inovadoras das vanguardas europeias com o objetivo de sintonizar a cultura e os modos de vida do país com os tempos modernos.

Como vimos, essa vocação nacional e moderna esteve o tempo todo ligada a uma relação ambígua, mas profundamente intensa com o Estado, muitas vezes culminando na inserção desses intelectuais dentro dos próprios órgãos de governo. De acordo com Adrián Gorelik, o modernismo foi tomado como instrumento de representação da modernidade nacional, servindo como símbolo político de modernidade e nacionalismo capaz de difundir a imagem de que havia uma ordem moderna e nacional sendo constituída no país.

O traço monumental da nova arquitetura era o símbolo de um grande país, expressão permanente de valores culturais renovados, mas em conexão com a tradição nacional, uma

forma de dar vazão às aspirações políticas e a todo o gênio artístico de um país em desenvolvimento. Trata-se de uma utopia modernista, forjada em meio às relações entre cultura e política, que tomava a arquitetura como motor e símbolo do progresso nacional.

Ao se consagrar como uma arquitetura capaz de comunicar valores e princípios vinculados à construção de uma nova ordem que se pretendia moderna e nacional, afirmando a originalidade da cultura nacional e servindo como ícone da independência e progresso do país, a concepção de Niemeyer e Costa conquista a posição de “linguagem oficial” dos principais projetos de intervenção promovidos pelo arranjo que combina Estado, arquitetura-urbanismo e cidade. Entre as décadas de 30 e 50, a sua concepção acaba se impondo como parâmetro de modernidade e nacionalidade vinculado à avaliação e reconhecimento de propostas urbanísticas e arquitetônicas, estando presente ou pelo menos influenciando a maioria dos projetos de construção e renovação dos espaços urbanos que pretendem atuar como símbolos de modernidade e polos de renovação.

As elites políticas brasileiras viam a arquitetura e o urbanismo como um instrumento estratégico para a modernização do Brasil. O que estava em jogo era a criação de uma arquitetura capaz de difundir determinados valores e ideais, repercutindo no próprio modo como os homens viam o mundo e, assim, influenciando o seu comportamento. A construção de uma determinada imagem do Brasil, da nação, não deixava de ser a imposição de um dever-ser. A despeito do tom nacionalista e emancipatório presente no modernismo arquitetônico brasileiro, que rompia com as tendências europeias e procura suas próprias soluções, os ideais civilizatórios dos “apóstolos do progresso” continuavam lá. A nosso ver, o projeto de Brasília é a tradução mais explícita desse quadro.

Como iremos analisar no próximo capítulo, a cidade foi construída como um símbolo arquitetônico-urbanístico capaz de incorporar e reproduzir uma série de perspectivas e princípios que foram aqui destrinchados. Mas, mais importante do que sua concepção como símbolo, foi o modo como a cidade e, principalmente, a sua configuração espacial, constituíram-se como uma verdadeira encruzilhada, portando as visões de mundo, crenças, afetividades, perspectivas e interesses que viemos analisando ao longo desses últimos dois capítulos.



### **3 O projeto de desenvolvimento nacional e Brasília**

Durante os dez primeiros dias do mês de julho de 1942, a nova capital do estado de Goiás, Goiânia, foi inaugurada com uma grande programação de eventos que ficou conhecida como “batismo cultural de Goiânia”. Dentro da programação, a realização da Assembleia-Geral dos conselhos nacionais de geografia e estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocupava uma posição central. Desde a sua fundação, o IBGE vinha atuando como um importante defensor da necessidade de ocupação do interior do Brasil e, nesse sentido, a realização da Assembleia-Geral consagrava a nova capital goiana como símbolo do esforço estatal de ocupação, desenvolvimento e integração das regiões centrais.

Segundo Maia (2012, p. 56), a presença do IBGE procurava integrar a construção de Goiânia como parte da política de expansão das fronteiras estatais promovida pelo Estado Novo, inserindo a cidade no conjunto de eventos reunidos sob o signo da proposta da marcha para o Oeste.

“Na época, Goiânia foi tomada como um símbolo do processo de integração nacional que estaria sendo realizado pelo Estado Novo. O batismo da cidade era, portanto, o ato teatral que instituiu não apenas a autoridade do Estado, mas conferia substância e vida aos objetos que deveriam compor a nação, entre os quais se incluía a nova cidade planejada” (MAIA, 2012, p. 56).

O que estava em jogo era basicamente a oportunidade de tomar a cidade como símbolo e modelo material de um projeto mais amplo de integração territorial e criação de novas fronteiras econômicas.

Como vimos no último capítulo, o Estado Novo desenvolve, de maneira mais ou menos consciente, um intenso esforço de integração nacional. Do ponto de vista político, o novo regime põe em prática um intenso processo de centralização e simultânea expansão do poder estatal, difundindo novos dispositivos de regulação nos mais variados setores. Do ponto de vista cultural, procura constituir uma identidade brasileira homogênea por meio da composição de uma unidade cultural nacional bem definida. Finalmente, no âmbito econômico, o Estado Novo assume de forma cada vez mais consciente a tarefa de constituição de uma economia doméstica dinâmica e bem integrada.

A construção de novas cidades, a criação de novos sistemas de deslocamento pelo território nacional, a expansão das fronteiras econômicas, bem como todos os esforços ligados à integração das regiões mais afastadas, fazem parte de uma tentativa mais ampla de criar tramas territoriais e socioeconômicas mais complexas, capazes de dinamizar o sistema econômico nacional e, ao mesmo tempo, ampliar a penetração do poder estatal por todo o território nacional.

Como demonstra Paul Singer (1996, p. 218), a opção pelo desenvolvimento do mercado interno e pelo conseguinte “crescimento para o interior” cria o imperativo de integração econômica dos diversos territórios nacionais, desdobrando-se em uma série de ações estatais ensejadas entre 1930 e 1955 que envolvem basicamente a expansão da malha rodoviária, o fomento de novos polos de produção agrícola em diversos pontos dessa malha, a dinamização da vida econômica dos municípios ou até mesmo a formação de novas cidades ao longo dessa malha e em torno desses polos. Segundo Singer, o resultado seria uma importante ampliação tanto da capacidade produtiva, quanto da capacidade de consumo da economia nacional. Também não podemos deixar de considerar que esse processo de integração econômica envolve uma maior penetração do poder estatal nesses territórios, além da própria difusão de modelos de pensamento e sentimento vinculados a um regime sociocultural cada vez mais nacionalizado.

A nosso ver, a retomada desse olhar para o interior do país e a respectiva intensificação das ações e investimentos estatais nos territórios do Planalto Central e da região norte motivada pelos múltiplos aspectos de uma missão integradora, foram decisivas para o revivescimento do debate sobre a interiorização da capital. Ainda na década de 30, os técnicos do IBGE e diversos militares reapresentam a questão para o novo regime, defendendo que a mudança da capital para o interior do país serviria como importante medida de segurança nacional e reorientação das forças socioeconômicas pelo território, favorecendo a integração do país. Sem sucesso, esses grupos não obtiveram atenção por parte do regime Vargas. A questão só volta a ser considerada na constituinte de 1946, por iniciativa do ex-presidente Arthur Bernardes. Ao longo da assembleia, a proposta ganha força através das bancadas parlamentares dos estados de Goiás e Minas Gerais que estavam interessadas na transferência da capital para regiões situadas em seus territórios. O projeto de transferência acaba sendo

efetivado na nova carta constitucional sob a forma do artigo 4 das disposições transitórias. Entre 1946 e 1954, uma série de expedições voltadas para o reconhecimento e estudo da área, além da melhor localização da futura capital, foram realizadas, fazendo avançar a proposta.

Contudo, foi através do programa nacional de desenvolvimento lançado pelo candidato à presidência, Juscelino Kubitschek, que o projeto de transferência ganha força, sendo executado desde o início do novo governo. O programa proposto por JK foi integralmente concebido como uma forma de solucionar os desafios encontrados pelo projeto de desenvolvimento da economia nacional, adotando a política de integração econômica dos territórios nacionais como uma de suas medidas centrais. Nesse cenário, a construção da nova capital no interior do país surge como meta-síntese do programa e, principalmente, como motor dessa política de integração.

Desse modo, acreditamos que a recuperação histórica desse período é de fundamental importância, pois revela o modo como a política de integração do interior do país tornou-se cada vez mais central para os propósitos do Estado. Retomar as propostas e concepções político-econômicas do Estado ao longo desse período, além das perspectivas intelectuais envolvidas, abre a possibilidade de entendermos como a construção de Brasília não surge apenas como parte de um programa empreendedor concebido por JK e sua equipe, ou mesmo como um dispositivo constitucional elaborado em 1946, mas, sobretudo, como pauta central de uma agenda sociopolítica mais ampla – reformulada entre 1930 e 1955, mas proto-concebida em 1870 - voltada para a formação de um sistema econômico avançado e um Estado-nação bem integrado no Brasil.

No primeiro tópico do capítulo, nos propomos a analisar o desenvolvimento da política de integração econômica e territorial durante o regime Vargas, entendendo como os fatores geopolíticos e econômicos foram determinantes nesse momento. Destrinchando os discursos e práticas estatais que estavam imbuídos dessa tarefa de integração, buscamos compreender o modo como ela reorientou o Estado na direção do interior central do Brasil, dando novo fôlego para o debate sobre a transferência da capital.

A partir dessa primeira análise, será possível situar melhor a efetivação da proposta de transferência na constituinte de 46, bem como as comissões que foram realizadas em seguida e que, certamente, foram importantes para a realização da mesma, durante o governo JK.

Na segunda seção do capítulo, nos voltamos para o debate que surge na virada dos anos 40 para os anos 50 em torno da questão do desenvolvimento nacional. Acreditamos que esse cenário político-intelectual vai se desdobrar na construção de um projeto de desenvolvimento nacional, dentro do qual o programa nacional de desenvolvimento de JK está inserido, que intensifica a marcha do Estado para o interior e, assim, acaba por dar vida à nova capital.

### **3.1 A política de integração do período Vargas e a marcha para o interior**

O redirecionamento da política de integração nacional para o interior do país durante o período Vargas foi majoritariamente influenciado por duas questões. Em primeiro lugar, o discurso geopolítico que embasava o novo governo colocava como urgente tanto a necessidade de penetração do poder estatal em toda a unidade territorial, quanto a respectiva tarefa de defesa dessa unidade. Em segundo, o cenário econômico enfrentado pelo governo apontava cada vez mais para a importância da expansão e integração do mercado interno, seja pelo aperfeiçoamento das redes de transportes e comunicações, seja pela abertura de novas fronteiras de desenvolvimento.

Segundo Maia (2012, p. 120), os primeiros anos do regime Vargas são marcados pela profusão de interpretações geográficas e geopolíticas que tomam o espaço como categoria central para compreensão da história e atualidade do país. O debate nos anos 30, além de criticar a fragmentação promovida pela política regionalista na Primeira República, recupera a imagem de não-civilização do interior do Brasil, propondo o desafio de integração nacional como meta prioritária do Estado brasileiro. Informados por esse debate, diversos intelectuais e militares que estavam direta ou indiretamente ligados ao novo regime, compartilhavam a prerrogativa de que a ação coordenadora do Estado se fazia fundamental na regulação de um território demasiadamente fragmentado e disperso. Na visão desses segmentos, era preciso que o novo Estado fizesse coincidir a unidade política e a unidade territorial do país, preservando a segurança e a coesão nacional. Essa perspectiva geopolítica acabaria exercendo enorme influência sobre a política de integração executada pelo Estado Novo.

Como demonstrado pelo autor na análise da *Fundação Brasil Central*, órgão criado pelo regime em 1943 com o intuito de “desbravar” as regiões centrais e nortes do país, as práticas

estatais direcionadas para a integração do interior se inspiravam em dois aspectos centrais da linguagem geopolítica: primeiro, concebiam o território nacional como “um tabuleiro a ser disciplinado e regulado”; segundo, atribuíam ao Estado o papel de um demiurgo capaz de superar o aspecto caótico de uma ocupação espontânea para, então, “traduzir politicamente um espaço inconsciente de seu lugar no país e no mundo” (MAIA, 2012, p. 123).

“A nação só se completaria como tal, capacitando-se a exercer sua natural hegemonia continental, caso seu Estado empreendesse verdadeira fuga à frente, esquadrinhando o território nacional e dando-lhe um sentido” (MAIA, 2012, p. 123).

Ao que tudo indica, a difusão da perspectiva geopolítica, que toma o território nacional como objeto a ser dominado e civilizado, foi decisiva para o desenvolvimento posterior das iniciativas do governo Vargas no sentido da exploração e integração do interior do país. Como demonstrado por Maia, essa linguagem, combinada com outras visões do espaço central do Brasil, funcionou não só como argumento de legitimação da ação do Estado, mas, sobretudo, como importante fundamento cognitivo que informava as práticas estatais imbuídas da missão de penetração e expansão nas regiões centrais (MAIA, 2012, p. 173).

Por outro lado, como foi dito em outro momento, a primeira década do regime também foi marcada pela tentativa de superação do quadro de deterioração da economia brasileira, principalmente no que dizia respeito à escassez de divisas e os seus efeitos sobre a capacidade fiscal do governo e as importações do país. Pouco a pouco, as medidas tomadas acabam levando tanto à recuperação do setor de exportações, quanto ao crescimento da produção industrial nacional, favorecendo o crescimento da economia interna do país. À medida que o governo percebe as vantagens oferecidas por uma estrutura econômica centrada nas próprias fontes de produção e consumo, ele passa a buscar alternativas que viabilizem a expansão e dinamização da economia doméstica. Uma das principais alternativas vislumbradas consistia basicamente na integração econômica das diversas regiões do país, criando novos mercados consumidores, formando novas reservas de mão-de-obra e fomentando novos espaços de produção ao longo do território nacional (SINGER, 1996, p. 218).

Como apontado por Maia, o advento do Estado Novo em 1937 marca o início de um período de “significativo adensamento do investimento estatal e burocrático no território”, incluindo, dentre outras coisas, “projetos de reorganização dos limites regionais, criação de

novas agências para regular imigração e povoamento e intensificação das experiências com colônias agrícolas” (MAIA, 2012, p. 40). A nosso ver, a combinação dos desafios geopolítico e econômico que marcam o regime ao longo de toda a década de 30, reatualiza a agenda de integração voltada para o interior do país, culminando no conjunto de eventos e atividades que constituem a chamada “marcha para o Oeste”.

No dia 31 de dezembro de 1939, o presidente Getúlio Vargas profere um discurso radiofônico em rede nacional defendendo a necessidade de que o Brasil empreendesse uma marcha para o oeste, transpondo os planaltos em busca das terras férteis que produzirão “culturas variadas e fartas” e do metal que forjará “os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial”. Nesse mesmo discurso, Vargas aponta para a conveniência de “abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação”.

As principais atividades desenvolvidas sob o signo da marcha consistiam basicamente na implementação de novas zonas de ocupação e de produção econômica no interior e nas fronteiras do país por meio da iniciativa estatal. Os focos de concentração das atividades da marcha estavam situados principalmente nos estados do atual Centro-Oeste, através da criação de colônias agrícolas, e na região norte, por conta do mesmo modelo de colônias e dos investimentos do governo brasileiro visando principalmente à produção de borracha.

Em 1941 é lançado decreto que regulamenta a criação das “Colônias Agrícolas Nacionais”, tendo como proposta a instalação de novos núcleos de atividade agrícola em diversos pontos do território nacional. O decreto também previa a formação de sedes urbanas nas imediações desses núcleos, servindo não só como ponto de apoio aos colonos, mas também como futuros centros irradiadores do progresso na região (SILVA, 2009, p. 3).

Entre 1941 e 1948, foram criadas oito colônias agrícolas nacionais em regiões situadas nos atuais territórios dos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná. Segundo Vidal, as “colônias agrícolas nacionais”, propostas como parte da marcha, eram vistas como um meio de superar o cenário de depressão socioeconômica do vasto continente interiorano e, ao mesmo tempo, reorientar as correntes migratórias, desafogando os grandes centros urbanos (VIDAL, 2009, p. 151).

Durante o período da Segunda Guerra, o Brasil fez uma série de acordos com os Estados Unidos nos quais os norte-americanos garantiam recursos financeiros para os novos projetos de desenvolvimento do governo brasileiro em troca do fornecimento de matérias-primas, principalmente a borracha. Esse cenário levou o regime Vargas a investir uma série de recursos e projetos na região amazônica com a perspectiva de transformar a região norte em uma nova fronteira de desenvolvimento (MAIA, 2012, p. 62).

Nesse contexto, em 1943, foi organizada a Expedição Roncador-Xingu, tendo como principais objetivos a criação de vias de comunicação com o Amazonas através do interior e a exploração e povoamento da região central do Brasil localizada na cabeceira do rio Xingu (MAIA, 2012, p. 64). No mesmo ano, é criada a Fundação Brasil Central, cuja meta central era a exploração e a colonização das regiões situadas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental. A Expedição Roncador-Xingu passou a estar subordinada à nova instituição, atuando como ponta de lança da Fundação (MAIA, 2012, p. 69). Ao longo dos 24 anos de existência, a Fundação Brasil Central, protagonizada pela expedição, desenvolveu uma série de iniciativas em diversos trechos da região central e norte do país:

“...no decorrer de sua vida a Fundação iria construir cidades, organizar campos de pouso, abrir estradas, estabelecer entrepostos comerciais, administrar ferrovias e gerir processo de mobilização e colonização de trabalhadores” (MAIA, 2012, p. 70)

Segundo Maia, a prática da Fundação Brasil Central e os discursos dos agentes ligados a ela revelam uma concepção compartilhada que toma o interior do país simultaneamente como um espaço vazio e uma reserva de valor, defendendo o imperativo de integrar esse território ao desenvolvimento nacional (MAIA, 2012, p. 156).

Ao que tudo indica, o principal objetivo dessas empreitadas consistia em estender o sistema econômico nacional até as fronteiras políticas do país, ampliando a economia doméstica e, ao mesmo tempo, ocupando boa parte da unidade territorial. A implementação de novos polos de ocupação e produção no interior do país funcionaria como instrumento geopolítico e econômico eficaz, capaz de ampliar a produção nacional, fomentar novos mercados consumidores e ainda redistribuir a atividade econômica e o contingente demográfico pelo território nacional.

“A proposição da criação de núcleos agrícolas coloniais na região era decorrência natural dessa linguagem, pois esses núcleos são encarados como manchas civilizadoras, dispostas racionalmente ao longos dos ‘vazios’ do território por uma racionalidade administrativa” (MAIA, 2012, p. 159)

Como dissemos em outro momento, a construção da cidade de Goiânia também foi tomada como um dos eventos centrais da marcha para o Oeste. A nova capital foi uma iniciativa concebida pelo interventor que estava no governo do estado de Goiás, Pedro Ludovico, como uma forma de reestruturar e estimular a economia regional, além de servir como símbolo político-cultural dos novos tempos que chegavam até as terras goianas (MAIA, 2012, p. 55). O batismo cultural da cidade, com toda uma programação de eventos, discursos e, principalmente, a assembleia dos órgãos do IBGE, consagrou a empreitada como parte dos esforços do período Vargas voltados para a integração e progresso das regiões centrais do país.

Outro aspecto importante nesse momento envolve o esforço por parte do regime Vargas para promover a expansão e o aperfeiçoamento das redes de comunicações e transportes existentes ao longo do território nacional. Os investimentos em trechos rodoviários e no setor de transportes produziram novos canais de integração econômica entre as diversas regiões do país, aumentando as possibilidades de fornecimento de produtos e, principalmente, criando novos mercados consumidores (SINGER, 1996, p. 219).

Nosso argumento é que todas essas iniciativas compõem uma política mais geral de integração nacional promovida pelo regime Vargas, ao longo de quase duas décadas, e marcam a reorientação das ações do Estado brasileiro na direção do interior do país, retomando a proposta concebida por militares e intelectuais ainda em 1870. A proposta é reatualizada a partir de novas condições e novos princípios, mas do ponto de vista mais geral a meta é a mesma: integrar esse grande espaço vazio, habitado por populações dispersas e miseráveis, que figura simultaneamente como fator de desagregação e insegurança e como horizonte de possibilidades e recursos, fomentando novas condições para a constituição do Brasil como uma nação cada vez mais avançada.

Como dissemos, essa reorientação no sentido das regiões centrais vai ser fundamental para o revivescimento do debate sobre a interiorização da capital e para a conseguinte efetivação da proposta.



\* \* \*

Ainda em 1938, Vargas cria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e lhe incumbe da tarefa de mapeamento dos problemas de base do Brasil e da respectiva proposição de soluções para os mesmos. Segundo Maia, o novo instituto “surge animado por um ideário fortemente ruralista, que via na ocupação do interior brasileiro e na dinamização da vida municipal uma chave para o fortalecimento da nação” (MAIA, 2012, p. 44).

Os diagnósticos desenvolvidos pelo IBGE apontavam para uma série de problemas, quase todos vinculados à questão da integração nacional. Dentre os principais problemas listados, encontramos: os desajustes do desenvolvimento econômico no que tange a sua dispersão pelo território nacional, revelando uma forte concentração no litoral; a consequente situação de depressão socioeconômica do interior do país; a ausências de redes de comunicação e transporte interligando os estados; a fragilidade das principais capitais do país, localizadas quase todas perto do litoral, do ponto de vista da segurança nacional (BRASIL, 1960b, p. 272).

Em meio a essas reflexões, o instituto também evoca os problemas envolvidos com a localização da capital, defendendo a necessidade de interiorização tanto como medida de segurança, quanto como medida de integração do país. O relatório publicado em 1945 aponta que a transferência da capital serviria “como elemento de aglutinação e coesão nacional, capaz de neutralizar, pelo seu energético e equilibrado centripetismo, as forças centrífugas que atuam tanto mais poderosa e eficazmente quanto mais periféricas” (BRASIL, 1960b, p. 272). Segundo Vidal, a proposta de interiorização promovida pelo IBGE fazia parte de uma perspectiva maior que vislumbrava a possibilidade de coordenar a ocupação do território do país, reorientando o fluxo migratório das grandes cidades para o interior. (VIDAL, 2009, p. 149).

O relatório do instituto propõe que a transferência seja realizada em duas etapas, com transferência provisória da capital para Belo Horizonte com os objetivos de “interiorizar e resguardar a Capital da República” e “levar progressiva e poderosamente as forças da civilização na direção do Planalto central, a fim de preparar as condições para a mudança definitiva da Capital da República” (BRASIL, 1960b, p. 274).

No mesmo ano de publicação do relatório, o período Vargas foi deposto pelos militares e a proposta do IBGE acabaria sendo retomada, por outras circunstâncias, pela Assembleia Constituinte de 1946.

Desde 1944, as pressões da sociedade civil pela redemocratização aumentavam cada vez mais. Com o fim da Segunda Grande Guerra, a legitimidade do Estado Novo e todo o seu autoritarismo ficaram comprometidos, culminando no ultimato dos militares de 29 de outubro de 1945 que encerrou o período Vargas.

O cenário político da Constituinte de 1946 foi marcado pela forte presença de segmentos sociais que ganharam força política por conta das transformações socioeconômicas ocorridas ao longo das últimas décadas. Além dos grupos tradicionais situados no poder, a constituinte contava com representantes dos novos industriais, bem como das classes médias e das classes trabalhadoras que ganhavam cada vez mais força política nas cidades. A configuração partidária que representava essa nova composição social estava centrada basicamente em três partidos: a União Democrática Nacional representando grupos tradicionais, empresários e grupos de classe média que defendiam o constitucionalismo liberal; o Partido Social Democrático, concebido por Vargas nos últimos anos do seu mandato com o intuito de arregimentar os políticos tradicionais aliados e os novos industriais; e o Partido Trabalhista Brasileiro, também concebido por Vargas, mas voltado para os sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho (SKIDMORE, 2010, p. 90). Segundo Skidmore, os trabalhos da Constituinte giraram basicamente em torno da elaboração de garantias voltadas para a manutenção das liberdades civis e a execução de eleições livres, afastando parte do autoritarismo do Estado Novo, mas sem abrir mão do sistema federal centralizado (SKIDMORE, 2010, p. 98).

Ao que parece, a questão da mudança da capital foi levantada nos últimos momentos da constituinte por Arthur Bernardes, presidente da República entre 1922 e 1926 e na época deputado de Minas Gerais pela UDN (VIDAL, 2009, p. 162). Logo em seguida, duas propostas de emenda são apresentadas. A primeira previa a mudança temporária para a cidade de Goiânia e só depois para o Retângulo Cruis, dado os custos de construção de uma nova cidade. Essa emenda foi apoiada principalmente pelos parlamentares do estado de Goiás e dos estados do Nordeste. A segunda proposta previa a construção da nova capital no Triângulo

Mineiro, apontado como centro do país e como região dotada de enorme potencial hidrográfico. Essa emenda foi proposta e defendida pelos parlamentares da bancada mineira (BRASIL, 1960c, p. 116). O imperativo da transferência é mais uma vez efetivado na carta constitucional de 1946 que, através do artigo 4 das disposições transitórias, autoriza o início dos estudos para localização da nova capital, apontando o Planalto Central como região de destino:

“A capital da União será transferida para o Planalto Central do país;

§1º Promulgado êste ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital;

§2º O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União;

§3º Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital;

§4º Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara” (BRASIL, 1946)

Ainda em 1946, o presidente Dutra nomeia uma comissão de estudos liderada pelo general Djalma Polli Coelho cujo objetivo consistia em decidir a localização do futuro Distrito Federal, bem como escolher o local para a construção da futura capital. Findos os trabalhos de reconhecimento e pesquisa em 1948, o general Polli Coelho acaba optando pela solução sugerida pela Comissão Cruls em 1886, ampliando um pouco o quadrilátero demarcado pela missão anterior. O general, imbuído da linguagem geopolítica que tomava a ocupação das regiões centrais do país como uma necessidade urgente, justifica a opção pelo Quadrilátero Cruls através da função colonizadora que a capital exerceria, figurando como um centro de povoamento e desenvolvimento daquela vasta região (VIDAL, 2009, p. 167). O relatório é debatido pela comissão parlamentar responsável, mas a transferência mais uma vez acaba sendo postergada por conta das querelas regionais.

Somente no segundo governo Vargas, no início de 1953, que a proposta foi retomada através de uma lei que autorizava o executivo federal a proceder com os estudos definitivos necessários para a construção da nova sede republicana no Planalto Central.

“Art. 1º O Poder Executivo está autorizado a proceder, na forma que julgar conveniente, na região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos 15º30 e 17º e os meridianos WGr 46º30, e 49º13, aos estudos definitivos para a escolha do local da Nova Capital Federal que deverão ser concluídos dentro de um prazo de três anos.

(...)

§3º O prazo para o início desses estudos é de sessenta dias” (BRASIL, 1953).

Alguns meses mais tarde, o presidente Vargas nomeia a Comissão de Localização da Nova Capital Federal que, então, solicita duas empresas para que realizem o levantamento da área e a escolha de cinco locais possíveis para a construção de uma capital. Em 1955 é escolhido o sítio no qual será construída a nova capital e a Comissão de Localização da Nova Capital Federal é transformada em Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal.

Quando no final do ano de 1955 o estado de Goiás toma a iniciativa de iniciar as expropriações no local, o novo presidente Juscelino Kubitschek já havia sido eleito. O político mineiro, conhecido como grande empreendedor, já tinha assumido a construção da nova capital como uma de suas principais bandeiras de campanha em abril do mesmo ano.

Certamente, a “marcha” perpetrada pelo governo Vargas na direção do interior do país foi decisiva para a retomada do debate sobre a mudança da capital. Do mesmo modo que a constituinte e os governos Dutra e Vargas contribuíram para a viabilização da proposta através das primeiras atividades de estudo, pesquisa e definição da localização da nova capital. Entretanto, por mais que a transferência já estivesse mais ou menos encaminhada quando Juscelino é eleito, a proposta política do novo presidente foi fundamental para a efetivação do projeto. Acima de tudo, ela determinou a maneira como o projeto foi realizado, influenciando desde a concepção espacial da cidade até os princípios, valores e discursos que foram evocados como parte daquela empreitada.

### **3.2 A construção do projeto de desenvolvimento nacional e a proposição de Brasília**

O final do período Vargas é marcado por uma forte onda de prosperidade econômica ocasionada pela guerra e pelas parcerias comerciais estabelecidas com os países aliados. O processo de substituição de importações entra em um novo estágio com a instalação da siderúrgica de Volta Redonda a partir da aliança com os EUA e os investimentos realizados

pelo Estado brasileiro nas áreas de processamento e equipamento, avançando no setor de bens intermediários. Retoma-se o fluxo de entrada de capitais públicos e privados norte-americanos no país após um longo período de desinteresse. O Brasil consegue acumular um montante inédito de recursos por conta do índice elevado de exportações atingido durante os últimos anos de guerra, impulsionando a economia e permitindo que o governo adotasse uma política monetária e fiscal expansionista.

Nesse mesmo período, começa a ser ensaiada uma importante aliança com os Estados Unidos enquanto parceiro econômico e político no esforço de industrialização e expansão da economia brasileira. Em 1942, a Missão Técnica Americana (Missão Cooke) realiza um importante estudo sobre os recursos brasileiros, apresentando uma série de propostas que contribuiriam para o fortalecimento econômico do país. A missão inaugura uma longa e estreita relação entre os planejadores econômicos dos dois governos<sup>18</sup> (SKIDMORE, 2010, p. 77).

Vargas procura arregimentar o máximo de rendimentos políticos a partir dessa onda de prosperidade, fazendo intenso uso da linguagem do nacionalismo econômico como instrumento de mobilização política (principalmente, no caso da criação da Petrobrás). O presidente evoca as políticas de industrialização e expansão da economia nacional como parte de um esforço em prol da emancipação econômica do país e da segurança nacional. Por muitos anos, essa linguagem continuaria mobilizando militares, intelectuais e trabalhadores favoráveis à modernização econômica do país.

Como sugere Skidmore, a partir do Estado Novo, a política de industrialização e expansão econômica torna-se o centro de sustentação e preocupação dos governos brasileiros por várias décadas:

“Em 1945, a orientação da política governamental era irreversível. Até certo ponto em reação a pressões da cúpula militar, Vargas tinha comprometido todos os governos subsequentes com a

---

<sup>18</sup> É importante notar que nesse período, o sistema econômico mundial já se encontrava em estágio avançado da fase de acumulação intensiva, de modo que o desenvolvimento de regiões como a América Latina era muito importante para a criação de mercados consumidores capazes de absorver a produção de bens avançados, como bens duráveis e bens de capital. Por outro lado, a iminente divisão do mundo entre os polos capitalista e socialista transformaria a parceria político-econômica com os países latino-americanos em uma questão de luta geopolítica. As oscilações dos dois governos com relação a essa parceria foram determinantes em diversos momentos da história econômica do país.

responsabilidade de orientar a economia nacional em larga escala. (...) Na área de política econômica, como na esfera das instituições políticas, ficou comprovado que seria mais fácil derrubar o ditador do que repudiar o seu legado” (SKIDMORE, 2010, p. 79).

O país entrava em uma nova fase do desenvolvimento econômico, com forte preponderância da produção nacional nos setores de bens não duráveis e intermediários e a respectiva possibilidade de avançar para um novo estágio do processo de substituições de importações. Nesse contexto, a integração e a expansão da estrutura econômica dependiam de investimentos e esforços cada vez maiores.

Por outro lado, o processo de industrialização vinha acompanhado de um intenso processo de urbanização, ampliando e fortalecendo os segmentos industriais, operários e médio urbanos. Os cuidados do governo com a orientação da economia do país, evitando um cenário de estagnação e, ao mesmo tempo, impedindo ondas de inflação e instabilidade, tornam-se cada vez mais cruciais. A força do eleitorado urbano, redobrada a partir das regras eleitorais criadas pela Constituição de 1946<sup>19</sup>, fazia com que os desdobramentos políticos do cenário econômico fossem muito mais intensos. Além disso, empresários, intelectuais e militares, além dos próprios produtores de bens de exportação, estavam cada vez mais mobilizados em torno dos debates sobre a política econômica, avaliando, opinando e criticando toda e qualquer medida por meio de publicações, jornais e mesmo nos órgãos e comissões do Estado.

O governo Dutra foi marcado por uma progressiva preocupação com o cenário de inflação e instabilidade de recursos produzido pelas oscilações da economia. Em 1947, implanta-se uma política de controle cambial que cria um rigoroso sistema de licenças de importação e, ao mesmo tempo, mantém a moeda brasileira valorizada. De modo inesperado, as regras de importação acabaram favorecendo o setor de equipamentos e maquinários, enquanto a moeda valorizada transferiu investimentos do setor de exportações para a produção nacional, culminando em mais um forte impulso “espontâneo” de industrialização e reaquecimento da economia (SKIDMORE, 2010, p. 104).

---

<sup>19</sup> A Constituição de 1946 impedia que analfabetos e militares alistados votassem. Naquele período, a maioria da população do campo não era alfabetizada, o que aumentava proporcionalmente a presença do eleitorado urbano nas eleições.

Em 1948, promove-se mais uma comissão técnica conjunta com os EUA, dessa vez com o objetivo de analisar os fatores que promoviam ou retardavam o desenvolvimento econômico brasileiro. A comissão, liderada por John Abbink e o ministro Octávio Bulhões, publicou um relatório que criticava as recorrentes intervenções do Estado brasileiro na economia, alegando que não era possível deflagrar um processo de crescimento em curto prazo sem provocar um quadro de instabilidade. Assim, defendia uma política econômica ortodoxa e a organização e direcionamento da iniciativa privada para uma forma equilibrada de desenvolvimento (SKIDMORE, 2010, p. 106). A publicação do relatório recebeu uma série de críticas por parte de economistas que não concordavam com a abordagem proposta no documento.

No ano seguinte, a Comissão Econômica Para a América Latina, entidade criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os países latino-americanos, publica o primeiro “Estudo econômico para a América Latina”, no qual propõe uma perspectiva inovadora para o debate sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos a partir da crítica à teoria das vantagens comparativas<sup>20</sup>.

Segundo a perspectiva proposta, a propagação do desenvolvimento técnico ao redor do mundo vinha se dando de maneira lenta e irregular, configurando uma distribuição geoeconômica marcada pela centralidade de um núcleo de países industriais especializados na produção de bens industriais e pela marginalidade de uma vasta e heterogênea periferia formada por países que receberam uma pequena parcela desse desenvolvimento, se especializando na produção de bens primários exportados para o núcleo industrial que, por sua vez, exporta bens industriais para esses países (CEPAL, 1998, p. 140).

De acordo com a nova abordagem, a teoria das vantagens comparativas não se confirmava no cenário econômico mundial<sup>21</sup>, pois a abundância de mão-de-obra nos países

---

<sup>20</sup> A perspectiva neoliberal que ancorava os estudos e propostas das comissões econômicas da parceria EUA-Brasil, além das próprias recomendações das instituições financeiras internacionais, era fundamentada na teoria das vantagens comparativas, proposta por David Ricardo.

<sup>21</sup> A teoria das vantagens comparativas pregava a ideia de que o aumento de produtividade conquistado a partir da inovação técnica diminuiria os preços dos bens industriais, enquanto os bens primários manteriam seus preços, possibilitando que os países exportadores de bens primários suprissem sua demanda por bens industriais por meio de importações e até mesmo transferissem ganhos para as suas economias.

periféricos forçava constantemente os salários e os preços dos bens produzidos para baixo, enquanto o mesmo não acontecia nos países industriais, nos quais a política salarial mantinha os salários elevados, impedindo a queda do preço dos bens industriais. Desse modo, a tendência era que houvesse uma progressiva deterioração dos termos de troca entre países industrializados e países exportadores de bens-primários. De acordo com o documento, por conta dos aspectos cíclicos da economia mundial, em determinados períodos os países periféricos estariam inclusive cedendo parte dos seus ganhos para os países industrializados (CEPAL, 1998, p. 149).

A industrialização é então apontada como a única saída. A indústria seria capaz de absorver a reserva de mão-de-obra e reequilibrar a balança de salários e preços, além de diminuir o índice de importações e evitar a perda de ganhos por conta dos termos de troca deteriorados. Desse modo, era preciso orientar os ganhos da economia para o setor de bens de capital e para a capacitação dos trabalhadores que serão alocados nas novas indústrias, promovendo um crescimento autônomo sustentado por um processo de substituição de importações. Nessa tarefa, era crucial que o Estado promovesse um programa de desenvolvimento com objetivos bem definidos, evitando o uso irracional de recursos escassos, orientando os investimentos para os setores estratégicos e alavancando a produtividade da economia (CEPAL, 1998, 169).

A perspectiva concebida pela CEPAL exerceu enorme influência entre os países latino-americanos, impactando o pensamento de jovens intelectuais, militares e mesmo técnicos dos órgãos econômicos estatais. A proposta desenhada pela instituição compõe os termos que serão mobilizados por diversos grupos no debate sobre o desenvolvimento do país, fomentando a propagação da linguagem “nacional-desenvolvimentista” no Brasil.

Nesse contexto e sob essa atmosfera, a virada dos anos 40 para os anos 50 será marcada pela formação e aprofundamento de um grande debate entre diversos segmentos militares, intelectuais, empresários e políticos sobre as fórmulas de crescimento mais adequadas e eficazes para a economia brasileira.

Uma dessas vertentes, designada como neoliberal, defendia uma política monetária e fiscal ortodoxa, a redução da intervenção do Estado na economia, bem como a organização da

---



iniciativa privada sem a tutela protecionista por parte do Estado. Essa perspectiva acreditava que as intervenções do Estado perturbavam a organização natural da economia e que o protecionismo fomentava uma indústria ineficaz. A melhor saída seria criar condições mínimas para que o investimento privado nacional e estrangeiro contribuísse, de forma autônoma, para o crescimento econômico do país (ABREU, 1996, p. 107). Essa vertente seguia a orientação teórica do relatório “Abbink” e das instituições financeiras internacionais, sendo defendida principalmente por membros mais próximos à UDN (SKIDMORE, 2010, p. 122).

A segunda vertente, designada como desenvolvimentista, defendia a necessidade imperativa de industrialização do país a partir de uma estratégia mista que combinasse a criação de incentivos para a atuação do setor privado e a intervenção do Estado em setores estratégicos, eliminando gargalos e realizando investimentos que servissem como “norte” para iniciativas privadas posteriores. Muito influenciada pela CEPAL, essa vertente era compartilhada pela maioria dos militares, intelectuais, industriais e técnicos do governo. Segundo Skidmore (2010, p. 123), ela estava presente principalmente nos segmentos ligados ao PSD, ao PTB e às Forças Armadas. Dentro desse grupo, havia uma forte divisão em torno do papel do capital estrangeiro nesse projeto desenvolvimentista. Para alguns, a presença do capital estrangeiro era indispensável, mas desde que supervisionada e regulamentada pelo Estado brasileiro. Para outros, ela deveria ser evitada, sendo utilizada apenas em alguns casos.

Finalmente, a terceira vertente, designada como nacionalista radical, tomava a dinâmica econômica em curso como exploratória e desfavorável ao Brasil, condenando toda e qualquer presença do capital estrangeiro e defendendo uma atuação majoritariamente estatal, voltada para o fomento da indústria nacional, com monopólio dos setores estratégicos. Essa perspectiva era defendida por intelectuais e militares comunistas, além do próprio PCB (SKIDMORE, 2010, p. 124).

O tema do desenvolvimento vai dominar o cenário político e intelectual de toda a década de 50, mobilizando todos esses segmentos na construção dos respectivos projetos de desenvolvimento nacional. Nesse período, a perspectiva desenvolvimentista prevalecia entres os grupos que compunham os espaços de decisão política e técnica do Estado, condicionando boa parte da política econômica promovida pelo segundo governo Vargas.

Segundo Skidmore (2010, p. 121), Vargas faz opção pela industrialização e diversificação da economia, mas garantindo que os grupos tradicionais não teriam nada a perder com isso e, ao mesmo tempo, concedendo alguns benefícios para as classes trabalhadoras.

De acordo com o autor, a política econômica de Vargas procurou solucionar os problemas externos e internos vividos pela economia brasileira, enfrentando a deterioração da balança de pagamentos e a inflação, sem deixar de investir e aquecer a economia visando os benefícios sociais e econômicos de um maior crescimento.

Uma das principais medidas tomadas foi a introdução de um sistema de múltiplas taxas de câmbio que ajudaram simultaneamente a alavancar o preço das exportações e canalizar as importações para setores essenciais. Essa medida foi crucial para garantir aos investidores internacionais de que o Brasil era capaz de manter o equilíbrio financeiro de suas negociações (SKIDMORE, 2010, p. 130).

Outra medida muito importante foi a formulação de um programa de investimentos coordenados, elaborado com o apoio técnico e financeiro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Essa nova comissão foi criada em 1951 com o objetivo de estudar e sugerir soluções para a retomada do fluxo de investimentos no país visando o desenvolvimento econômico. Um dos importantes trabalhos produzidos pela comissão foi um estudo com metas e diretrizes nas áreas de transporte e energia elétrica, apresentados como os principais gargalos da economia brasileira. Mas certamente o principal fruto dos trabalhos da comissão foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). O banco foi criado em 1952 com o propósito de financiar e gerir os recursos dos programas voltados para correção das deficiências infraestruturais que impediam o desenvolvimento do país. O legado deixado pela Comissão Mista seria extremamente importante para o projeto de desenvolvimento ensejado no governo JK.

De acordo com Skidmore, Vargas procurava amenizar os impactos de uma política econômica ortodoxa, bem como a adesão às sugestões norte-americanas, com um forte discurso nacionalista. Em seus discursos, o presidente apresentava as dificuldades econômicas e as próprias medidas ortodoxas adotadas para solucioná-las como imposições das forças estrangeiras, acusava-as de espoliação, além de muitas vezes defender e promover a criação de

novas empresas estatais (SKIDMORE, 2010, p. 131). Essa postura de Vargas desagradava os militares anticomunistas e era explorada pela UDN. O fato é que as situações econômica e política se deterioraram a partir de 1953, levando Vargas a tomar posturas cada vez mais radicais na direção do nacionalismo popular, o que, por sua vez, ampliava a insatisfação militar e a oposição udenista. O resultado dessa combinação foi toda a crise que culmina no suicídio e nas dificuldades encontradas por JK para assumir o mandato de presidente.

De qualquer modo, o mais importante para nossa pesquisa é compreender o cenário histórico que se desdobra na proposta de governo de Juscelino, que é, antes de tudo, um grande programa de desenvolvimento nacional. Desde o final do regime Vargas, a política econômica torna-se uma questão cada vez mais central para a sustentação política dos governos. No final dos anos 40, a questão do desenvolvimento torna-se paradigmática, mobilizando diversos grupos em torno do debate sobre o melhor projeto de desenvolvimento nacional. Juscelino assume a presidência propondo um grande programa inspirado na vertente desenvolvimentista, procurando reunir em torno de si militares, burocratas, intelectuais e políticos imbuídos da mentalidade de modernização do país. O projeto proposto por JK é produto e, ao mesmo tempo, catalisador de uma série de valores e expectativas que vinham sendo constituídos ao longo dos últimos anos em torno da questão do desenvolvimento nacional.

Vislumbrando ganhos políticos, econômicos e sociais, o novo presidente desloca a pauta da transferência da capital, que já vinha sendo executada sem grande alarde pelos governos Dutra e Vargas, para o centro do seu projeto de desenvolvimento. Habilmente, funde dois grandes debates, captando toda a gama de interesses, anseios, valores, expectativas, fabulações, fantasias e desejos aglutinados em torno das antigas missões de conquista do interior e de desenvolvimento do Brasil.

### *3.2.1 A proposta desenvolvimentista e a meta-síntese*

Ainda durante a campanha de Juscelino Kubitschek, são publicadas as “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento”, um documento no qual o candidato defende que os obstáculos encontrados pelo progresso econômico do país só poderiam ser superados

através de um grande esforço em prol do aumento da capacidade nacional de investimento. Nesse sentido, o candidato afirma que o Plano Nacional de Desenvolvimento, proposto como programa do seu governo, serviria como um guia de orientação, contendo “os objetivos e as condições necessárias para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado, possa realizar a grande tarefa de nosso desenvolvimento e emancipação”. Segundo o documento, o governo brasileiro atuaria nesse processo como um “investidor pioneiro e supletivo”, abrindo caminhos, criando condições e auxiliando a iniciativa privada na tarefa do desenvolvimento (KUBITSCHKE, 1955, p 15).

Basicamente, o plano proposto definia um conjunto de investimentos que deveriam ser realizados por parte do Estado brasileiro na área de infraestrutura (principalmente, energia e transportes), uma lista de medidas necessárias para o estímulo à produção de bens intermediários, além de incentivos adequados para a introdução e expansão de setores produtores de bens duráveis e bens de capital. A proposta foi elaborada com base em estudos preliminares divulgados pela CEPAL, pela Comissão Mista e pelo BNDE que apontavam para a presença de pontos de estrangulamento na estrutura econômica brasileira (sobretudo, nos setores de energia e transportes), além da existência de uma demanda não atendida por bens duráveis<sup>22</sup>.

O plano foi então operacionalizado por meio do Programa de Metas, um programa bem definido de incentivo e investimento em setores específicos da economia, no qual eram apresentados índices quantitativos de produção e de serviços que deveriam ser atingidos em cada setor ao fim dos cinco anos de governo. Os setores apresentados eram os de: energia (metas de 1 a 5), envolvendo metas nas áreas de energia elétrica, nuclear, carvão, produção e refino de petróleo; transportes (metas de 6 a 12), envolvendo metas nas áreas de estradas de ferro, estradas de rodagem, portos, barragens, marinha mercante e aviação; alimentação (metas de 13 a 18), envolvendo metas nas áreas de armazenagem e silos, frigoríficos, matadouros, produção de trigo, tecnologia no campo e fertilizantes; indústrias de base (metas 19 a 29), envolvendo metas nas áreas de produção de alumínio, metais não ferrosos, álcalis, papel e

---

<sup>22</sup> Esse setor era visto como um setor estratégico por conta do seu efeito multiplicador, o aumento da produção nessa área criava novas demandas por insumos e peças, reverberando positivamente demais setores.

celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de automóveis e construção naval, máquinas pesadas e material elétrico; e educação (meta 30), apresentando como meta educação pública, gratuita e de qualidade para toda população, da pré-escola à faculdade. E, finalmente, a meta-síntese: a construção de uma nova capital no Planalto Central.

O Programa de Metas foi elaborado e executado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento, órgão diretamente subordinado à presidência, criado por Kubitschek na primeira reunião ministerial e constituído basicamente por técnicos, economistas e engenheiros, muitos deles remanescentes da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Além do Conselho, também foram criadas comissões setoriais e “organismos paralelos de desenvolvimento”<sup>23</sup>.

Já a execução do programa foi garantida através de um conjunto de medidas legais e financeiras que envolviam: a atração de recursos externos por meio de taxas de câmbio privilegiadas<sup>24</sup>; o estímulo ao investimento privado por meio de incentivos fiscais e empréstimos a juros baixos; a ampliação dos investimentos públicos por meio da emissão de moeda e através das empresas estatais; e, finalmente, a reserva de mercado por meio das taxas de câmbio e tarifas alfandegárias.

Em última medida, o Programa de Metas permitiu que o governo JK empreendesse uma forte política de investimentos, executando uma série de ações voltadas para a eliminação dos gargalos estruturais, estimulando os empresários brasileiros através de políticas liberais de crédito e atraindo os investidores e as empresas estrangeiras por meio de isenções e garantias. Combinando a expansão dos investimentos públicos e privados, o aquecimento de um grande mercado interno, a ampliação da capacidade produtiva, além da atração do capital estrangeiro, o programa atingiu rapidamente um alto índice de industrialização e crescimento da economia, fazendo o processo de substituição de importações avançar para o setor de bens duráveis e bens de capital, modernizando e diversificando a matriz de produção, ampliando a capacidade

---

<sup>23</sup> Segundo Maranhão (1996, p. 265), o poder Executivo aumentou boa parte da sua força de decisão através dos “organismos paralelos” de desenvolvimento, ligados diretamente ao presidente e que lhe permitiam driblar os limites constitucionais, adquirindo mais poderes para a execução da política econômica.

<sup>24</sup> O cenário internacional favorável foi extremamente determinante para o sucesso do Programa de Metas. Segundo Malan (1996, p. 83), a competição entre as empresas americanas e europeias foi fundamental, principalmente no setor automobilístico, no qual a instalação das empresas europeias no país acabou atraindo a entrada das empresas americanas.

energética do país, fomentando o avanço do setor de transportes e, principalmente, dando impulso à produção em larga escala no país, sobretudo, por meio da implantação das multinacionais (SINGER, 1996, p. 226).

Como apontado por Skidmore, Juscelino Kubitschek procurava justificar a política de desenvolvimento por meio de um discurso nacionalista, apontando as medidas tomadas como a única solução para o progresso do país (SKIDMORE, 2010, p. 205). O discurso do presidente pregava que através do plano de desenvolvimento posto em prática por seu governo, o Brasil superaria o estado de atraso e, principalmente, acabaria com a miséria, que na visão de JK era o verdadeiro problema que distanciava o país das nações ricas. Por meio da industrialização e do crescimento econômico, o país alcançaria a prosperidade, transformando-se em um país industrial e urbano que finalmente ocupa seu lugar natural entre as grandes nações.

“A ênfase na riqueza potencial do país constitui um dos elementos de mobilização política utilizados no discurso, através da crença que desperta no futuro e da esperança que isso significa, constituindo o amparo necessário para suportar os sacrifícios e dificuldades no presente. O nosso lugar entre as nações não é aquele que estamos ocupando” (CARDOSO, 1978, p. 97).

A perspectiva difundida por JK procura defender o desenvolvimento autônomo como verdadeira conquista da soberania nacional, incorporando e captando, desse modo, os anseios e expectativas de segmentos políticos, empresariais, intelectuais e militares que apresentavam algum tipo de tendência mais nacionalista. O esforço em prol da industrialização e do crescimento da economia é promovido como uma espécie de realização do destino nacional, de modo que todos são convidados a colaborar com essa missão que constitui o maior interesse do povo brasileiro. Aqueles que a ela se opõem, logo são taxados de “antipatriotas”, “derrotistas”, “retrógrados”. Forças de oposição política são sempre deslegitimadas como “forças de resistência ao desenvolvimento” (CARDOSO, 1978, 232).

Mas, ao contrário do posicionamento de Vargas no final do segundo governo, o discurso nacionalista de Kubitschek não se desdobra em uma crítica contra as “forças imperialistas”, nem parte para uma aproximação mais radical com as classes trabalhadoras. Juscelino procura defender a importância do desenvolvimento econômico como instrumento de fortalecimento da ordem, pois eliminaria o principal elemento provocador de subversões

sociais: a miséria. Em seu discurso, o presidente prega a ideia de que a eliminação da miséria impede a contaminação das populações menos favorecidas por ideologias radicais, como o comunismo, mantendo o apego à ordem dessas populações e conservando a democracia. Nessa direção, JK chega até mesmo a promover a ideia de que “a luta contra o subdesenvolvimento na América Latina importa em promover a segurança do continente e, nessas condições deve inserir-se no programa estratégico da defesa ocidental” (KUBITSCHKEK apud CARDOSO, 1978, p. 136).

No que diz respeito especificamente à questão da presença do capital estrangeiro, JK afirmava que o nacionalismo inteligente procura encontrar os meios para consecução dos objetivos nacionais, não se opondo ao estrangeiro ao ter em conta do papel decisivo que este exerce na realização do maior principal interesse da nação, o desenvolvimento (CARDOSO, 1978, p. 195).

Com um discurso baseado na ideia de que a mudança promovida seria sempre a “mudança dentro da ordem, para garantir a ordem”, Kubitschek ampara não só os setores dominantes e os investidores estrangeiros de quem tanto precisava, como mantém os ânimos dos militares anticomunistas arrefecidos.

Ao mesmo tempo, o discurso presidencial tem o cuidado de acenar para as classes trabalhadoras com a promessa de que seu padrão de vida também melhoraria com o progresso do país. O desenvolvimento da economia nacional representava um ganho geral que impactaria na vida de todos os brasileiros.

“...a mensagem transmitida é que o desenvolvimento será proveitoso para todos, mas que, também, todos devem contribuir para que ele seja atingido o mais depressa possível. (...) A ideologia procura a adesão, assim, dos demais setores, convencendo-os de que também serão beneficiados. Ou melhor, não distinguindo setores, grupos ou classes, ela pensa a Nação, o País e identifica o benefício nacional com o benefício do seu povo” (CARDOSO, 1978, p. 235).

Desse modo, o discurso desenvolvimentista de Kubitschek recupera a ideologia da vontade geral presente desde os tempos do Estado Novo. A unidade da Nação se manifesta por meio da vontade coletiva que, segundo JK, naquele momento aspirava à emancipação econômica. Na imagem proposta, não há dissenso, não há divergência de interesses, nem mesmo existem grupos sociais, todos fazem parte de uma mesma coletividade reunida em torno da tarefa do desenvolvimento, em prol da soberania nacional.

A partir dessa concepção ideológica que combina desenvolvimento econômico, soberania política, manutenção da ordem e interesse nacional, a proposta desenvolvimentista de JK consegue arregimentar o apoio de diversos segmentos. A defesa da industrialização e da modernização do país conquista vários grupos intelectuais, militares e industriais de imediato. A garantia de manutenção da ordem e combate ao comunismo tranquiliza os grupos tradicionais e os militares anticomunistas. E, finalmente, a promessa de uma vida melhor mobiliza as inúmeras classes trabalhadoras interessadas em alcançar um padrão de vida mais elevado.

A força política da proposta nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek era notável. Fortalecendo os mecanismos de coesão social através da capacidade de mobilização política dos objetivos propostos e das justificativas evocadas, ela promove e difunde um projeto forjado no seio das elites intelectuais e políticas como um projeto de toda a nação, arregimentando os recursos materiais, humanos e simbólicos necessários para a sua consecução

“Afortunadamente, o programa de desenvolvimento global, nos termos que propusemos à Nação, constitui, hoje, não apenas um plano de governo, mas a expressão da vontade irreprimível de todo o povo brasileiro” (KUBITSCHKEK apud CARDOSO, 1978, p. 253).

Como demonstrado por Cardoso (1978, p. 208), JK acreditava que tão ou mais importante do que o próprio projeto, era a difusão da crença na necessidade e na viabilidade do mesmo. O discurso do presidente revelava uma profunda preocupação com a criação de um “espírito do desenvolvimento” e de uma “mentalidade de grande país”, fundamentais na medida em que contribuiriam para a aceitação do plano e para uma participação mais ativa dos diversos segmentos sociais.

“... a tarefa principal consistia em infundir, nos próprios órgãos governamentais, nos homens de negócio e no público em geral, uma consciência vigorosa da viabilidade desse desenvolvimento...” (KUBITSCHKEK apud CARDOSO, 1978, p. 208).

Até certo ponto, o presidente tinha consciência do alto valor público que o tema do desenvolvimento conquistou ao longo da década de 50 e do conjunto de expectativas que orbitavam em torno do mesmo, fazendo uso habilidoso de seus discursos e práticas com o



intuito de obter apoio para sua proposta em todos os segmentos sociais que de alguma forma estavam interessados na questão.

“Ora, o que faz a força de um grande estadista é justamente o fato de ser capaz de sintetizar a canalizar em torno de sua pessoa as aspirações e expectativas que uma comunidade nacional desenvolve em um dado momento” (VIDAL, 2009, p. 192).

Se essa característica fazia de JK um grande estadista não é o mais importante, mas o fato é que a proposta nacional-desenvolvimentista tinha a pretensão de sintetizar e aglutinar em torno de si essas aspirações e expectativas, propondo um projeto de desenvolvimento que era, segundo o discurso promovido, obra da própria vontade nacional.

Não estamos sugerindo que a atuação de JK fosse totalmente deliberada e calculada, muito menos que ela estivesse descolada dos contextos e mediações que escapavam à consciência do presidente, mas a sua trajetória política foi marcada pelo modo como ele incorporou e foi capaz de catalisar o apelo do novo, o desejo por renovação presente na sociedade brasileira desde os anos 20 e encampada pelo regime Vargas. Nomeado prefeito de Belo Horizonte em 1940 por um dos interventores mais poderosos do Estado Novo, JK logo se destacou pelo caráter empreendedor de suas gestões, profundamente marcadas pelas inúmeras tentativas do jovem político no sentido de promover processos de inovação socioeconômica.

Certamente a ação de Juscelino e de seu grupo de técnicos, burocratas e políticos não se deu isolada, nem no vazio. A atuação dos industriais em prol de uma política de governo que tivesse um compromisso contínuo com a industrialização do país já vinha de algum tempo. Roberto Simonsen, um dos industriais mais influentes na primeira metade do século XX, protagonizou essa atuação durante as décadas de 30 e 40, presidindo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e atuando como senador, o industrial paulista foi um dos mais fervorosos defensores de uma política estatal de incentivo à indústria nacional. Por outro lado, os segmentos militares sempre configuraram um núcleo, dentro do próprio Estado, de defensores do imperativo de industrialização e modernização da economia, principalmente por conta de sua preocupação com a defesa e a integração da nação. Essa perspectiva já estava presente entre os membros das Forças Armadas desde o golpe de 1889, mas ganhou muito mais força durante o Estado Novo por conta da centralidade adquirida pelos militares

enquanto base de sustentação do regime. Esses dois segmentos, os industriais e os militares, foram fundamentais no desenvolvimento dos projetos de desenvolvimento e receberam com otimismo o programa proposto por JK.

Desse modo, o sucesso da empreitada desenvolvimentista esteve condicionado pelo modo como Juscelino e sua equipe de governo foram capazes de captar – e se deixar captar por - processos e debates em curso, propondo um programa e um respectivo discurso legitimador que incorporavam questões que vinham se desenrolando no país desde o final do Estado Novo. Até certo ponto, e com toda a complexidade que esse tipo de processo envolve, a proposta nacional-desenvolvimentista foi construída a partir de concepções incorporadas e cálculos deliberados que captavam diversos elementos do cenário sociopolítico que se desenrola entre 1937 e 1955 envolvendo o debate e a disputa em torno do tema do desenvolvimento, bem como as respectivas pretensões de fazer valer um ou outro projeto de desenvolvimento como o mais adequado e/ou o mais nacional.

\* \* \*

Como dissemos no início do capítulo, a partir do Estado Novo, as necessidades de ocupação territorial e de expansão e dinamização da economia doméstica levam o Estado brasileiro a reorientar suas ações na direção do interior do país. Através das iniciativas reunidas sob a marca da “marcha para o Oeste”, o governo Vargas empreende uma nova investida com o intuito de integrar socioeconomicamente as vastas regiões centrais do Brasil. Em última medida, a marcha do Estado Novo para o interior visava à conquista e ocupação do território nacional, bem como a constituição de novos núcleos econômicos alinhados aos modos de produção e trabalho capitalistas.

Essa reorientação do Estado foi importante para o revivescimento da pauta da transferência da capital na constituinte de 1946, desdobrando-se nas comissões que fizeram o projeto avançar entre 1946 e 1954. Através dos documentos analisados não é possível precisar porque os governos Dutra e Vargas não deram maior publicidade aos trabalhos que vinham sendo realizados em prol do projeto de transferência, nem mesmo associaram esses trabalhos aos seus respectivos programas de governo ou esforços em prol do progresso do país.

O fato é que o governo Juscelino Kubitschek não só associou o projeto de transferência à proposta nacional-desenvolvimentista, como promoveu a construção da nova capital no Planalto Central como a principal meta do governo: a meta-síntese. A promessa de construção de uma cidade-capital em pleno cerrado, em menos de cinco anos, era promovida como o maior símbolo do programa desenvolvimentista. Seria a prova mesma de que o Brasil era capaz de realizar o seu destino através do desenvolvimento, promovendo a sua emancipação econômica e se constituindo como um país avançado, uma das grandes nações do mundo.

“Em sua preocupação em dar uma forma concreta à modernidade brasileira, Kubitschek escolhe como símbolo de sua política de nacionalismo desenvolvimentista a construção da nova capital no interior do país: Brasília” (VIDAL, 2009, p. 190).

Como demonstrado por Vidal (2009, p. 197), a nova capital foi concebida como modelo e como ponto de partida desse vasto movimento de modernização: a implantação de uma cidade moderna no centro do território nacional combinada à integração dos principais centros econômicos do país por meio da expansão de uma malha rodoviária que tem a nova cidade como eixo, criaria uma espécie de centro irradiador que levaria os processos de industrialização e urbanização para os quatro cantos do país. A construção de uma grande cidade em pleno Planalto Central serviria como importante instrumento de desenvolvimento da região, difundindo as novas formas urbanas e industriais pelo vasto interior do país, transformando os pequenos povoados dispersos pelo território em centros comerciais, industriais e agrícolas.

“Por várias razões, Kubitschek deu a Brasília prioridade máxima em seu programa. Em primeiro lugar, ele argumentava que a construção da capital daria origem tanto à integração nacional (‘integração pela interiorização’ era um de seus slogans) como ao desenvolvimento regional, levando o mercado nacional às regiões de economia de subsistência...” (HOLSTON, 1993, p. 25).

A proposta nacional-desenvolvimentista apresenta a nova capital como um instrumento de integração econômica do território nacional, reatualizando a proposta concebida ainda em 1891. Até certo ponto, ela recupera a crença de que a expansão de novos modos de produção e trabalho - acompanhada da expansão de novas formas de mentalidade - por todo o território nacional constituiria o Brasil como uma sociedade-nação avançada.

Ao mesmo tempo, a nova cidade-capital serviria como símbolo do novo Brasil que estava sendo proposto pelo programa nacional-desenvolvimentista, atraindo as consciências na direção desse novo modo de conceber o país e difundindo, assim, o “espírito do desenvolvimento” e a “mentalidade de grande nação”, como tanto queria JK. De algum modo, acreditava-se que por se tratar da capital do país, ela seria capaz de criar um novo senso de identidade nacional. Uma empreitada desse porte seria capaz de mobilizar os mais diferentes segmentos sociais em prol do projeto de reorganização do país.

Como sugerido por Vidal (2009, p. 198), a construção da nova cidade no interior do Brasil não é justificada como a fundação de uma nova capital no reduto natural da nacionalidade. Trata-se, antes de tudo, da fundação de uma nova ordem social, de um novo Brasil, de modo que a conquista o território nacional se faz necessária como um meio de conciliar nação e desenvolvimento.

O projeto de Lúcio Costa foi muito bem sucedido justamente pelo modo como capta os propósitos envolvidos na construção da nova capital e transforma-os em um plano urbanístico diretor. A imagem de uma cruz que conquista o território virgem sinaliza a conquista do espaço nacional. Os eixos rodoviários apontam para a tarefa de integração dos territórios e populações através de uma malha rodoviária que traria junto consigo o progresso e o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o cuidado rigoroso com as quatro funções do urbanismo propostas pela Carta de Atenas e a proposta dos blocos residenciais vislumbra a ideia do “homem novo”, contemplando a expectativa de formação de uma nova sociedade.

Os edifícios desenhados por Niemeyer são igualmente portadores dessa capacidade de incorporar todo o cenário envolvido na ideia da nova capital e expressá-lo através das formas arquitetônicas propostas. As curvas que provocam o encantamento do transeunte são uma maneira de evocar uma sociedade futura que um dia poderá se instalar no Brasil.

Como afirma Gorelik, Brasília é uma verdadeira encruzilhada, consumando uma série de “mitologias de efeito duradouro no Brasil, desde a aventura da fronteira, a ‘Marcha para o oeste’, até o papel simbólico da unificação de litoral e sertão, reivindicada desde cedo como questão decisiva para a constituição da nação”. A cidade é uma espécie de grande mosaico que encarna em sua paisagem desde a perspectiva de civilização de 1870 até a modernidade nacional de 1960.

## Conclusão

Brasília tem sido analisada e destrinchada por trabalhos acadêmicos há muito, revelando-se como um objeto de estudos de inesgotável interesse. De dossiês arquitetônicos a estudos historiográficos, a cidade já foi alvo das mais diversas abordagens, conformando um acervo cuja ordem de grandeza é, de certa forma, incalculável. Posto isto, a pergunta que segue é: se tanto já foi dito, por que mais um trabalho sobre a cidade?

Trata-se de uma questão pertinente, pois justificar essa iniciativa a partir de um valor “a priori” do tema, ou seja, pelo valor antes conferido por um sem número de estudos que o tomam como objeto de interesse, seria no mínimo redundante. Nesse sentido, o presente trabalho pretende construir uma nova abordagem sobre a história de Brasília, tomando pesquisas anteriores como referência e fundamentação, mas sem o compromisso de manter o mesmo olhar sobre a cidade.

Em última medida, o nosso esforço de reflexão parte da necessidade de responder a uma série de questões que são levantadas por essas pesquisas, mas que até certo ponto não são respondidas por elas – pelo menos na nossa perspectiva. E quais seriam essas perguntas tão fundamentais?

Em primeiro lugar e acima de todas as demais, quais foram as condições de possibilidade de Brasília? Em termos mais precisos, quais são as linhas de força históricas sem as quais o projeto de transferência, a concepção e a materialização da cidade não teriam sido possíveis? Posto isto, todas as demais questões levantadas daí derivam.

Assim, em segundo lugar, quando e como o projeto de transferência ganha força histórica e toma vida? Existe mesmo algum tipo de continuidade histórica entre a proposta concebida por José Bonifácio em 1823, por Adolfo Varnhagen em 1849 e por JK em 1955?

Em terceiro, por que a cidade foi projetada como uma cidade modernista? Por que a linguagem arquitetônica modernista foi a escolha “natural” para a nova capital do país e o que essa relação representa?

Por último, qual a novidade, o que torna decisivo o cenário histórico em que a cidade é efetivamente construída, depois de tantos anos, e qual a influência desse cenário sobre a cidade?

Evidentemente, são muitas questões levantadas, mas a presente pesquisa figura apenas como uma primeira tentativa de resposta nessa direção.

O mais importante para nós é vislumbrar a dinâmica histórica que está por trás da “realização” dessa cidade, não apenas por curiosidade, mas com o intuito de descobrir o que constitui Brasília enquanto evento e corpo histórico. Olhar para a história de Brasília é um modo de olhar para o lugar de Brasília na história.

O projeto da nova capital ganha força em 1889 e se materializa em 1960 com o intuito de controlar e transformar a história do país, viabilizando a efetivação de um respectivo projeto de sociedade e de nação. Desse modo, o projeto de Brasília se revela, sobretudo, como uma utopia racionalista. Está fundando na crença que advoga o controle da natureza e das contingências, a intervenção planejada sobre o espaço, como uma forma de instauração de um novo mundo, de um novo país e, logo, como um meio de transformação e emancipação. Mas na medida em que pretende realizar uma intervenção no mundo, esta utopia realiza uma vontade, uma vontade que quer se precipitar como um comando, como um poder. Em última instância, a aspiração utópica acaba sempre por projetar uma forma de domínio.

Brasília apresenta uma concepção utópica de mundo racionalista, técnico-científica, com aspirações modernizadoras e civilizatórias que defende ambições e perspectivas “naturalizadas” (certezas) que justificam e disseminam a estrutura de poder de quem ela recebe e à qual ela dá significado. Uma estrutura baseada basicamente na centralidade de um Estado nacional e de um mercado de tipo capitalista como estruturas de coordenação das relações sociais, estruturas que estão inter cruzados através de uma série de relações de sobredeterminação e mútua influência com outros campos e esferas sociais, como o próprio campo intelectual e cultural.

A concepção da cidade de Brasília está diretamente atrelada a um campo de poder forjado na triangulação Estado-mercado-ciência, que consagra o comando unívoco do Estado-nacional e defende a disseminação de uma estrutura de produção industrial e intercâmbio de bens e serviços através de um mercado regulado como meio necessário de modernização e integração social. Um campo de poder que opera através da semântica do nacional-popular como meio de legitimação das diretrizes econômicas e políticas do leviatã estatal. Um campo que forja o elemento nacionalista enquanto uma espécie de solda, filtro de toda uma série de

expressões e manifestações locais e populares, agora reunidos em torno de uma mesma identidade e tradição, as bases simbólicas da dominação estatal (agora, instituída como unidade prioritária de pertencimento coletivo).

Um campo que está fundado na crença numa filosofia da história marcada pelo *telos* da modernização, na qual o processo de desvelamento da racionalidade intrínseca ao processo histórico é a condição mesma de emancipação da sociedade na forma de uma ordem política autônoma e soberana. Onde o princípio da administração social informa e dá folego a um projeto civilizatório cada vez mais intenso e extenso.

Facções políticas, militares e intelectuais que pensam e agem, sobretudo, pela ideia de “projetos”. A ideia de que o controle da natureza e das contingências através da intervenção racional e planejada possibilita a superação das limitações naturais e históricas, e que combinada com prerrogativas estratégico-militares, se realiza basicamente através de intervenções radicais no espaço, visando a racionalização da paisagem como meio de racionalizar as práticas que aí se realizam. A construção de cidades projetadas cumpre um papel civilizatório sobre o território e as populações que nele estão alocadas. A racionalização do espaço aparece como um modo de disciplinar as práticas, homogeneizá-las, um meio de produzir o idêntico para subsidiar a administração da vida.

O projeto de Brasília é a própria encarnação desta prerrogativa utópica, racionalista e civilizatória vigente nos quadros cognitivo-afetivos deste campo de poder. A cidade é a própria naturalização destas prerrogativas e quadros mnemônicos na forma de paisagem. Paisagem que não só se impõe às práticas na qualidade de recurso geográfico, mas, sobretudo, na qualidade de recurso simbólico, uma espécie de desdobramento histórico das relações de homologia entre elites políticas e elites intelectuais, prenes de suas significações, estimas, valores, preceitos e todo um horizonte simbólico-hermenêutico onde determinadas narrativas começam a se impor como dominantes.

Em fim, trata-se de toda uma trama histórica onde saber e poder se conectam, transformando o poder simbólico em poder reconhecido. Onde as visões de mundo e as memórias de determinado campo de poder se transformam em natureza social, em dado familiar, em recurso estrutural de orientação da conduta, no caso, em paisagem.

Onde prerrogativas racionalistas e civilizatórias que definem conceitos de tempo, história e vida se constituem como eixos de orientação da conduta; onde ideais e sentimentos de brasilidade e nacionalidade se constituem como marcas das estruturas de personalidade e das identidades sociais; onde um determinado campo de poder se transfigura em um “espaço rugoso”, deixando-o prenhe das marcas de sua dominação.

Então, os eixos rodoviários vertical e horizontal que evocam a imagem de um avião se transformam em eixos de orientação de pensamentos e emoções, da própria vida na cidade.

Contudo, esses mesmos eixos estão dispostos sobre trajetórias e tramas sociais entrecruzadas, sobre uma infinidade de pontos interligados de múltiplas formas, muitas vezes disruptivas, de modo que nunca é possível precisar quais serão os contornos e tonalidades dados à imagem do avião na “cabeça” e no “coração” de cada habitante.

Assim, tendo como premissa que o projeto e o espaço em que está materializado constituem-se em desdobramentos de uma combinação entre poder e saber, como uma matriz simbólico-normativa que se constitui e se propala, informando e engendrando determinados modos de vida no espaço urbano do DF, podemos supor que esta matriz, apesar de ser “projetada” e “realizada” a partir de uma determinada conjuntura política e ideológica que aponta para a disposição “civilizatória” de homogeneização, ao se inscrever dentro de um complexo cruzamento de interdependências figurado na metrópole de Brasília, não pode ser dissociada da trama de poderes e interesses ambivalentes aí presente, e, logo, evidencia-se como um processo aberto à toda sorte de disparidade e de dispersão, remetendo-nos à instauração de toda uma diversidade de modos de vida no espaço urbano no DF que, por sua vez, engendram os usos mais heterogêneos desta cidade. Nesse sentido, entendendo o projeto e o espaço como uma matriz simbólica que informa as práticas dos agentes inseridos em determinados cruzamentos históricos, podemos supor que tal matriz é “incorporada” por cada agente ou grupo de agentes de maneira distinta e contextualizada, à luz de interesses e poderes diversos, engendrando os usos mais díspares do espaço urbano.

Assim, apesar da matriz ser gestada em meio à um horizonte político-ideológico cujos fins apontam para homogeneização, a maneira como ela informa tais agentes e grupos não pode ser dissociada dos contextos e “lógicas” em que estes estão inscritos.



## Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial (1929-1945). In FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. T. 3, v. 4.

AMARAL, Aracy A. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1972.

\_\_\_\_\_. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade anotadas pelo destinatário*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ANELLI, Renato Luís. 1925 - Warchavchik e Levi: dois manifestos pela arquitetura moderna no Brasil. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 5, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewArticle/3129>>. Acessado em 10 de julho de 2013.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. v.1.

BARRETO, Tobias. *Discursos*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. *Antecedentes históricos*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1960a. v.1.

\_\_\_\_\_. *Antecedentes históricos*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1960b. v.2.

\_\_\_\_\_. *Antecedentes históricos*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1960c. v.3.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1891.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm). Acessado em 10 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)> Acessado em 10 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953.*  
Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1803-5-janeiro-1953-367326-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em 10 de julho de 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1989-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. T. 3, v. 1.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK e JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CEPAL. *Cinquenta anos de pensamento en la Cepal: textos seleccionados*. México: Fondo Cultural Economico, 1998.

COSTA, Lúcio. A obra de Oscar Niemeyer. In XAVIER, Alberto (org.). *Lúcio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre: UniRitter Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. Documentação necessária. In XAVIER, Alberto (org.). *Lúcio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre: UniRitter Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. Lúcio. Razões da nova arquitetura. In XAVIER, Alberto (org.). *Lúcio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre: UniRitter Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. Luiz. *Comissão de Estudos da Nova Capital da União: relatório parcial*. Rio de Janeiro: Typ-lith. Carlos Schmidt, 1896.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estruturas de poder e relações de classe. In: FAUSTO, Boris (org.): *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. T. 3, v. 3.

DURAND, José Carlos. Negociação política e renovação arquitetônica: Le Corbusier no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 16, julho de 1991. Não paginado. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_16/rbcs16\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_16/rbcs16_01.htm)> Acessado em 10 de julho de 2013.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador: 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira *In* FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1989-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. T. 3, v. 1.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Belo Horizonte: O Nicolai, 1955.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política populista no Brasil (1954-1964). *In* FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. T. 3, v. 3

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MOURÃO, Ronaldo R. F. Cruls e a astronomia na missão Cruls. *In* ALEIXO, José Carlos Brandi; CASTRO, Pedro Jorge de (org.). *Missão Cruls: uma trajetória para o futuro*. Brasília: Animatógrafo, 2010.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

NEEDELL, Jeffrey David. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NIEMEYER, Oscar. *Minha arquitetura*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

\_\_\_\_\_. *Questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OUTTES, Joel. Disciplinando la sociedad a través de la ciudad: el origen del urbanismo en Argentina y Brasil (1894-1945). *Revista EURE*, Santiago, v. 28, n. 83, maio 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0250-7161&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_serial&pid=0250-7161&lng=es&nrm=iso)>. Acessado em 10 de julho de 2013.

PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREGRINO, Julia. *Lúcio Costa: 1902-2002*. Brasília: Centro Cultural Banco Brasil, 2002.

PEREIRA, Miguel Alves. *Arquitetura, texto e contexto: o discurso de Oscar Niemeyer*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

PIMENTEL, Antônio. Relatório do Dr. Antônio Pimentel In CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

REIS, Elisa Pereira. Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930 In CARDOSO, Fernando Henrique (org). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

ROMERO, Silvio. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, Alessandra X. ; SILVA, Andressa A.; DANTAS, Wesley N. (orgs.). Ricardo Severo: a arte tradicional no Brasil. *19&20*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan./mar. 2012. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/txt\\_artistas/rsevero\\_atb.htm](http://www.dezenovevinte.net/txt_artistas/rsevero_atb.htm)> Acessado em 10 de julho de 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon.; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Sandro Dutra e. A experiência urbana de Ceres: representações simbólicas do planejamento e da ocupação social do espaço. *Revista UFG*, Goiânia, ano XI, n. 6. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/junho2009/experienciaurbana.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/experienciaurbana.pdf)> Acessado em 10 de julho de 2013.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. T. 3, v. 4.

\_\_\_\_\_. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930 In FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1989-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. T. 3, v. 1.

SKIDMORE, Thomas. E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Maria Valéria D. Progresso e desenvolvimento na história da mudança da capital do Brasil para o Planalto Central. In ALEIXO, José Carlos Brandi; CASTRO, Pedro Jorge de (orgs.). *Missão Cruls: uma trajetória para o futuro*. Brasília: Animatógrafo, 2010.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/o-problema-nacional-brasileiro-introducao-a-um-programa-de-organizacao-nacional/pagina/7/texto>> Acessado em 10 de julho de 2013.

UNDERWOOD, David. *Oscar Niemeyer and the architecture of Brazil*. New York: Rizzoli, 1994.

VARGAS, Getúlio. *Discurso de posse (1937)*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937/download>> Acessado em 10 de julho de 2013.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

VITA, Luís Washington. *Alberto Sales: Ideólogo da república*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.